



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RECRIANDO ESPAÇOS, INVENTANDO LUGARES:
MEMÓRIA E ORALIDADE SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM POMBAL
(1930-1950)

AUTOR:
FLÁVIO CARREIRO DE SANTANA

CAMPINA GRANDE
2007

UFCC/BIBLIOTECA

FLÁVIO CARREIRO DE SANTANA

**RECRIANDO ESPAÇOS, INVENTANDO LUGARES:
MEMÓRIA E ORALIDADE SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM POMBAL
(1930-1950)**

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração: Sociologia da Cultura, elaborada após integralização curricular do Programa de Pós-Graduação em *Ciências Sociais*, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes.

CAMPINA GRANDE
2007

FLÁVIO CARREIRO DE SANTANA

**RECRIANDO ESPAÇOS, INVENTANDO LUGARES:
MEMÓRIA E ORALIDADE SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM POMBAL
(1930-1950)**

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Marilda Aparecida de Menezes
PPGCS/UFCG
(Orientadora)

Dr. Gervácio Batista Aranha
PPGH/UFCG
(Examinador Externo)

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
PPGCS/UFCG
(Examinadora Interna)

Dr. Luís Henrique Cunha
PPGCS/UFCG
(Examinador - Suplente)

CAMPINA GRANDE
2007

*À memória de Iraci Freire,
Ednaldo Carreiro e
Fábio Gutemberg,
pessoas que me apoiaram em vários sentidos e travessias.*

Agradecimentos

Antes de tudo, o ato de agradecer é também aquele de reconhecer que todo esforço despendido em uma ação é possibilitado por muitas relações, parcerias, e que estão envoltas em variados sentimentos. Nessa caminhada científica que trilhei, cada passo revelava que tal empreitada se tornava também uma conquista coletiva, e que se assim não o fosse, curtas caminhadas eu daria, pouco sentimento de partilha eu teria agora.

Em sendo assim, queria poder agradecer a cada pessoa que partilhou essa experiência comigo de pós-graduação, a começar por meus professores e colegas do Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, período letivo de 2005. Pessoas que me ajudaram a entender o universo acadêmico não como um *lócus* de perfeição, mas, sobretudo, enquanto espaço onde é encenado nossa existência profissional, completamente vinculada as nossas posturas pessoais de amigo, pai, marido, cidadão, entre tantos outros papéis assumidos nesse trajeto.

Também não poderia deixar de frisar que essa experiência acadêmica se tornou um grande aprendizado mediado e partilhado principalmente pelo companheirismo de amigos como Uelba, Verônica, Thaisa, Roosevelt e Maisa, e pelos professores, Lemuel Guerra, Marinalva Lima e Roberto Veras. Agradeço cada palavra, incentivo e ajuda em nossas aulas ou fora delas.

Também quero registrar meu agradecimento a cada aluno ou colega de trabalho da Universidade Estadual da Paraíba, que por diversas vezes também partilhava comigo palavras de força e desejos de sucesso. A preocupação de vocês também me possibilitou crer em solidariedade humana em nosso círculo acadêmico, espaço sempre carente desse sentimento.

Minha experiência profissional em nenhum instante se distanciou do meu universo particular, das minhas companhias mais íntimas. Pelo contrário, foram as pessoas mais próximas do meu convívio que agüentaram meus maiores desestímulos, preocupações, tristezas, e também alegrias, conquistas e força, me repondo sempre novas esperanças para continuar. Assim, queria agradecer a cada amigo(a) e parente por sua fraternidade, do qual agora evito descrever nomes, pois tal formalidade pode ser traiçoeira de lapsos da minha memória.

Apreendi definitivamente que o sucesso de qualquer caminhada está na fortaleza que você cria para si, mas que não é apenas sua, pois ela é um ambiente de partilha: sua família. Nesse sentido, em meu ponto de apoio cotidiano, tinha sempre ao meu lado duas grandes pessoas, minha esposa Luíra e ao meu filhote Lucas Manoel. Pessoas que poderiam se confundir facilmente com tesouros e das quais eu tive a honra de viver todos esses dias. Saibam que o amor de vocês me protegeu com felicidade e me transformou em algo muito melhor do que eu jamais poderia ser sozinho. Amo vocês por cada abraço, sorriso, paciência, carinho, respeito, por suportar minha ausência e mau humor, dado principalmente ao meu trabalho. Tenho certeza que toda essa experiência valcu a pena e agora somos vencedores, pois esta também é uma vitória de vocês.

Queria agradecer aos meus pais, Ivo e Aurení, o início de tudo o que sou. Com vocês aprendi a confiar e a sempre desafiar, ir mais além. Com vocês aprendi que toda conquista precede uma batalha, muito empenho, mas que o mais importante é acreditar na vitória que se instala, não nas coisas, mas na alma. Sem vocês me ensinando, apoiando, acolhendo e respeitando jamais poderia crer em coisa alguma, especialmente em amor incondicional.

Quero agradecer também aos meus irmãos Fábio e Flávia, cuja ausência de minha presença apenas é aparente aos olhos de qualquer um, pois no íntimo somos algo que um só corpo, pois nosso amor vence a distância e o tempo, e dessa peleja sempre somos agraciados com muita felicidade e companheirismo. Se eu puder ter alguma vaidade nesse instante, esta se daria pelo fato de viver numa família tão fraterna.

Minha sincera gratidão a Lucira, cujo convívio nos fez amigos, e a quem devo muitas horas e partilhas durante essa minha caminhada acadêmica. "Companheira" seria uma boa palavra para definir você, pois sempre se dispôs a oferecer a mão nos momentos de aflição. Obrigado por me apoiar e que eu sempre possa fazer o mesmo por você.

Essa realização também não seria possível se algumas pessoas não tivessem depositado sua contribuição através dos meus interesses. Falo de cada morador/narrador que se dispôs a partilhar comigo as lembranças de sua vida, num curto, mas significativo, momento de rememoração da sua vida. Sem a colaboração de vocês, o trajeto narrativo criado por mim não teria passado de mero desejo. Vocês possibilitaram minha realização. Agradeço todo esforço, disponibilidade, confiança e afeto depositado em nossas horas de conversas.

Contribuição também ofertada pelo historiador pombalense, Verneck Abrantes, sempre disposto a ajudar com informações e fontes do seu arquivo particular. Há duas condições que me honram e que se endereçam a você: primeiro a sua simplicidade em querer novamente partilhar comigo o seu conhecimento sobre a história local pombalense; e segundo, o fato de poder analisar suas obras, momento em que me foi um pouco desconfortante (pois temia desapontá-lo), pois a análise acadêmica me exigia outros parâmetros de compreensão e validação do conhecimento histórico produzido. Ainda assim, tenho certeza de ser entendido em minhas análises, posto que você sabe da minha admiração por seu trabalho.

Queria deixar todo o meu apreço e agradecimento à banca examinadora desse trabalho: ao professor Gervácio Batista Aranha, a quem me orgulhei ser aluno no Programa de Pós-Graduação e por tê-lo já em minha banca de qualificação, com sua leitura atenta e precisa; e a professora Elizabeth Christina de Andrade Lima (Bebete) pelo imenso prazer de cruzar meu caminho nessa experiência discente, com sua meiguice, sabedoria e disposição a sempre compartilhar.

Reafirmei através da minha experiência de pesquisa que um bom desempenho só pode ser mediado por uma "mão" firme que nos conduz. Nesse sentido, queria registrar meu agradecimento ao professor Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza (IN MEMORIAN), cuja experiência de orientação foi comigo partilhada. A ele sou grato pelo incentivo e paciência com que teve durante minhas limitações, pela forma solícita com que sempre me tratou e pela confiança que depositou em nossa parceria. Lamento você não está agora para presenciar a finalização do nosso trabalho, mas fica a certeza de que você foi um dos grandes responsáveis por ela acontecer. Muito obrigado por fazer parte também da minha travessia acadêmica, momento esse oportuno e inesquecível em minha vida.

Porém, minha condição de "órfão de orientação" teria sido muito mais dramática, se não fosse a presença da professora Marilda Aparecida de Menezes. A ela agradeço a compaixão pelo momento de atribulação, pela disponibilidade de suas leituras e tempo, pelo empenho em entender e respeitar um trajeto já iniciado, e pelas orientações finais e imprescindíveis para o melhoramento e finalização da minha escrita. Sua atitude me comoveu e sua presença decisiva em meu trabalho me orgulhou.

SANTANA, Flávio Carreiro de. **RECRIANDO ESPAÇOS, INVENTANDO LUGARES: MEMÓRIA E ORALIDADE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM POMBAL (1930-1950)**

Orientadora: **Dra. Marilda Aparecida de Menezes (PPGCS/UFCG)**

Banca Examinadora: **Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS/UFCG)**
Dr. Gervácio Batista Aranha (PPGH/UFCG)

RESUMO

Cidade, memória, passado, representações, transformações materiais e suas implicações simbólicas, eis algumas das preocupações dessa narrativa escrita que pretende ser, antes de tudo, uma incursão científica pela qual convidamos o leitor a percorrer conosco. Motivados por tais interesses, esta incursão pretende apresentar os resultados de nossa pesquisa referente às representações criadas para as transformações materiais e simbólicas vividas em Pombal - Pb, entre 1930 e 1950. Enquanto problematizações, procuramos entender se estas transformações sofridas no espaço urbano pombalenses foram vividas e lembradas de forma coletiva, quais as alterações mais representativas e que ficaram presentes na memória dos nossos narradores, e quais as lembranças e sentimentos dessas pessoas para com o acontecimento pesquisado. Para tanto, buscamos explorar tais significações a partir das falas de seus antigos (re)memoradores, possibilitadas pelo emprego metodológico da história oral. Consoante às evidências orais também foi possível perceber outras representações criadas para o mesmo acontecimento e diversas daquelas, através de evidências escritas enunciadas pelo discurso oficial da Câmara Municipal, bem como pelas representações agenciadas pela historiografia local. Neste sentido, nossos narradores enunciaram representações sobre tais transformações ocorridas em Pombal, menos como uma experiência marcada pela personalidade e idealizações de progresso, e mais como significações envoltas em estranheza e exclusão social provocadas por essas transformações materiais. Para tanto, as narrativas da memória dos nossos antigos (re)memoradores puderam reconstruir e reinventar no presente, práticas culturais compartilhadas socialmente. São representações criadas para a cidade naquele instante de suas transformações materiais e simbólicas, compondo pela oralidade outros cenários, personagens, tramas e apropriação dos espaços pombalenses.

Palavras-chaves: Cidade - Memória - Oralidade.

ABSTRACT

City, memory, past, representations, material transformations and its symbolic questions are some concerns of the written narrative presented here. It intends to be a scientific path through which we invite the reader to walk with us. Moved by these interests, this path intends to present the results of our research related to representations generated by symbolic and material transformations experienced in the municipality of Pombal, State of Paraíba between 1930 and 1950. As analytical issues, we seek to understand if those transformations happened in the urban space in the municipality of Pombal were experienced and are recalled collectively, what are the more significant changes which we kept in the memories of our narrators and which are the memories and feelings of those people related to the events under study. By using the methodology of oral history, we explored the meanings constructed in the memories of old people. According to oral evidence, it was also possible to observe other representations created about the same event than those in the written document constructed by official discourse of the Municipality Board and the local historiography. In this sense, our narrators told representations about transformations happened in Pombal which were less a personal experience and idealizations of progress and more meanings attached to the feeling of social exclusion. The memories of old people reconstruct in the present some cultural practices shared in the past. They are representations about the city in that historical moment and its material and symbolic transformations, construction through orality other sceneries, people, stories and uses of space.

Word-keys: City; Memory; Orality.

UNFCG/BIBLIOTECA

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- FOTO 1:** Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Pombal, 1935.....pág. 45
- FOTO 2:** Grande Hotel de Pombal -- Edifício Piancó, 1952.....pág. 45
- FOTO 3:** Pombal, 1934.....pág. 47
- FOTO 4:** Pombal, início da década de 1930.....pág. 48
- FOTO 5:** Enterro da senhora Vitalina Gouveia, fins do ano de 1936.....pág. 50
- FOTO 6:** Primeiro motor de luz de Pombal, 1927.....pág. 58
- FOTO 7:** Reunião realizada na Câmara Municipal de Pombal, década de 1950...pág. 60
- FOTO 8:** Passageiros e habitantes pombalenses em torno do trem, 1949.....pág. 67
- FOTO 9:** Praça Getúlio Vargas e monumento Coluna da Hora, década de 1940....pág.71
- FOTO 10 e 11 :** Correto e jardim da Praça Rio Branco, 1945.....pág. 71 e 72
- FOTO 12:** Cine Lux, 1958.....pág. 74
- FOTO 13:** Pombal (imagem focando a zona Norte – bairro dos Pereiros), década de 1940.....pág. 79
- FOTO 14:** Sociedade Artística e Operária Beneficente, década de 1950.....pág. 84
- FOTO 15:** Pombal sem praças e o tráfego de um motoqueiro, 1934.....pág. 112
- FOTO 16:** Praças Getúlio Vargas e Dr. José Queiroga, 1946.....pág. 113
- FOTO 17:** Rua Joubert de Carvalho, 1948.....pág. 114

LISTA DE NARRADORES CONSULTADOS EM ENTREVISTAS

ANA PERFEIRA DAMASCENA

Local de nascimento: Pombal – Pb.
Data de nascimento: 28 de setembro de 1935.
Ocupação profissional: lavadeira; doméstica.
Entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2007.

ANTÔNIA OLIVEIRA FERNANDES

Local de nascimento: Pombal – Pb
Data de nascimento: 02 de março de 1920
Ocupação profissional: lavadeira
Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007.

ANTÔNIO SANTANA

Local de nascimento: São Bentinho - Pb
Data de nascimento: 02 de fevereiro de 1918
Ocupação profissional: vaqueiro
Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2006.

ARLINDO UGULINO

Local de nascimento: Santa Luzia – Pb
Data de nascimento: 29 de abril de 1933
Ocupação profissional: advogado; professor.
Entrevista realizada no dia 08 de outubro de 2006.

BENTA CARNEIRO DOS SANTOS

Local de nascimento: Pombal – Pb
Data de nascimento: 11 de Junho de 1923
Ocupação profissional: doméstica
Entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2006.

BERNARDINA PEREIRA DO NASCIMENTO

Local de nascimento: Pombal - Pb
Data de nascimento: 25 de fevereiro de 1925
Ocupação profissional: auxiliar de serviço.
Entrevista realizada no dia 31 de janeiro de 2007.

CÉLIA DE MEDEIROS UGULINO

Local de nascimento: Fazenda Impueiras, Paulista – Pb.
Data de nascimento: 06 de janeiro de 1938
Ocupação profissional: doméstica
Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2006.

FRANCISCO LOPES DE SOUSA

Local de nascimento: Aguiar – Pb
Data de nascimento: 28 de março de 1918
Ocupação profissional: comerciante
Entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2007.

JOSÉ ARRUDA DOS SANTOS

Local de nascimento: sítio Lagoinha, Pombal - Pb.

Data de nascimento: 19 de junho de 1928

Ocupação profissional: funcionário público

Entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2006.

MANOEL VIRGULINO SUCUPIRA

Local de nascimento: Sousa - Pb

Data de nascimento: 31 de dezembro de 1912

Ocupação profissional: agricultor

Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2006.

MARIA ADÉLIA FELINTO

Local de nascimento: sítio Juazeirinho, Paulista - Pb.

Data de nascimento: 31 de abril de 1931

Ocupação profissional: doméstica.

Entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2007.

MARIA AMÉLIA DE SOUSA

Local de nascimento: Pombal - Pb

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1925

Ocupação profissional: Auxiliar de serviços

Entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2006.

MARIA DE LOUDES NERY

Local de nascimento: Pombal - Pb

Data de nascimento: 13 de julho de 1931

Ocupação profissional: empregada doméstica.

Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2007.

MARIA DE LOURDES DE SOUSA NÓBREGA

Local de nascimento: Pombal - Pb

Data de nascimento: 29 de abril de 1919

Ocupação profissional: professora

Entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2006.

ODETE ROQUE DA SILVA

Local de nascimento: sítio Maracujá, Pombal - Pb

Data de nascimento: 24 de dezembro de 1911.

Ocupação profissional: doméstica

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007

RAIMUNDO FERNANDES DA SILVA

Local de nascimento: Pombal - Pb

Data de nascimento: 13 de setembro de 1917

Ocupação profissional: operário; agricultor.

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007.

SUMÁRIO

EMBARQUE (Introdução).....	01
 PRIMEIRA PARAGEM	
<i>A cidade e seus lugares enquanto espacializações da memória: propostas e limites para o conhecimento das transformações urbanas pombalenses</i>	12
1.1 <i>Memória e oralidade enquanto possibilidades para outras representações urbanas pombalenses</i>	26
 SEGUNDA PARAGEM	
<i>Andanças no espaço, narrativas da memória: vivências e lembranças sobre as transformações urbanas em Pombal</i>	41
2.1 <i>"Foi serviço pra Pombal crescer. Deu trabalho como o Diabo"</i>	43
2.2 <i>"O motor era pequenininho. E também só podia ter quem podia pagar"</i>	55
2.3 <i>"Era como se a gente já tivesse o que fazer na cidade, pra melhorar"</i>	64
2.4 <i>"Meu pai não queria nem eu nessas ruas"</i>	77
 TERCEIRA PARAGEM	
<i>Caminhos e veredas na construção da imagem da cidade moderna – Pombal inscrita</i>	89
3.1 <i>Representação e historicidade: a cidade pombalense como espaço inscrito por alguns</i>	96
 DESEMBARQUE (Considerações finais).....	124
 REFERÊNCIAS	131

EMBARQUE (Introdução)

“Seja bem vindo!”

Em nosso ponto de partida convidamos você leitor, a fazer uma incursão narrativa, em estrada científica, por uma cidade e suas transformações. Apresentamos agora nossa pesquisa sobre uma cidade que não mais existe – posto que sua realidade se encerrou no passado – e cuja motivação nos levou a recompô-la através de diferentes olhares e falas, só possível pelo nosso interesse no tempo presente.

Tratamos aqui da cidade de Pombal¹, especificamente entre as décadas de 1930-1950, recomposta através de alguns escritos e falas, e representada principalmente pelo exercício da (reme)moração. Assim, interessa-nos nessa viagem narrativa, conhecer suas transformações materiais e simbólicas, resignificada por seus antigos (re)memoradores.

Naquele instante, Pombal vivia um bom número de transformações materiais que acabaram compondo a sua modernização urbana, tais como a implantação da energia elétrica (sendo o primeiro gerador de luz do ano de 1927 e sua extensão a outras vias urbanas, ocorrida a partir de 1932), a chegada da linha férrea e do trem (1932), a construção do primeiro prédio educacional do município denominado Grupo Escolar João da Mata (1932), a instalação da indústria Brasil Oiticica S/A (1932), a construção das praças Getúlio Vargas e Rio Branco, um coreto central nesta última e um açougue municipal (ambas iniciadas em 1936 e concluídas em 1940).

Além daquelas, foram concluídas as obras da Escola Normal Arruda Câmara (1949), construído um moderno hotel (chamado Grande Hotel, 1952), inaugurado o Cine Lux (1953). Foi iniciado o trabalho de calçamento público (1953), construído o primeiro Hospital e maternidade da cidade (chamado Sinhá Carneiro, 1959), para citar as principais transformações materiais pombalenses ocorridas naqueles idos.

Para tanto, através do exercício de recomposição da cidade do passado, procuramos contrastar a cidade que hoje se apresenta, entendendo suas transformações materiais e simbólicas como construções históricas possibilitadas por uma dada vivência pessoal/social cotidiana, imersas numa temporalidade específica. Logo, a

¹ A cidade de Pombal está localizada no interior paraibano, distando 360 km da capital João Pessoa, e foi formada a partir de um arraial fundado pelo sertanista Teodósio de Oliveira Ledo, em fins do século XVII, sendo, pois, a primeira formação urbana sertaneja da Paraíba.

cidade será tomada como representação e surgem outras formas de significá-la, a partir das muitas formas de praticá-la.

Como lembra CERTEAU (2004) as formas de praticar ou consumir a cidade partem de experiências cotidianas de seus habitantes, e se apresentam desde a forma de habitar, caminhar, criar trajetos, e mesmo no exercício de recordá-la, resignificando os seus lugares (disposição materialmente organizada). A espacialização dos habitantes na cidade tornaria os apenas “lugares” em “lugares praticados” (transformados pela experiência de viver a/na cidade).

No entanto, para tornar exequível nossa incursão, cruzamos diferentes diálogos entre nossos interlocutores e os antigos moradores locais, buscando problematizar o espaço urbano possível de ser percebido pela memória, possibilitada pela metodologia da história oral, através da tomada de relatos de memória.

Voltando-se a discussão sobre o espaço urbano, além de CERTEAU (2004) e sua compreensão das práticas cotidianas que se expressam, através de gestos simbólicos, práticas sociais e culturais, também mantemos diálogo com SIMMEL (1979) que perscruta a cidade e seu *modo de vida* próprio urbano. Sua principal observação diferencia o modo de vida na metrópole em contraposição ao modo de vida rural ou de cidades de pequeno porte. Para tanto, reconhece que há neste modo de vida urbano uma outra sensibilidade no comportamento de seus transeuntes, dos seus habitantes.

Mediada por CERTEAU (2004) e BRESCIANNI (1991;2002), adentramos por diversas portas de interpretação sobre o espaço urbano. Uma delas também nos levou a compreensão das formas de significar a cidade, possibilitadas pelas sensibilidades de seus habitantes, marcada pela experiência cotidiana. Sensibilidades estas já nos alertadas SIMMEL (1979).

Igualmente, mantemos um diálogo pertinente com ARANHA (2001) em suas apreciações sobre a experiência de modernidade nortista, propondo outras compreensões para as cidades em transformação, que não qualifique apenas a cidade moderna por suas dimensões espaciais, quantidade populacional ou ritmo frenético. Ao focar a adoção à modernidade por outros critérios de validação, pudemos apreender as implicações simbólicas diretamente relacionadas às conquistas materiais dos pequenos e médios espaços urbanos nortistas.

Aos poucos perceberemos que a modernidade pombalense se torna algo possível a partir de certas limitações, como bem pontuou ARANHA, tais como em suas questões

referentes ao ritmo urbano, configuração espacial ou celebração por uma ou outra conquista material, como apresentado mais adiante nessa incursão.

Assim, tratamos de uma pequena cidade do interior paraibano, cujo modo de vida por vezes se assemelhava a experiência quase ruralizada, demonstradas a partir de certas práticas cotidianas urbanas de seus habitantes, tais como apanhar lenha, cuidar de animais, carregar água, dormir e acordar cedo, entre outras práticas.

Do mesmo modo, tomando a redefinição das condições de vida moderna em Pombal, perceberemos que as conquistas materiais, mesmo celebradas por alguns como sintoma de progresso da cidade, acabaram por não se estender a todos os seus moradores, sendo a sua apropriação limitada a algumas pessoas.

Mediante nossa dificuldade em encontrar registros, e estimulado por nossos interesses de conhecer os meandros cotidianos das transformações urbanas pombalenses, no momento de sua modernização material, procuramos agenciar algumas falas que representassem esses acontecimentos. Assim, decorreu dessa limitação metodológica nosso maior interesse em trabalhar com narrativas orais que recordassem a temporalidade pesquisada.

Contudo, tomando como principal fonte de pesquisa a memória dos antigos moradores, as lembranças compuseram representações acerca das transformações urbanas pombalenses, sendo o entendimento de representação tomado de empréstimo, principalmente das leituras de CHARTIER (1990;1991).

A representação, encarada como significação ou enquanto forma de dar sentido ao mundo, pode ser transposta para nossa problemática, uma vez que a memória também é marcada como uma forma de enunciar, de representar o passado.

Assim, apoiamos nossas convicções em torno das representações criadas para as transformações materiais e simbólicas na cidade de Pombal, possibilitadas pela fala de seus agentes sociais, pessoas que às viveram.

O trabalho de memória da cidade exigiu cuidados redobrados, pois tal problemática trazia em si limites em seu manejo, principalmente referentes a travessia de tempos da memória, partindo do presente para o passado. Mesmo que sedutora fosse sua capacidade de revelar outros ditos e experiências da cidade, tratamos de problematizar a compreensão e os usos da memória enquanto significante social, atribuindo sentidos aos acontecimentos, monumentos, pessoas e objetos.

Recorremos mediante a nossa problemática à obra de HALBWACHS (1991) sobre o significado coletivo da memória, constituída e apoiada nas experiências

partilhadas socialmente, ou como ele se referia, dentro de um “quadro social”. Compreender a construção da memória coletiva também nos levou a entender as representações em torno das transformações urbanas pombalenses enquanto construções históricas, balizadas pelo sentimento individual de “ser e/ou estar no mundo” que não apenas é seu, mas pertence também a outros, por vezes diferentes de si.

No tocante a distinção entre memórias, recorremos as assertivas de POLLAK (1989; 1992) ao propor uma reflexão sobre o silenciamento de certas memórias. Caberia a nós então o esforço de trazer à tona todas as diferenças da lembrança, e evocar o seu conhecimento comum, juntamente com outras memórias já pronunciadas. Caberia, pois, o reconhecimento e a validação de memórias diferentes postas em constante embate com outras lembranças, fazendo revelar tanto o seu significado social, quanto fazendo ruir às tomadas generalizadoras de algumas experiências enquanto “memória coletiva”.

Nesse sentido, enquanto HALBWACHS (1990) propunha uma abordagem em torno da memória coletiva e compartilhada indiscriminadamente pela sociedade, de POLLAK (1989) foi possível reconhecer a pluralidade de lembranças, posto que a memória também está inserida dentro de um campo de força social, principalmente quando problematizadas o reconhecimento das identidades, das histórias diversas e conflituosas vividas pelos sujeitos.

Num jogo de tensão constante, a memória silenciada ou não-dita, seria para POLLAK menos um sintoma de esquecimento e mais uma forma de resistência, de protesto à imposição de certas histórias e identidades tidas por homogêneas e generalizadoras no campo social, estando o silêncio também enquadrado e significado socialmente.²

Em defesa da memória e polemizando sua discussão, veio NORA (1993) nos ajudar a compreender os lugares de memória, enquanto espaços ou práticas que encerram as lembranças artificialmente. Lugares para uma memória em risco, posto que ela não mais “pulsa”, cujo sentido não é mais compartilhado socialmente, sendo preciso localizá-la em dispositivos de rememoração sempre ao alcance do presente, e cuja preocupação passa a ser sua conservação para o seu futuro.

² A propósito MENEZES (2005) nos possibilita um melhor entendimento entre as semelhanças e diferenças na discussão do conceito de memória em Halbwachs e Pollak, percebendo as aproximações epistemológicas em ambos (tais como o caráter social e a partilha coletiva e seletiva da memória), bem como seus distanciamentos (como percebido na natureza harmoniosa e agregadora da memória no primeiro autor, e a condição conflituosa e plural no ato da recordação no segundo autor citado).

Neste sentido, alguns lugares de memória já haviam sido construídos para as transformações urbanas pombalenses, compondo parte da historiografia produzida localmente e que só agora foram contrastadas, revelando outras falas de vivência no espaço urbano. Eram falas que ora desprezaram, ora ressignificavam esses lugares.

Compreender tais falas exigia de nós um minucioso trabalho de escuta, numa observação atenta sobre as nuances provocadas pelo ato de lembrar. Aos poucos a memória era narrada, tornando-se um enunciado sobre o passado. Convertidas em oralidade, fizemos da memória nossa principal evidência para entender aquelas transformações urbanas sob a ótica dos seus moradores, que assumiram os papéis de rememoradores.

A evidência oral carecia de nós grande preocupação, pois como poderíamos validá-la? A discussão sobre a história oral, como metodologia específica, nos possibilitou narrativizar aquelas memórias, como um instrumento imprescindível nessa tarefa de pesquisa.

Entender a história oral como metodologia permitiu reproduzir um conhecimento partilhado entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador, pois as entrevistas não eram registradas por mera técnica eletrônica que ajudava salvaguardar aquelas falas. Compreendida como metodologia, a história oral também se traduzia nessa incursão como uma postura de esforço, compreensão e reconhecimento daquelas falas e experiências sobre o passado, contadas por quem as viveram.³

Assim, entendida como uma perspectiva de compreensão do saber e lembranças dos agentes narradores, cada contato ou entrevista também eram entendidos como uma negociação, pois não se tratava de uma relação preestabelecida e rígida entre o “Eu - pesquisador” e o “Eu - narrador”. Como nos alertou MENEZES (2005), a metodologia da história oral implica, ante de mais nada, numa interação social entre pesquisador e narrador, cujos resultados serão produzidos mediante essa negociação de interesses, informações e posições sociais.

Nesse sentido, também nos ajudou nesse manejo metodológico da história oral, os apontamentos feitos por THOMPSON (1998) ao reconhecer nessa prática de investigação uma forma de pluralizar o conhecimento, tornando em principais atores, sujeitos anteriormente marginalizados pela maior parte dos cientistas sociais.

³ LANG apud MENEZES, 2005, p.08.

Para ALBERTI (2005) essa metodologia de pesquisa possibilitava a inserção das histórias de sujeitos comuns para dentro da história, e não à sua margem ou fora dela. Tornariam, assim, suas experiências como algo imprescindível de reconhecimento e validação, na condição de partícipes da história, cuja vida esteve localizada no transcurso de algum acontecimento, espaço e tempo específicos.

Partindo de BOURDIEU (1997) e PORTELLI (1997) aprendemos a assumir uma postura profissional reflexiva diante da construção da evidência oral, exigindo nossa participação durante todo o processo de criação da nossa fonte de pesquisa, marcada, sobretudo, por nossos questionamentos, escolha de narradores e organização textual das falas colhidas.

Assim, mediante todas as contribuições citadas, o caminho escolhido para buscar as evidências e compor essa narrativa é trilhado sobre as representações de um tempo passado que não se pode mais voltar ou ser revivido. Restou-nos, pois, apenas tentar compreender "aquilo que já foi", resignificando o passado a partir de uma operação científica de escolhas metodológicas e de diálogo com nossos interlocutores.⁴

Em razão da escolha temporal desta pesquisa, ela se justifica pelo número de transformações materiais ocorridas na cidade de Pombal, e que foram vividas por seus habitantes. Nesse contexto, damos destaque a algumas modificações específicas ocorridas naquele espaço urbano, entre as décadas de 1930 até 1950, e que caracterizam, em parte, a modernização vivida pelo lugar.

No rol das modificações do lugar no período datado, e já citado anteriormente, poderíamos acrescentar a criação de clubes, sorveterias, a chegada e a partida diária do trem, a montagem de fábricas, o alinhamento de muitas ruas, a desapropriação de casas para a construção de prédios modernos e padronizados, como também a criação de um novo Código de Postura Municipal, cuja função seria a de regulamentar e vigiar o modo de vida dos pombalenses neste "novo" espaço.

Assim, reconhecidas tais conquistas materiais na cidade, elencamos como problemas norteadores dessa incursão, os seguintes questionamentos: será que tais transformações urbanas ocorridas em Pombal entre 1930 e 1950 ficaram registradas na memória das pessoas que as vivenciaram? Como essas memórias representam as transformações urbanas através da oralidade? Será que essas representações em torno

⁴ Como lembra CERTEAU (2000, p. 66) é preciso que se compreenda essa operação científica enquanto uma "relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)".

das transformações urbanas são significadas coletivamente? Será que elas afirmariam outras representações criadas, por exemplo, pela historiografia local? Será que estes sentidos da memória para as transformações urbanas condizem com os registros oficiais e que enunciam uma dada cidade?

Estabelecemos ainda como objetivos nessa incursão: 1) destacar as lembranças (e sentimentos) dos antigos habitantes pombalenses em relação às transformações urbanas ocorridas, encaradas enquanto simulacros do passado vivido e emitidos pela oralidade dos atores sociais que viveram essas modificações; 2) conhecer as principais transformações da época, identificando as novas formas de socialidade surgidas no contexto dos espaços modificados ou inovados e como são rememoradas por seus antigos moradores; e 3) entender a importância (ou não) das modificações urbanas enquanto constituintes da memória local sobre o passado, representadas diferentemente daquelas enunciações criadas pelos registros oficiais ou escritos historiográficos sobre a cidade.

Assim, nos interessa conhecer não apenas o quadro de transformações urbanas ocorridas ali, mas, sobretudo, como antigos (re)moradores locais representam essas modificações, a partir das suas lembranças e experiências naquele espaço. Trata-se, pois, do sentido que essas transformações urbanas tiveram para o modo de vida dessas pessoas, e de como elas atribuem significados para aquelas conquistas materiais.

Acompanhada dos relatos possibilitados pelas lembranças, procuramos também trazer à nossa discussão outras fontes de pesquisa, como o Código de Postura municipal da cidade, datado de 1936 e em vigor pelo menos até a década de 1950, sem alterações significadas em seu texto original. Ainda pesquisamos alguns projetos e anteprojetos de lei municipal da Câmara Municipal de Pombal, também dentro da temporalidade estudada.

Desta forma, ainda tomamos leitura de obras da historiografia local, num conjunto total de quatro autores que informam, e não menos acabam por representar através da narrativa escrita, sobre as transformações materiais e simbólicas pombalenses. Enquanto historiadores locais, essas pessoas, em certa medida, se tornaram conhecidas por sua contribuição à discussão sobre o passado da cidade, sendo suas narrativas em parte reconhecidas e validadas pela população local.

Através dessas fontes procuramos contrastar os sentidos dados às transformações urbanas pombalenses, desde as representações orais em torno dos acontecimentos

vivididos, até mesmo para as significações “idealizadas” para a cidade pelos documentos oficiais, bem como dos sentidos das narrativas escritas, tidas por “operações históricas”, sobre esse acontecimento que marca o passado da cidade.

Tal exercício de aproximação entre as diferentes fontes pesquisadas pode criar representações para as transformações urbanas pombalenses que ora se aproximavam ou se distanciavam, incorrendo em corroborações ou conflitos, em indiferenças de outros sentidos atribuídos ao acontecimento.

Durante essa incursão, o espaço urbano pombalense do passado passará a ser apropriado e novamente representado, não apenas pela fala de seus antigos moradores, mas também pelo ato dessa escrita científica. Enquanto viagem propositalmente articulada e planejada como uma operação, essa incursão poderá ser tomada como mais uma narrativa ou estilo, fazendo ver um novo ponto de vista. Tomadas as transformações urbanas pombalenses enquanto fatos já conhecidos e produzidos na/pela sociedade, tratamos de lançar-lhe um olhar interessado, constituindo nossa incursão mais um despertar epistemológico para o acontecimento.⁵

Ao propor essa incursão científica, tornamo-nos responsáveis por sua condução, posto que ela foi gerada a partir de interrogações, de problemas suscitados, cujas repostas não chegam desinteressadas, naturalizadas, como se fossem “algo dado”. Elas foram provocadas, incitadas pela curiosidade, pela ânsia de saber, mas não num descontrole “paranóico” de tudo saber, como num esgotamento de outras possibilidades. Ela se torna mais uma inscrição de significados sobre um espaço que não se pode mais tocar ou habitar, e cuja narrativa acaba por se entrecruzar com uma dada trama social marcada por latências, apropriações e labilidades que constituem a própria condição da *socialidade* humana, como nos assegurava MAFFESOLI (1988).

Segundo MAFFESOLI, a socialidade seria algo como uma *empatia comunizada*, ou seja, resíduos de sentido ou intencionalidade de ser/estar-junto-com, portanto, de coexistir através de relações de solidariedade, conflitos e distensões próprias ao cotidiano social.⁶

Em Pombal durante o curso de tempo entre as décadas de 1930-1950, novas formas de comportamento e de relação com o espaço foram sendo definidas pelas

⁵ MOSCOVICI, 1990, p. 241; MAFFESOLI, 1988, p.33.

⁶ Ibid., p.204 e 207.

práticas cotidianas, ou como diria CERTEAU, pelas “artes de fazer”, dentro das condições de possibilidade de se articular no espaço-tempo da cidade em transformação.

Nessa incursão científica, a oralidade nos permite perceber essas novas formas de comportamento e de relações, denotando a existência de possibilidades de agir no campo social, cotidianamente. Assim, a fala dá visibilidade a operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e detalhes de vivência e experiência, a uma lógica que, desprovida de ideologias ou de instituições próprias, obedecem a outras regras, inventando *táticas*.⁷

As táticas fazem parte da politização das práticas cotidianas, e se constituem enquanto golpes contra um poder próprio (a estratégia), ou seja, contra a ordem das relações de forças em que estamos inseridos e que não podemos permanentemente escapar a não ser pelas possibilidades de ganho ocasionais, dentro dos sistemas político, econômico e científico postulados para nós, e dos quais não podemos nos isolar.

Ainda assim, as táticas imprimem as “condições de possibilidade” nas práticas cotidianas, as quais também nos dedicamos a compreender, pois, para além das transformações materiais pensadas e executadas no campo dos saberes e poderes instituídos, havia o pulular de caminhantes no espaço, cujas experiências não foram vividas nem percebidas igualmente.

Nossa condução tem por destino uma cidade e seus diferentes trajetos, lugares inventados e espaços recriados pelos caminhantes pombalenses, estando disposta pelo passeio em três paragens (aqui entendidas como os capítulos desta pesquisa). Pontos de parada estabelecidos para dar melhor visibilidade à visita e conhecimento dos seus propósitos.

Iniciando o nosso percurso, propomos em nossa primeira paragem demonstrar a possibilidade de se avançar nessa incursão. Para tanto, relacionamos as discussões teórico-metodológicas com a experiência empírica, e que nos permite seguir adiante. Essas discussões teórico-metodológicas nos ofereceram um tipo de transporte conceitual para que sejam diluídas as representações sobre as transformações urbanas pombalenses. Compreendida nossa incursão enquanto operação científica, essa paragem ainda se faz necessária para que não haja equívocos e frustrações quanto ao itinerário a percorrer.

⁷ CERTEAU, 2004, p.42.

Na segunda paragem será possível conversar com os antigos (reme)moradores daquele espaço em visitação. Oportunidade para conhecer a cidade e suas transformações pelo viés das lembranças construídas a partir das vivências de nossos narradores. Aqui propomos uma discussão sobre a importância, emprego e análise da metodologia da história oral, enquanto mecanismo que possibilita o surgimento de evidências orais sobre o passado.

Neste momento, é hora de conhecer o cotidiano e suas teias relacionais, os usos dos lugares e as experiências que decorrem a partir de tais transformações urbanas, por via da memória e da fala de quem às viveram. Para tornar exequível nosso objetivo nessa paragem, elencamos um grupo de 16 (dezesesseis) narradores, sendo estes antigos moradores da cidade.

Compõe o nosso grupo de narradores o número de 10 (dez) mulheres e 06 (seis) homens, de diferentes condições sociais. Estes viveram (ou ainda vivem) em diferentes espaços da cidade (no centro urbano ou na sua periferia). Suas faixas etárias variam entre 75 e 90 anos de idade, vivendo muitos narradores em momentos distintos dos demais, o que variava a possibilidade de recordação da sua vida na cidade durante a infância, juventude ou fase adulta.

Nossas entrevistas foram realizadas mediante um roteiro com perguntas semi-estruturadas, conveniente a temática pesquisada. Contudo, tal roteiro apenas servia de balizador para a coleta das evidências orais que pretendíamos trabalhar. Não encarando o roteiro como algo dogmático, foi possível relacionar a temática das transformações urbanas pombalenses às história de vida de nossos depoentes. Exercício este que permitiu maior aproveitamento durante as entrevistas do problema pesquisado, dando margem a integração entre pontos de vista sempre exemplificados por experiências pessoais vividas.

Em nossa terceira paragem, nos acompanham alguns “guias” locais, especialmente convidados para informar sobre as transformações urbanas pesquisadas, posto que os mesmos se firmaram enquanto especialistas da narrativa histórica, capitaneando certa autoridade de fala, na condição de historiadores locais. São nossos historiadores convidados, Wilson Seixas Nóbrega, Antônio de Sousa, Verneck Abrantes e Edinaura Araújo.

Buscamos perceber entre eles que representações são criadas quando observadas as transformações urbanas pombalenses no período pesquisado, procurando entender suas escolhas de argumentação e interpretação para o acontecimento. Um grupo de

historiadores profissionais e diletantes, cujas representações criadas ora se assemelham ora divergem de sentido, marcadas pela temporalidade em que foram inscritas e pela compreensão histórica particular.

Contudo, diante do exposto, passemos agora ao início dessa incursão, esperando que ela seja tão reveladora a você quanto foi para nós durante todos os momentos de planejamento e montagem de sua trajetória. Compartilhemos agora as transformações urbanas pombalenses, através de suas representações, personagens e experiências especiais.

“Boa viagem!”

PRIMEIRA PARAGEM

A CIDADE E SEUS LUGARES ENQUANTO ESPACIALIZAÇÕES DA MEMÓRIA: PROPOSTAS E LIMITES PARA O CONHECIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS POMBALENSES

“Se ‘o evento’ é aquele que se conta, a cidade não tem história, ela só pode viver se preservar todas as suas memórias”.

Michel de Certeau & Luce Giard

Quando propomos uma visitação, a partir de um olhar acadêmico, a uma cidade que não mais existe, posto que faz parte de um tempo passado, alguém poderia imaginar que nada mais encontraríamos além de um aglomerado da materialidade urbana (prédios, ruas, praças, etc.) e suas datas de construção, bem como o uso coletivo e indiferenciado desse lugar.

A visitação, num primeiro instante, pode parecer uma ação de fácil realização, posto que o nosso objeto parece já “está ali”, de fácil acesso, esperando o nosso encontro, nossa observação, para apreendê-lo. Porém, esta convicção pode se tornar um grande engano.

Como todo objeto de investigação é traçado por uma problematização e não por naturalização do “dado em si”, a complexidade que existe nos meandros dessa cidade do passado, exige, por si só, que essa visitação seja planejada em todas as minudências, de forma a evitar que o visitante se perca em suas vias.

A nossa visitação já se inicia no momento de delimitação dos nossos objetivos e, principalmente, das nossas escolhas nessa caminhada, que acabamos por estender para a própria compreensão do que é a “cidade” e de como melhor tratá-la através dos nossos propósitos. Assim, delimitar para nós o que significa a *cidade* exige também um exercício de escolhas conceituais dentro de um universo de possibilidades.

Falamos possibilidades, posto que no campo das ciências humanas e sociais, a literatura que trabalha com cidade é por demais extensa e polissêmica, apresentando uma ampla variedade de interpretações. Assim, acreditamos que a reflexão sobre as diferentes compreensões sobre o que é a cidade nos ajudará a explorar, não de forma

completa (pois não se trata de uma preocupação quantitativa), mas de forma mais qualitativa o nosso objeto de estudo e as problemáticas que nos levam a essa visita.

Contudo, numa demonstração de quão é diversificado o trato discursivo nesse campo, poderíamos pensar a cidade a partir de duas possibilidades ou caminhos: a) a cidade encarada como dado real, objetivado, capaz de ser apreendido pela observação direta; b) a cidade encarada enquanto *construção* de um dado científico, objeto criado a partir de preocupações, limitações e propósitos bem definidos. Essa compreensão de cidade, longe de uma totalização de sua captura, se contentaria com um conhecimento parcial ao seu respeito, especialmente lançando novas abordagens acerca das experiências vividas nesse espaço, reconhecendo as suas diferenças.

O primeiro entendimento sobre a cidade é marcado por uma criação científica de um conceito como uma prescrição incontestável, posto que encarada como verdade absoluta, objeto apreensível por métodos pertinentes de manipulação e objetivado por uma eficaz (neutra, imparcial) conduta de observação e descrição do real¹.

Todavia, não é esse o caminho que nos interessa para conhecer a cidade pretendida. Optamos pela segunda abordagem sobre o entendimento de cidade, visto que nossa preocupação nessa visita já se deu a partir da formulação de uma problemática, tendo como universo de investigação a cidade de Pombal e diversas representações sobre suas transformações urbanas.

Nesse contexto, nossas preocupações se voltaram para a memória urbana e suas transformações e, cientes das diferentes representações que possivelmente poderiam surgir para o mesmo acontecimento, percebemos a necessidade de trabalhar com uma literatura mais plural sobre o tema “cidade”.

Feitos tais esclarecimentos, iniciamos nossa visita no sentido de conhecer as representações sobre as transformações urbanas em Pombal, entre 1930-1950, principal objetivo desta investigação. Por se tratar de uma cidade do passado, buscaremos conhecer as experiências dos seus habitantes durante aquele período, focado como caminho possível para alcançarmos nosso intento.

Ao propor conhecer as memórias sobre as transformações urbanas pombalenses, estendemos a compreensão de cidade para além do significado que à encerra apenas enquanto materialidade. Problematizamos então, segundo CARLOS (2004), uma

¹ FONTES, 1997, p.358.

abordagem para a cidade que possibilite perceber outras nuances que a envolvem: o conteúdo da sua prática sócio-espacial, enquanto experiências dadas no tempo-espaço.²

Assim, abordar a memória dos antigos moradores sobre as transformações urbanas pombalenses implica em considerar que havia uma “vivência” naquele espaço, para além de materialidade e organização disciplinar, e que Pombal também era um *locus de urbanismo*.

Entenda-se urbanismo aqui como o *modo de vida* próprio (subjetivo) de habitar e se relacionar no espaço urbano, e que demonstra ser peculiar a qualquer outra vivência em qualquer outro espaço, como por exemplo, num espaço rural. A vida na cidade tem outras implicações e é cotidianamente marcada por uma nova sensibilidade.³

Assim, buscamos considerar em nossa visita à Pombal de outros idos, as experiências ali vividas, marcadas pelos conflitos que entrecruzam a trama social, pelas latências, apropriações e labilidades, que constituem a própria *socialidade*. Uma socialidade também estreitamente relacionada e marcada a partir das transformações materiais e simbólicas em Pombal.

Tais mudanças no espaço urbano pombalense implicaram em novas maneiras de se comportar, outros caminhos a espacializar, novos cenários a se descortinar na cidade.

Em nossos relatos sobre o espaço urbano pombalense, através da oralidade de seus antigos (reme)moradores, notamos o distanciamento da visão da cidade moderna, idealizada através da gestão científica do/ para o espaço regular, higiênico, funcional, fluido, homogêneo, equilibrado, sincrônico, ou seja, espaço esquadrihado pela previsibilidade e planejamento científicos⁴.

Não há nesses relatos do espaço uma forte menção sobre Pombal ser uma cidade manipulável, inferida pelo controle social e processado por grupos formalmente organizados, onde as massas de homens estão “sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores”⁵, como pretendia alguns urbanistas.⁶

² CARLOS, 2004. p.17.

³ SIMMEL, 1979, p.11.

⁴ GOMES, 1992, p.55.

⁵ WIRTH, 1987, p.111.

⁶ Nesse sentido, ver CHOAY (1997) e sua compreensão e historicização do conceito de cidade pelos urbanistas. Para esta autora há diferentes formas científicas de abordar a cidade, não sendo consenso suas leituras, uma vez que estas não se delimitam como uma divisão epistemológica bem definida. No entanto, lembra a autora da divisão de duas correntes muito comuns em torno da crítica à cidade: a das abordagens funcionalistas, marcadamente voltada ao modelo progressista, relativas ao espaço passível de ser normatizado por uma crença no progresso futuro da humanidade, na racionalidade e formas de organização social/espacial (baseada essa última na lógica e estética modernas); e a das abordagens

Seus antigos (reme)moradores elegeram outros parâmetros, enunciando outras informações sobre o espaço urbano pombalense, por vezes completamente alheio aos discursos que oficializaram a história de suas transformações materiais e simbólicas.

Quando falamos aqui de “discursos que oficializaram” transformações urbanas, estamos nos referindo ao conjunto de quatro obras produzidas por historiadores locais, e que em maior ou menor medida representaram tais transformações, através de explicações que pretendem coletivizar as experiências, uma vez autorizadas as suas falas e validado o seu saber.⁷

Essas leituras, tomadas como “guias” da história local pombalense, acabaram por criar ou reforçar a concepção de que a cidade e suas transformações materiais e simbólicas só podem ser compreendidas dentro de certas explicações “lógicas” do que foi vivido e que acabaram por representá-lo: falas em torno do progresso⁸ e das suas conquistas materiais, e do empenho político de alguns personagens para que se realizasse tais modificações urbanas.

Assim, nossos (reme)moradores acabaram por revelar não uma, mas várias cidades, que não se encerraram enquanto falas que corroboraram com as representações anteriormente feitas pelos historiadores locais. São descrições do espaço que se distanciam da ótica da cidade manipulável por poderes e saberes, organizado pelas normas objetivas (policiais, jurídicas, políticas, religiosas, urbanísticas, etc.), ou apenas constructo material só possível pela ação de alguns.⁹

As transformações materiais e simbólicas em Pombal passam a ganhar visibilidade a partir do consumo de sujeitos dos lugares criados através de práticas cotidianas que também acabaram por atribuir novos significados de forma, de usos e

culturalistas, onde a tônica discursiva recai sobre o significado histórico da materialidade e relações humanas (orgânicas), envolta numa discussão política de resguardar o passado da força progressistas, cuja única preocupação era com o tempo futuro, e perceber a cidade enquanto formação humana (cultural) no tempo, dinâmica e diversificada.

⁷ Fazemos referência a tais obras mais especificamente em nossa última paragem dessa visita, sendo nossa leitura cuidadosa realizada sobre os escritos de SEIXAS (1959;1962), SOUSA (1971), ABRANTES (1999;2002) e ARAÚJO (1998).

⁸ O sentido de progresso aqui é tomado na aceção assumida no Ocidente, principalmente a partir do século XIX, e diz respeito à idéia de avanço ou desenvolvimento científico, técnico e econômico a ser vivido no tempo presente, ou desejado em tempos futuros. Tal ideal ainda partilha na certeza da vivência de uma sociedade com maior conforto, segurança, bem-estar, instrução/educação e democracia/emancipação humana. A propósito ver LE GOFF (2003), capítulo intitulado *Progresso/reação*.

⁹ Tal discussão a respeito das representações criadas pelos historiadores locais será detalhada no último capítulo desse trabalho.

comportamentos diferenciados daqueles propostos pela administração panóptica e seus dispositivos/discursos ditos como “organizadores”¹⁰.

As formas de se relacionar com a cidade, nesse período de transformações, são reveladoras de comportamentos e significações, enfim, de modos de vida diferentes num mesmo espaço urbano, e possibilitadas por outras situações, marcadas pela experiência de vida de cada antigo (reme)morador.

Ao novo cenário urbano pombalense de praças, ruas e ambientes também foram se redesenhando outras práticas voltadas ao consumo dos habitantes, seja tomando os espaços para fins lúdicos ou para com fins de labuta, como ocorreu com a Estação Ferroviária local.

Lembramos ainda das melhorias do centro urbano que acarretaram na estigmatização social da periferia enquanto ambiente desprovido de benefícios, habitado por pessoas “suspeitas”, logo um espaço perigoso de transitar. Representações em torno de um espaço periférico, ausente da historiografia local, cujos interesses políticos parecem desconsiderar sua existência.

Citamos brevemente a conquista material da energia elétrica na cidade que, celebrada com grande festa pelas autoridades locais e pessoas comuns na trama proposta pela historiografia pombalense, desconsiderou a prática de muitos pombalenses não consumirem tal benefício, por razões principalmente financeiras. Ou seja, foi possível perceber que os relatos da historiografia local ausentam das conquistas materiais urbanas o condicionante das práticas sociais, das experiências que envolviam as significações e comportamentos dos seus habitantes.

Em atestando outras representações para essas transformações urbanas, buscamos em SIMMEL um aporte para entender essas significações e comportamentos relacionadas ao universo urbano. E é a partir desse autor que percebemos a singularidade de “viver na cidade”, uma vez que esta condição está marcada pelo próprio modo de vida urbano, através das *formas* de vida possíveis e das mudanças psíquicas cotidianas, principalmente experimentadas com mais intensidade no espaço da metrópole.

Através da sua observação, SIMMEL chegou a perceber que a vida nas grandes cidades modificava a mentalidade dos sujeitos urbanos, adotando posturas individualistas e mais racionalistas nas suas ações. Para SIMMEL, era possível também

¹⁰ CERTEAU, 2004, p.175.

notar uma apatia pelas heranças históricas e culturais, e uma postura que adotava a impessoalidade e autonomia individual, compondo ainda outras características da vida metropolitana, tais como a “pontualidade, calculabilidade e exatidão, que são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana”.¹¹

É importante reconhecer em SIMMEL uma margem para pensar as experiências cotidianas na cidade, muito embora este autor tente esquadriñar um modo de vida específico para a vida metropolitana, o que não condiz com o cotidiano pombalense de 1930-1950, consideradas à observação e implicações referentes ao tamanho e/ou densidade populacional local e historicidade.

Distanciamo-nos ainda de SIMMEL quando este afirma que as pequenas cidades são marcadas pela falta de liberdade, condição que justifica a pequenez e preconceito que atrofiam seus cidadãos, marcados por tipos de relações profundamente sentimentais e emocionais, e não individualistas e racionalistas como no modo de vida metropolitano¹². A realidade investigada não coaduna com o modelo criado pelo autor.

Tomando as experiências urbanas vividas por seus antigos habitantes, percebemos que, mesmo considerando o tamanho da população, as limitações espaciais e mesmo contando com maior grau de pessoalidade entre os moradores, Pombal daqueles idos não se configurava como um lugar homogêneo. Ali a cidade moderna estava marcada pela diferença de sujeitos e de relações, que se apropriavam dos espaços urbanos de forma distinta.

Entre nossos narradores podemos notar falas de estranhamento do próprio espaço urbano ao se referir, principalmente, ao Bairro dos Pereiros, localizado na periferia da cidade. Por se tratar de um espaço que abrigava a zona do meretrício e a população economicamente desfavorecida da cidade, este local ficaria estigmatizado como o “lugar proibido de circular”, por ser “imoral” e “perigoso”.¹³. Tais falas vão de encontro ao modelo “sentimental e emocional” conjecturado em SIMMEL para caracterizar os pequenos centros urbanos como um modo de vida quase ruralizado.¹⁴

¹¹ SIMMEL, 1979, p.15.

¹² Ibid, p.11 e p.20.

¹³ Informações prestadas ao autor pela senhora Ana Pereira da Macena, no dia 15 de janeiro de 2007.

¹⁴ É importante frisar que em SIMMEL há uma comparação entre os modos de vida na metrópole e os pequenos núcleos populacionais. Para tanto, o autor notará um maior grau de individualismo e racionalismo que permeiam as relações sociais nos grandes centros, algo que não se observava nos pequenos núcleos populacionais, posto que mantinham maior grau de pessoalidade, relações enredadas por um caráter mais sentimental.

Outro exemplo salienta a contradição entre a realidade investigada e o discurso de SIMMEL e nos foi contado pela senhora Bernardina Pereira Santana. Segundo esta senhora eram inúmeras as proibições impostas por seus pais, condicionando sua disciplina ao cuidado com a de não se “misturar” com certas pessoas, uma vez que assim agindo, poderia ela comprometer a sua integridade, e ficar “falada”.¹⁵

Lembrou a senhora Célia de Medeiro Hugulino que sua mãe à proibiu de dar esmola a certa senhora e ao seu filho, pelo fato de desconfiar que esta estaria querendo “amizade” com ela. A razão da proibição foi justificada pela pobreza e lugar onde a pedinte morava (Bairro dos Pereiros).¹⁶

Com estes exemplos queremos problematizar que tomar a dimensão espacial, densidade ou mesmo ritmo urbano como ponto de partida para nomear e diferenciar as cidades parece-nos restringir a importância das significações simbólicas nelas experimentadas. Configura-se, tal ato, como uma posição interpretativa que tende à uma significação homogeneizadora, de realidades diferentes.

Com isso não queremos também conjecturar que Pombal daqueles idos das décadas de 1930 até a década de 1950, mesmo passando por muitas transformações materiais e simbólicas, deixava de ser considerada uma pequena cidade. As transformações urbanas ocorreram, mantendo reduzido o seu tamanho espacial e populacional, e sua estreita relação com o espaço rural.

Em se tratando da dimensão espacial, as falas possibilitadas pela memória de nossos antigos (reme)moradores conseguem espacializar apenas uma dúzia de ruas, cujos limites eram sempre os campos ermos de matas e açudes. Exemplo disso aconteceria ao ser narrado as áreas do bairro dos Pereiros, considerado à época sempre como distante, e o próprio centro urbano, cujos limites acabavam a se confundir com ruas interminadas, com casas sem vizinhança, riachos etc.

Sua população urbana também era bastante reduzida se comparada à outros municípios paraibanos, uma vez que a maioria das pessoas costumava procurar a cidade apenas em dias de feira, para fins médicos ou em festas religiosas. Nessas ocasiões, e somadas ao longo do tempo pela crescente procura de famílias por escolas para as

¹⁵ Informações prestadas ao autor pela senhora Bernardina Pereira Santana, no dia 31 de janeiro de 2007. Completa nossa colaboradora a informação dizendo que foi proibida por seu pai de ao menos dirigir a palavra para soldado ou motorista, razão pela qual teria vivido uma desilusão amorosa por ter se envolvido com alguém que exercia essa última profissão, sendo obrigada a romper esse relacionamento.

¹⁶ Informações prestadas ao autor pela senhora Célia de Medeiro Hugulino, no dia 12 de outubro de 2006.

crianças e jovens, a cidade abrigava seus visitantes mais costumeiros: os habitantes da zona rural.¹⁷

Numa amostra do quadro populacional pombalense na segunda metade da década de 1930, o município apresentava uma população total de 28.277 pessoas, divididas entre as zonas rural e urbana, contando ainda com os distritos que estavam subordinados ao poder político municipal. Ocupava Pombal à época apenas 1,97 da população relativa à Paraíba, índice inferior aos municípios de Sousa (com 34.056 habitantes) e Patos (com 29.157 habitantes).¹⁸

Contudo, o dado mais revelador do quadro populacional do município pombalense, e o mais detalhado também, foi publicado no ano de 1950. Nele ficou demonstrado que no início da década de 1950 o município pombalense contava com um número de 50.292 habitantes, ou seja, quase o dobro da população registrada no Censo realizado na década de 1930, demonstrando um crescimento populacional vertiginoso se postas tais estatísticas em comparação.¹⁹

Assim, dos 50.292 habitantes pombalenses apenas 6.525 habitavam na zona urbana, enquanto 43.767 pessoas habitavam a zona rural. Nesse sentido, Pombal era um município, ainda na década de 1950, eminentemente rural. E esse fator não está demonstrado apenas em números, mas pôde também ser percebido através das falas de nossos narradores.

Em se tratando dos nossos (reme)moradores entrevistados, pelo menos a metade nasceu ou habitava na zona rural antes de habitar na cidade. Os motivos deste deslocamento são justificados das mais variadas formas, e marcados por situações pessoais e familiares, mas que acabam encontrando o mesmo destino: viver na cidade.

Para tanto, embora seu crescimento populacional fosse lento e sua dimensão espacial bem modesta, se comparada à outros centros urbanos maiores, constando apenas de algumas ruas, havia algo que motivava sua forma espacial a alterar-se,

¹⁷ É bom que se entenda que juntamente com os habitantes da cidade (zona urbana), os residentes na zona rural formavam o município de Pombal, estando subordinado ainda a este alguns distritos municipais. Assim, difere a compreensão de município daquela de cidade, principalmente por que este se refere a uma circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores, ou seja, a uma abrangência político-administrativa para além do espaço da cidade (sede do município que abriga a prefeitura e a câmara municipal).

¹⁸ Índices demonstrados na publicação *Sinopse Estatística do Estado*, publicado em 1940, mas com informações do Censo realizado no ano de 1937 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante lembrar ainda que à época eram considerados pertencentes ao território de Pombal apenas os distritos de Paulista, Malta, Condado e Lagoa.

¹⁹ Informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume XVII, publicada no ano de 1960.

implicando também na mudança nas formas ou modo de vida urbano. E esse algo atendia ao desejo de modernidade, tomada aqui com outro significado, para que pudesse ser percebida em Pombal, respeitando os seus limites e particularidades históricas próprias.

Nesse sentido, coube-nos uma aproximação muito pertinente nessa incursão, com os apontamentos feitos por ARANHA (2001), ao relativizar o entendimento de modernidade urbana a partir de uma experiência regional (nortista), focando a chegada do trem de ferro e outros signos modernos, e suas implicações simbólicas para a população.

Este autor se propõe a entender as novas sensibilidades enquanto práticas culturais gestadas socialmente e que acabam por fazer emergir novas idéias e novos hábitos. Para aquele autor, a modernidade nortista configura-se menos pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu “rush” característico e mais por uma ou outra novidade estrangeira²⁰.

No decorrer deste trabalho, findaremos também por perceber que em Pombal o surgimento de alguns equipamentos urbanos foram tratados como verdadeiras “maravilhas” do progresso técnico e material. Progresso este que viria, talvez, dinamizar os deslocamentos espaciais e as comunicações, além de representar uma transformação na vida cotidiana de seus habitantes pela representação de conforto e/ou elegância oferecida pela cidade, além dos novos espaços de entretenimento²¹.

Por conseguinte, também entendemos a modernidade urbana pombalense como uma experiência diferenciada dos grandes centros urbanos, respeitando as distintas espacialidades e historicidades e não apenas enquanto um ideal tomado pelo anseio de progresso, pela medição do grau citadino de civilidade, ritmo e tamanho²².

Assim, longe de se aplicar modelos modernizadores e compreendê-los como experiências generalizadas a todos os espaços urbanos, há que se observar as condições de possibilidade e historicidade das práticas locais de forma diferenciada, posto que essas transformações supõem discrepâncias (na recepção do “novo”) e discontinuidades (quando observados os ritmos próprios de modificação) pelas práticas do usuário²³.

²⁰ ARANHA, 2001, p.255.

²¹ Ibid., p.260.

²² Segundo GOMES (1992), o urbanismo tornou comum a representação da cidade moderna focando suas condições de salubridade, fluidez, estética e novas espacializações criadas, que possibilitavam uma harmonia urbana, disciplinando as formas de habitação, circulação e comportamentos.

²³ SALGUEIRO, 2001, p.167-168.

Os relatos de espaço dos nossos narradores bem demonstram a particularidade das transformações urbanas pombalenses, narrando como as conquistas materiais e simbólicas vão interagindo consoante suas histórias de vida. São afirmações ora sutis em suas observações, ora surpreendentes de situações onde o novo foi tratado como estranhamento e impacto social.

Relatos de espaços que acabaram por dar visibilidade às práticas culturais, vividas socialmente, percebendo aí as mudanças de hábitos, os deslocamentos humanos, os consumos de espaços, os conflitos surgidos (ou não) entre atores e comportamentos (antigos e modernos).

Nessa incursão narrativa também se tornou interessante o argumento weberiano para a compreensão das diferenças entre cidades, rejeitando uma única e generalizada representação sociológica daquilo que constitui o espaço urbano, e alargando as possibilidades de compreensão pela alteridade cidadina, principalmente em relação sua a necessidade tipológica de categorizar a cidade²⁴.

Das lições e aplicações epistemológicas weberianas na concepção de cidade, foi possível perceber em Pombal a sua importância econômica sempre crescente no cenário sertanejo paraibano a partir da década de 1930, quando focadas as funções de mercado capitaneados para espaço urbano, tal como aconteceria com a escolha desse lugar para que nela fosse implantada duas grandes companhias de beneficiamento de gêneros agrícolas ou firmas de representação desses produtos²⁵.

Para tanto, sem pretender categorizar a cidade, nossa compreensão nessa incursão se propõe a fazer uma apreciação das diversas e diferentes experiências no espaço urbano pombalense, cujas categorias weberianas poderiam tornar inviável o universo possível de representações das transformações urbanas, captadas a partir das vivências dos seus habitantes.

²⁴ WEBER procura pensar a cidade pelos matizes tipológicos e históricos de suas funções exercidas ao longo do tempo. Sendo assim, reconhece e categoriza a cidade como: a) do principado, b) industrial e c) agrária, muito embora considere pertinente reconhecer a condição essencial das cidades enquanto espaço político-administrativo, enquanto *locus* de decisão e organização racionalizada (1979, p.76). O termo tipológico se refere à elaboração epistemológica do *tipo ideal*, pensado por Weber enquanto recurso metodológico para a compreensão sociológica do real. O tipo ideal seria uma formulação lógica de características "irreais", uma construção utópica de conceitos ou entendimentos a partir da observação de vários exemplos históricos/reais, de modo que se tenha um marco referencial vazio de valores, cuja função essencial é servir metodologicamente para se "aproximar" ou "distanciar" da realidade observada, ao tipo puro, construído mediante comparação. A propósito ver SANT-PIERRE, 1999, p.75.

²⁵ As firmas que chegam à cidade pombalense se tratam da empresa Brasil Oiticica S/A, SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) e escritório de representação Anderson Clayton.

Logo, a cidade nos aparece como algo composto de lugares e espaços onde se desenrolam as diferentes tramas sociais mediante a integração entre sujeitos, marcados pelo tempo, por uma dada historicidade²⁶. Uma construção imaginária, uma representação do real: sem ser uma “coisa” dada, a cidade necessitava de um exame semiológico, uma leitura interpretativa, entendendo os sinais que davam margem ao conhecimento das inventividades das práticas cotidianas²⁷.

Tal postura converge com a compreensão de CERTEAU ao focar a cidade: esta não seria apenas um produto manipulável, racional e nivelador das diferenças cotidianas vividas por seus sujeitos, mas sim um entrecruzamento de experiências que criam trajetórias e alterações nos lugares do “próprio” (dos poderes e saberes dominantes/disciplinadores). Antes, a cidade se apresenta como um “texto” escrito pelas práticas de seus caminhantes (homens ordinários).²⁸

Para aquele autor, o *homem ordinário* seria aquela pessoa comum, que nos aparece “sem” nome ou rosto, posto que passa a ser nomeado como “sociedade”, “grupo” ou mesmo “multidão”, nivelado em suas diferenças, retirado de suas qualidades para figurar-se como “anônimo”.²⁹

CERTEAU reconhece na cidade as marcas dos conflitos entre interesses táticos dos homens ordinários e as estratégias determinadas pelo “próprio”. Este espaço seria, por excelência, o palco da vivência cotidiana de pessoas comuns em lugares fabricados para si, mas também apropriados por si, e cujas intencionalidades se voltam a suprir necessidades que lhe são próprias, através de suas astúcias (entre estratégias e táticas). As astúcias (práticas cotidianas) do homem ordinário seriam “*maneiras de fazer*”, “*arte de dar golpes*”, “*táticas do consumo*”, experimentadas, enfim, como uma “*politização das práticas cotidianas*”³⁰.

Há também que entendermos a diferença pensada por CERTEAU entre o significado de estratégia e tática, para que possamos compreender como o espaço urbano se apresenta como um campo de força, cujos conflitos são negociados ou combatidos por seus habitantes.

²⁶ CASTELLS, 1979, p.32-33.

²⁷ Ibid. p.41.

²⁸ CERTEAU, 2004. 171. Leitura aproximada tem Rachel Ronilk, tomando a cidade enquanto “texto” a ser lido, quando esclarece que o espaço urbano é um documento, que carece de nosso interesse para reconhecer seus diferentes territórios, estes criados pela subjetividade dos habitantes (RONILK, 1992, p.28)

²⁹ Ibid., p.58.

³⁰ Ibid., p. 45.

As estratégias comporiam o saber/poder constituído por ciências ou instituições, cujo propósito seria disciplinar e manter sob controle os sujeitos, nivelando por força da dominação (vigilância e educação) todas as diferenças pessoais ou sociais existentes. As táticas seriam reações dos homens ordinários contra esses saberes/poderes disciplinadores, compondo ações criativas de desvio do campo de força dominante, aproveitando-se de ocasiões para dali tirar proveito.

Transpondo tais significações para o cotidiano urbano, perceberemos que enquanto a estratégia impõe regras e ritmos, nomeando o “certo” do “errado”, para com isso disciplinar as condutas, tornando-as predeterminadas pelo uso da manipulação prévia, a segunda forma de ação (tática) procura não se localizar no lugar do próprio, mas se espacializar, criar situações, inscrever uma não-conformação pela enunciação do “praticar” diferentemente daquilo esperado³¹.

Em nossos relatos de espaço, os (reme)moradores fizeram menção, por exemplo, a certas condutas exigidas pelo poder público municipal através do Código de Postura Municipal, e cujas práticas de seus habitantes acabavam por desobedecer às medidas impostas, seja pela frequência de certos lugares, ou por outras práticas cotidianas, como a criação de animais no perímetro urbano, ou mesmo pela simples ação de nomear diferentemente suas ruas.

Ou ainda podemos tomar o próprio hábito de festejar a mais popular festa de padroeira local, mas não da cidade: a Festa do Rosário, festa de uma irmandade, apenas. Encarada enquanto festa de devoção das pessoas comuns, e principalmente aquelas “de cor”, esse festejo acaba por ser lembrado correntemente em nossos relatos pelo fato de atrair inúmeros fiéis da zona rural pombalense a se somar aos moradores urbanos.

Contudo, os mesmos relatos também falam das “festas de fim de ano” na cidade, sendo estas marcadas pela festa de padroeira da cidade: Nossa Senhora do Bom Sucesso, encarada como festa para a elite, com a montagem de barracas, leilões e novenas. O evento parecia igual, mas o festejo era diferente: não havia identificação dos populares para com esta, ao contrário do que ocorria na Festa de Nossa Senhora do Rosário, quando a cidade visitada passava a ser palco, por excelência, de diversão e devoção de pessoas comuns, tornando uma festa sem diferenças classe, gênero, idade ou raça.

³¹ Ibid., p. 176-177.

Assim, a cidade em nossa incursão, a partir do reconhecimento de seus relatos e experiências vividas, não poderia ser pensada a partir de compreensões categóricas ou tipológicas: ela é uma inscrição de táticas, carregada de significações comuns (ou não) e vividas cotidianamente por seus habitantes, que nomeiam e espacializam diferentemente o lugar, tornando-o praticável/móvel³².

Logo, podemos perceber que a cidade, enquanto objeto de investigação, se torna plural em significações e experiências de homens e mulheres que criam outras tantas práticas culturais cotidianamente, ao contrário das interpretações simplistas que superdimensionam os poderes da “estrutura” social, cindindo-o entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos³³.

Inapreensível pelas amarras conceituais, a cidade habitável e carregada de significados passa a ser tomada como *representação*, só possível a partir das práticas sociais que agenciam sentidos às formas (materiais ou simbólicas) e que representam o mundo, a partir das experiências vividas no tempo e espaço.

Assim, essa escolha metodológica vem não somente a se somar com uma literatura sobre o urbano numa perspectiva cultural, mas, sobretudo, marcar nosso interesse em compreender as transformações urbanas pombalenses enquanto uma *forma* carregada de muitos sentidos.

Possibilitadas por outras falas e experiências que não aquelas da “cidade do desejo” pretendida pelo saber dominante, as transformações urbanas pombalenses poderiam estar carregadas de outros sentidos, e que denunciaria a *alteridade urbana* que se pretendeu mascarar. Assim, onde antes parecia estar instalado o consenso em torno do sentido de tais transformações, instalamos a dúvida ao aplicar o conceito de representação: talvez não fosse tão planejada, civilizada e homogênea assim...³⁴

³² Para CERTEAU, haveria uma diferença entre os sentidos de lugar e espaço: o primeiro seria uma configuração da ordem e estabilidade, pretendida pelo “próprio”, que procura excluir as possibilidades e diferenças das práticas cotidianas; o segundo seria marcado pela mobilidade, pelo conflito e temporalidade circunstanciais das ocasiões apropriadas pelos homens, um lugar que se torna praticável pelo movimento inesperado e indeterminado pelo “próprio”. (Ibid., p.201-202)

³³ SOUSA, 2001, p.05.

³⁴ A compreensão da alteridade se assenta na discussão do conceito de cultura no campo da antropologia, quando superadas as formas de diferenciação religiosa, tão próprias do medievo e do imaginário renascentista, em seus graus de humanidade (racionalis e selvagens, a partir das virtuosidades do homem), do biologismo do século XVIII e (a formação das raças determinariam a estrutura genotípica do comportamento humano) e do evolucionismo cultural (raças superiores e inferiores a caminho do progresso/moderno). Assim, os grupos humanos, a partir da antropologia, passam a ser compreendidos em sua alteridade pela diferença cultural (singularidade sempre modificável pela interação social) e não mais pela comparação entre culturas. A propósito ver FERREIRA NETO (1997).

Nesse sentido, CHARTIER no informa que a representação “faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstituir em memória e de figurá-lo ‘tal como ele é’”, portanto, uma significação do real³⁵.

No que se refere às transformações urbanas pombalenses, elas foram representadas diferentemente, seja pela historiografia local, seja pelos relatos de espaço, mas ambas as maneiras tentam informar a realidade do acontecimento.

Ao trazer à baila a discussão sobre as representações das transformações urbanas, pretendemos trabalhar com construções imaginadas pelos pombalenses sobre o seu espaço, ou seja, com os sentidos que estes dão ao seu mundo, sem esquecer ainda que essas representações foram gestadas dentro desse mesmo mundo representado.

Para PESAVENTO, a elaboração da representação faz com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência enquanto “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”, enquanto maneira de significá-lo, torná-lo inteligível³⁶.

Assim, a compreensão da representação não pode se tomada apenas como imitação ou reflexo da realidade social, mas como uma “construção” ou “produção” da mesma, em suas diferentes formas de dar-lhe um significado³⁷. Ao adotarmos essa compreensão, nos foi possível conjecturar sobre as experiências do/no espaço modificado pela modernidade urbana, enquanto representações emitidas pelo ato da fala, marcadas enquanto construção cultural que enuncia e significa vivências compartilhadas.

Se as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, assim como não são naturalizadas as categorias intelectuais, as memórias - enquanto representações - são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) e também constroem figuras (representações) a partir das experiências compartilhadas.³⁸

Perceberemos mais adiante que algumas representações já foram enunciadas em alguns escritos sobre a história local e que, embora majoritariamente não pretendessem discorrer especificamente sobre as transformações urbanas pombalenses, quando o fazem, tornam tais acontecimentos algo uníssono, experiência comum a toda a cidade.

Nesses escritos se toma, por exemplo, as transformações havidas em um determinado recorte espacial como se o mesmo houvesse ocorrido por toda a cidade,

³⁵ CHARTIER, 1990, p.26.

³⁶ PESAVENTO, 2003, 39-40.

³⁷ BURKE, 2005, p.99.

³⁸ CHARTIER, 1990, p. 27.

generalizando-o. Dá-se visibilidade ao espaço do centro e não às suas margens; discorrem sobre algumas personalidades (especialmente políticas) e não sobre seus habitantes “comuns”; focalizam algumas transformações (materiais e simbólicas) desejadas ou pretendidas por alguns como anseio de toda a população local.

Enfim, abordam e enunciam uma cidade homogeneizada, descartando outros espaços e experiências possíveis vividos em Pombal. Mas afinal, foram essas transformações urbanas representadas de forma uníssona, coletivamente? Eis mais um problema para nossa incursão.

1.1 Memória e oralidade enquanto possibilidades para outras representações urbanas pombalenses

Sentindo as limitações de reconhecer as experiências vividas no espaço urbano pombalense, nossa incursão buscou outras vielas metodológicas de compreensão para (re)conhecer a cidade, tomando-a como possibilidade de representação a partir da leitura e discussões que a tornem plural, marcada pela alteridade e tensões sociais ali presentes.

Para tanto, parece-nos interessante a leitura proposta por BRESCIANNI que, embora se dedique a uma abordagem do espaço urbano pelo viés literário de produção sobre esta, acaba por possibilitar uma leitura ou caminhos por onde podemos adentrar à cidade.

Para esta autora, a questão urbana se refere às problematizações que procuram dar conta das várias facetas da vida urbana, numa perspectiva intelectual. Assim, a cidade é passível de ser lida por diferentes olhares e entendida por diferentes caminhos, nomeados pela autora como “portas”³⁹.

BRESCIANNI nos faz refletir sobre a cidade como objeto de preocupação técnica/sanitarista dos saberes médicos e da engenharia; da questão social que envolve as tramas na cidade, das identidades gestadas em conflitos cotidianos entre sujeitos. Ainda nos aponta como uma porta a compreensão sobre as novas sensibilidades urbanas provocadas pelas modificações/modernizações sofridas no espaço e sentidas por seus habitantes, modificando seus hábitos e comportamentos; a porta do conhecimento histórico da cidade através dos seus agentes (habitantes), tendo o espaço enquanto palco dos acontecimentos; a cultura popular revista pelo prisma da alteridade, em sua não-conformação com os princípios modernizadores e civilizados.

³⁹ BRESCIANNI, 1991, p. 10.

Contudo, mesmo não fazendo grandes cortes preferenciais por uma ou outra porta interpretativa para adentrar a cidade, sendo mesmo o nosso movimento aquele de notar as contextualizações e preocupações com Pombal a partir dessas diferentes perspectivas, acabamos por nos aproximar mais da última sugestão apresentada pela autora.

A última porta se refere à compreensão do espaço urbano enunciado pela subjetividade de seus habitantes, dando visibilidade às suas memórias, constituindo uma cidade feita de pedaços de recordação, território construído pelos sentidos e sentimentos através do ato de lembrar⁴⁰.

Logo, segundo a autora, a subjetividade dos habitantes da cidade e o seu trabalho de (re)memoração possibilita o reconhecimento dos diversos espaços que constituem a cidade, integrando à materialidade a experiência da territorialidade:

(...) a experiência de viver em cidade, no plano da subjetividade, configura antes de tudo uma posição pouco ordenada de camadas de lembranças, nem todas vividas como experiências nossas, mas tornadas nossas pela transmissão dessas memórias e lembranças esparsas. Menos espaciais, já que conformam um espaço psíquico com poucas probabilidades de coincidir com o espaço físico da cidade, do bairro, da vizinhança. Espaço afetivo que se desenvolve por fraturas sucessivas e distorções. Cidade escandida, recortada em tantos detalhes quantos forem o tempo da aprendizagem e do trabalho, das vitórias e dos fracassos.⁴¹

Assim, no plano da subjetividade dos seus moradores a cidade passa a ter não uma relação meramente funcional, onde os saberes nomeiam e alocam cada coisa e pessoa nos seus devidos lugares. Ela é marcada pela vivência, cuja percepção acaba significando os lugares, que deixam de ser apenas materialidade para se tornar espaços de historicidade, experiências e memórias⁴².

Assim, escolhemos a memória como condução em nossa incursão pelo conhecimento das representações em torno das transformações (materiais e simbólicas) da cidade de Pombal. Nessa trajetória, os relatos de espaços nos aparecem como uma soma de impressões fugidias às normas objetivas (policiais, jurídicas, políticas, urbanísticas, etc.), estando saturados de significações que acabam por ganhar forma (ou representações) ao serem enunciados, logo que se baseiam em experiências imbricadas no espaço-tempo preciso⁴³.

⁴⁰ Ibid., p.13.

⁴¹ Idem, p.31.

⁴² RONILK, 1992, p.28.

⁴³ BRESCIANNI, 2002, p.31.

Acionar tais memórias não significa, para tanto, retratar o passado “tal como era”, pois não se pode trazê-lo ao presente, revivê-lo e descrevê-lo como se fora uma “coisa”, objeto palpável, objetivo e finito. A memória no presente apenas representa o passado e de forma polissêmica, multiforme e parcializada, posto que não há uma realidade única, mas maneiras diferentes de concebê-la⁴⁴.

Trata-se de relatos de trajetórias e caminhos, usos e apropriações cotidianas da cidade em transformação. Uma representação do espaço que passa a ter uma configuração diferenciada, uma vez que são constituídos de pedaços da memória cujas experiências se entrecruzam, se complementam e/ou se contradizem.

Nesse sentido, a memória é em si já uma forma de representar o mundo, pois enunciada no presente, não pode dar conta do real acontecido (“passeidade”). Assim como a história, só pode representar em narrativa o passado, criando também sentidos para ele.⁴⁵

A memória também não é um resgate do passado, um registro fiel das vivências pretéritas. Esta se constitui antes como uma significação, uma forma de “refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, logo, construídas pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”⁴⁶.

Não menos importante é perceber que a memória não possui uma “essência”, uma organização já naturalizada, pronta a ser “revelada”. Não poderia ser assim, posto que a mesma se utiliza de *ocasiões* para se fazer aparecer, transformando momentos fortuitos e brechas cotidianas em situações de enunciação e presentificação, marcada por encontros externos e mobilizada por circunstâncias. Ou seja, a memória carece de interpelação para dar-lhe visibilidade⁴⁷.

Também para HALBWACHS a memória é uma operação presentificada, na medida em que só podemos reconstruir o passado com a ajuda de dados emprestados do presente, marcados no jogo temporal de modificações (passadas/presentes) das representações lembradas e enunciadas pela fala e pela escrita⁴⁸.

Nascida de um encontro temporal, a memória também pode ser parcialmente percebida em HALBWACHS, como um momento de encontro e falas sobre o passado a

⁴⁴ MAFFESOLI, 1988, p.31.

⁴⁵ PESAVENTO, 1995, p.04.

⁴⁶ BOSI, 1994, p. 31.

⁴⁷ CERTEAU, 2004, p.163.

⁴⁸ HALBWACHS, 1990, p.71.

partir de sua condição social, assegurada não por uma representatividade individual, mas sim coletiva. Somente a partir do grupo a memória é conferida enquanto válida:

É necessário que esta reconstrução [da memória] se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, por que elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída⁴⁹.

Assim, a memória seria assegurada por uma corrente de pensamento contínuo, mas “de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Assegura-se a memória ao coletivizá-la, desconsiderando as práticas cotidianas enquanto ações diferenciadas entre indivíduos e grupos⁵⁰.

A posição considerada por HALBWACHS de que aquilo que é lembrado só se torna possível de existir (enunciar) porque a força do coletivo lhe dá segurança, mantém fidelidade ao pensamento de Durkheim, para quem interessaria uma sociologia dos fatos coletivos e não das suas partes, posto que a sociedade sobrepuja e coage as ações do indivíduo dentro do seu campo de ação.

Tomando as lições do seu precursor, HALBWACHS entende que a memória também passa por um estágio de aparente harmonia ao se coletivizar, como algo que “existe por si”, posto que ela é “ordenada”, organizada em um “conjunto” de lembranças “comuns” próprias do grupo, e não de uma pessoa particular⁵¹.

Separando bem o par conceitual “indivíduo” e “sociedade”, e tratando-os como categorias diferenciadas, a memória passa a ser pensada em termos de validação. Em coletividade ela se torna abrangente, pois permanece no grupo; individualizada a memória se torna parcial e limitada, pois não seria mais que um reflexo, um “eco” da sonoridade coletiva⁵².

Neste sentido, nos distanciamos de HALBWACHS que parece considerar uma separação entre o “indivíduo” e a “sociedade” em seu entendimento da memória

⁴⁹ Ibid., 1990, p.34.

⁵⁰ Ibid., 1990, p.80-81.

⁵¹ Ibid., p.32.

⁵² Ibid., p.53. É interessante percebermos ainda que assim como Durkheim, Halbwachs também considera a ação coercitiva da sociedade sobre o indivíduo, ao afirmar em diversas passagens que “(...) os nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (Ibid., p.36) ou ainda que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Ibid., p.51).

individual e coletiva, pois acreditamos que daí existe uma forma relacional entre o “Nós” e o “Eu”. Uma imbricação ou uma inter-relação entre indivíduos que mutuamente se envolvem em campos de forças distintos, mas não inseparáveis e que conformam a configuração social¹.

Mas também compartilhamos do entendimento desse autor no concernente as relações estabelecidas e vividas com os outros, ao destacar que o indivíduo é capaz de lembrar acontecimentos que foram compartilhados socialmente.

Porém, resta saber se esses acontecimentos serão igualmente lembrados, de forma quase homogênea, o que nos coloca em uma posição novamente de distância em relação à HALBWACHS. Afinal, onde se encontrariam os conflitos próprios da socialidade cotidiana? Que sujeitos ele pretende agradar mantendo a estabilidade de uma memória coletiva harmônica?

No entanto, para nossa incursão, o diálogo com HALBWACHS é interessante principalmente em dois sentidos: o primeiro diz respeito à percepção do autor quanto a diferenciação entre a memória vivida e a história escrita que se apropria da memória. A primeira seria irregular e incerta, imprecisão esta assentada nas diversas experiências sociais. A segunda pretenderia apreender e dispor de forma coerente o passado, organizando numa narrativa histórica as diversas experiências vividas, mesmo observando seus conflitos e latências sociais existentes. Logo, memória e história são práticas diferenciadas, mediante a forma como se utilizam do substrato das lembranças².

Nossa segunda concordância diz respeito à percepção que o autor confere à memória e sua relação com o espaço. Se temporalmente é difícil afirmar com precisão as experiências vividas, o espaço representa para a lembrança o lugar de atuação, onde as relações sociais foram vivenciadas³.

Dessa forma, estaria a materialidade urbana, por exemplo, passível de diferentes significações, pois também diferentemente os espaços foram ocupados de acordo com grupos sociais distintos, ou seja, a cidade passa a ser uma representação móvel a partir dos lugares assumidos por seus (reme)moradores, através de suas experiências⁴.

¹ A propósito ver ELIAS (1994) em cuja proposta lançada quer que sejamos capazes de pensar a configuração social de forma relacional: o indivíduo, mesmo em sua particularização, depende de outros para se tornar singular, assim como a sociedade só pode ser considerada uma sociedade de indivíduos, uma rede de relações de sujeitos interdependentes.

² HALBWACHS, 1990, p. 71.

³ Ibid., p.143.

⁴ Ibid., p.159.

Porém, mesmo reconhecendo grupos diferenciados, e por isso mesmo, formas e vivências lembradas diferentemente, não podemos esquecer que o grupo age sobre o indivíduo em HALBWACHS, limitando sua rememoração e narrativa, em prol da coesão, estabilidade e continuidade da coletividade. Para esse autor, a memória seria como algo cristalizado em sua integridade e disponível aos que quisessem dela comungar, como algo que, permanentemente, estivesse “ali”, postura da qual acabamos por nos distanciar.

“A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras”⁵, afirmaria CERTEAU, rejeitando a naturalização e disposição permanente da memória como algo dado, que retira a capacidade inventiva da enunciação durante o relato, só possível a partir da nossa interpelação.

Embora sem referências diretas, poderíamos depreender que CERTEAU instalou um ruído na compreensão da memória coletiva de HALBWACHS, ao se questionar que passado se pretende salvaguardar, quais experiências são dignas de reconhecimento? E que relatos são mais pertinentes e válidos do que outros? Ou seja, quem (autoridade) faria tais diferenciações da memória (coletiva e individual), como indicar (selecionar) que alguns acontecimentos, pelo ato de lembrar, têm mais importância do que outros, e em nome de quê ou quem a memória vai ser verdadeira (reconhecimento).

Esta preocupação também se verificará em POLLAK, ao problematizar a constituição e funções construídas e nomeadas para a memória, questionando o esforço de saberes e poderes que pretendem representá-la numa dimensão coletiva, ou seja, justificada pela força coesiva e harmônica da esfera social.

Aquele autor buscou compreender como a memória, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, pode servir de instrumento de comunicação para revelar os não-ditos, através da subversão dos silêncios e “outras zonas de sombras de uma memória subterrânea”, que marginalizam outras lembranças tidas por “não oficiais”⁶.

Em análise sobre a possibilidade de haver outras memórias para os mesmos acontecimentos tidos por “coletivos” ou “oficiais”, POLLAK sugere que variadas memórias, também tecidas em redes de sociabilidade afetiva e/ou política, familiar ou institucional, são propositalmente esquecidas. Assim, afirmou que “o passado que

⁵ CERTEAU, 2004, p.189.

⁶ POLLAK, 1989, p.04.

permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”⁷.

Ao abordar o que chama de memória “subterrânea”, aquele autor reconhece diferentes lugares construídos social e institucionalmente, enquadrados coercitivamente por uma política de “gestão da memória”. Estas findam por dar visibilidade a apenas algumas representações das experiências pretéritas, o que acaba por nomear e marginalizar outras formas de reconhecer o passado, acionadas pelas “memórias clandestinas”⁸.

Ou seja, POLLAK propõe a exploração de memórias ainda não conhecidas, não por que estas não tenham valor dentro do(s) grupo(s), mas por que foram relegadas (propositalmente ou ignoradas) ao “esquecimento” por saberes e poderes dominantes, como o Estado, a Igreja e o discurso científico.

Refletir sobre os apontamentos propostos por POLLAK faz cada vez mais sentido, à medida que avançamos em nossa incursão. Quando voltamos à compreensão das representações em torno das transformações urbanas pombalenses, percebemos uma gama diferenciada de construções possíveis pelos diferentes interesses de seus agentes e pares para a cidade.

Como dito anteriormente, os documentos jurídicos pensados e produzidos pelos políticos locais, encontrados na Câmara e Prefeitura Municipal, representam a cidade no contexto de suas transformações, em muitos sentidos, de forma diferenciada dos seus antigos (reme)moradores, cujas experiências foram vividas nesse mesmo espaço em transformação.

Um exemplo disso já foi posto anteriormente e se refere aos documentos jurídicos pensados e produzidos pelos políticos locais, encontrados na Câmara e Prefeitura Municipal, e que focam, geralmente, o progresso material da cidade e a civilização urbana vivida naqueles idos.⁹

Outros agentes também elaboraram suas representações sobre a cidade através da escrita da história local, empregando sentidos (semelhantes ou diferentes) sobre esse momento das transformações urbanas pombalenses.

⁷ Ibid., p. 13.

⁸ Ibid., p.13.

⁹ Para PESAVENTO, esse seria um fato comum visto que as construções e os espaços do poder público obedecem a uma intencionalidade enquanto projeto e concepção, por vezes distantes das referências simbólicas que o seu uso e consumo cotidiano elabora (1995, p.08).

Estes, na condição de intelectuais pombalenses, ou para usar uma expressão de PESAVENTO, vistos como “leitores especiais da cidade”, acabaram por tornar coletivas (e não menos oficiais) experiências que apenas eram suas, pontos de vista que apenas eram restritos a seus pares, incorrendo na marginalização de outras representações acerca do mesmo acontecimento e que foram percebidas diferentemente.

Durante nossa pesquisa foi possível sentir o poder de convencimento de alguns historiadores locais, e conseqüentemente, da aceitação de suas falas como “as mais verdadeiras”, tornando-os numa espécie de “guias” locais, que tudo sabiam e que melhor informavam a cidade.¹⁰

Nesse sentido, tais historiadores locais também acabaram por contribuir para que fosse encerrado o acontecimento das transformações urbanas, em outros *lugares de memória* que não o da vivência social dessas mudanças, desconsiderando suas particularidades e historicidades.

Por lugares de memória, referimo-nos àquilo que NORA (1993) considera como certos espaços onde se artificializam a memória, que deixa de ser espontânea/verdadeira, para se tornar um registro, um material artificializado pela história, que lhe consagra significados ou locais que não mais são vividos.

A memória aparece em NORA como algo que pulsa com a prática, que ganha significado por que é vivida, sendo um fenômeno sempre do/no presente, envolto na afetividade dos grupos que a mantém útil. O que marcaria o inverso da função da história, cuja operação intelectual e laicizante, obedece a crítica, tornando a memória sempre em objeto em apuros, pois “a memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é desconstruí-la e a repelir”.¹¹

O trabalho da história encerraria a memória em lugares para torná-la objeto de admiração: arquivada ou registrada, a memória artificial nutre nas pessoas um pertencimento às coisas pretéritas que também é falsificada, posto que se torna sem significação verdadeira, pois não foi enredado pela experiência, mas sim, doado como “algo” sem verdadeira identificação.

Nesse sentido, é necessário que reconheçamos que em torno das transformações urbanas pombalenses, certos lugares foram construídos para a memória, como aqueles

¹⁰ Algumas pessoas, durante nossa pesquisa, simplesmente justificavam que não queriam falar de suas experiências pessoais sobre as transformações urbanas pombalenses, por que determinados historiadores locais já haviam dito tudo o que se tinha para saber, e que fossemos lê-los para melhor compreender nosso tema de estudo.

¹¹ NORA, 1993, p.09.

pretendidos (ou não) pelos discursos agenciados pelo poder público ou pela historiografia local. Mas também é bom que se alerte que, não fosse certos reconhecimentos da operação historiográfica, muitas significações da memória permaneceriam em anonimato social.

Como já dito anteriormente, acreditamos que a memória não nos chega como algo dado, pois ela carece de ser incitada para se fazer conhecida, e que ela não é, no estrito sentido do termo, tão espontânea assim, pois ela é possibilitada por escolhas sempre presentes, cujos significados podem ser justificados ou modificados historicamente.

Também não podemos crer na sua coesão, pois muitos são os agentes e os interesses que a deixam no anonimato e dão visibilidade a outras memórias. Ou que há também muitas memórias que não foram sequer encerradas em lugares, postas que ainda são “desconhecidas” de certos lugares do campo da história.

Assim, presente tal debate durante nossa incursão, perceberemos que diferentes grupos sociais e instituições pombalenses encerram um constante conflito em torno das formas possíveis de representar o “tempo vivido”, nomeando à sua maneira os acontecimentos, personagens e lugares que constituem a memória social.

Nesse sentido, quando consideradas as diversas identidades construídas, a memória passa a ser alvo de disputa social, uma vez que os grupos sociais agenciam o seu reconhecimento, o que torna a memória não coesiva e harmônica, mas pluralizada, onde cronologias, construções e vivências são lembradas e enunciadas diferentemente¹².

Após as considerações até aqui realizadas, as transformações urbanas e a memória pombalense passam a ser ponto de visitação propriamente empírico, numa incursão conhecedora de seus diferentes sujeitos, experiências e relatos.

Logo, nossa visitação à cidade de Pombal das décadas de 1930 a 1950, não se atém a conhecer sua materialidade moderna, mas, sobretudo, conhecer as representações construídas, através de experiências vividas individual e coletivamente, e que ajudem a esclarecer sobre as transformações urbanas ocorridas naquela cidade.

Para tanto, tendo a memória enquanto principal meio de condução nessa incursão, escolhemos a metodologia da história oral enquanto caminho seguro para sermos conduzidos. Muitas eram as vozes que nos informavam sobre a cidade e a

¹² CERTEAU, 2004, p.210.

história oral nos pareceu o método mais cabível ao reconhecimento dos diferentes pontos de vista dos nossos (reme)moradores.

Mediante tal escolha, acreditamos que a história oral é um procedimento adequado tanto para o conteúdo quanto para a finalidade da história, por alterar enfoques e abrir novos campos de investigação, compartilhando com nossos narradores a produção da história, uma vez que suas experiências vivenciadas são nossas principais evidências neste trabalho.¹³

Não obstante, era essa a nossa maior preocupação nessa incursão: conhecer das pessoas que experimentaram as transformações urbanas pombalenses, que sentidos elas tiveram nas suas vidas e como essas pessoas representam a cidade daqueles idos. Assim como para nós, eram para elas também uma viagem de volta ao passado, possibilitada no tempo presente, mediada pelo método da história oral.

Esta condição de repensar e significar o passado a partir do presente, seria para MEIHY, uma das principais importâncias da história oral, no momento em que ela restabelece os espaços capazes de dar sentido e explicações aos atos sociais das pessoas, que herdam os dilemas e as benesses da vida no presente.¹⁴

Foi partindo dos significados do tempo presente e abordando as memórias sobre o passado que procuramos nos remeter às representações para as transformações urbanas pombalenses. Havia um misto de interesse especificamente voltado à nossa temática, porém, também não poderíamos nos furtar de conhecer a vida dessas pessoas no cotidiano urbano.

A princípio, para tornar exeqüível nossa visitação ao passado, tentamos trabalhar mais especificamente a história oral temática, centrando nosso interesse apenas em torno das transformações materiais e simbólicas pombalenses. No entanto, aos poucos entendemos que não podíamos nos esquivar de perceber sua história de vida na cidade, pois esta era (e é) um espaço habitado, transitado e construído por essas vidas.

Assim, aos poucos entendemos que o que dava vida aquela cidade em transformação eram as experiências dessas pessoas (nossos narradores), numa condição tanto individual quanto coletiva. Individual, pois a própria fala informa sobre si, cujas experiências passam e pesam sobre sua memória; Coletiva, pois aos poucos essa mesma fala deixa escapar a socialidade de suas relações, agenciando outros atores no ato de compartilhar as experiências naquele espaço.

¹³ THOMPSON, 1998, p.22.

¹⁴ MEIHY, 2005, p.24.

Logo, perceber a subjetividade das falas implicou na compreensão da alteridade urbana vivida por seus personagens, no mais das vezes tomados como anônimos a habitar e consumir os espaços. Contra esse anonimato, a subjetividade se torna para a história oral o principal escopo ao conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido às formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais.¹⁵

Falamos em diferentes possibilidades e dos diversos personagens em anonimato no espaço urbano quando analisamos, por exemplo, outros documentos escritos sobre as transformações urbanas pombalenses. Nesses, percebemos um grande distanciamento entre o que as falas informam e o que os escritos registram, a exemplo do Código de Postura municipal de Pombal (1936) e as atas da Câmara Municipal, que justificam em (ante)projetos por que, para quê e para quem essas transformações materiais e simbólicas foram implementadas na cidade.

As experiências sociais e as subjetividades dos seus habitantes não puderam ser registrados por tais documentos, e não há nenhuma outra fonte disponível nas quais possamos utilizar satisfatoriamente para nossos propósitos. Não conhecemos diários, correspondências, jornais ou livros de memorialistas em Pombal que informem sobre o problema pesquisado. Restou-nos, apenas as memórias e as falas daqueles que viveram uma Pombal que não mais existe.

Assim, na ausência de tais documentos, a história oral vem suprir essa lacuna de fontes, lançando outras possibilidades e versões distintas da narrativa dita “oficial”, ou seja, elaborando “outras histórias” para os mesmos acontecimentos, graças aos narradores e suas experiências do passado.¹⁶

Por isso, o contato com os nossos (reme)moradores é um encontro importante em nosso trajeto para a compreensão das transformações urbanas em Pombal, pois se abrem à possibilidade de informá-la (ou recriá-la) através da memória, ancorada nas experiências individuais e coletivas de seus habitantes.

Desse contato construímos evidências orais que pudessem nos dar seguridade de visitar, no presente da memória, esse espaço urbano do passado. Assim, a evidência oral representa, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social do acontecimento e sua significação social.¹⁷

¹⁵ ALBERTI, 2005, p.164.

¹⁶ Para MEIHY “por também dar voz a setores inaudíveis do meio de outros documentos, a história oral ganha sentido ao filtrar as experiências do passado graças à existência de narradores, além de propor alternativas de diálogos com outras versões historiográficas e documentais” (2005, p.80).

¹⁷ THOMPSON, 1998, p.145.

Contudo, a construção da evidência oral é, sobretudo, uma ação da percepção subjetiva do sujeito humano (narrador), em constante jogo de troca com os interesses do pesquisador. Longe de encarar a evidência oral como algo dado, o que nos é oferecido são discursos estruturados, possibilitados pela memória e identidade do entrevistado, construídos mutuamente pelo jogo de tensões e negociações sociais e pessoais, e pelas variáveis situacionais dadas no ato da participação da pesquisa, marcadas pela intersubjetividades dos personagens envolvidos (narrador-entrevistador).¹⁸

Uma construção da fonte documental da qual o pesquisador também ajuda a compô-la, pois somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la, a partir dos nossos questionamentos sobre o passado e seus acontecimentos.¹⁹

Assim, provocamos os nossos (reme)moradores a falar sobre as transformações urbanas pombalenses, não de forma desinteressada, pois mantivemos a preocupação com nosso mapa de visitação (roteiro de entrevista), mesmo não se prendendo de forma dogmática a ele.

Tomando esse mapa apenas como norteador das fontes que estávamos construindo, e que careceria de análise e interpreta o, não furtamos a liberdade dos nossos narradores às diversas escapadelas durante a entrevista.

Longe de qualquer manipula o de nosso mapa, que apenas servia para eventuais consultas, os discursos proferidos por nossos (reme)moradores gozaram de autonomia, pois não se ausentaram de preocupa es sobre o que deveria ser dito e de como aquilo estava sendo dito.

Dessa forma, acabamos entendendo que no ato da conversa o lidamos com uma carga muito grande de emo es (desejo, rejei o, saudade, alegria, esperanças etc.) e que carece de nós, enquanto pesquisadores, uma maior sensibilidade para lidar e entender o seu significado simbólico expresso na evidência oral.

No jogo de troca da pesquisa, entre falas e escutas, as emo es e atitudes também marcam o compasso da evidência oral, pois como pontua MENEZES, no ato da entrevista:

(...) não estamos lidando com seres est ticos e a-históricos, mas com indivíduos dotados de uma bagagem histórico-cultural, de valores e

¹⁸ AUGRAS, 1997, p.31.

¹⁹ PORTELLI, 1997, P.13.

sentimentos que, no contato face-a-face, fazem-se presentes, interferindo na produção da entrevista.²⁰

Assim, não só as palavras fazem sentido durante a entrevista. Carregados por essa bagagem histórico-cultural, também os silêncios, sussurros, significado das palavras usadas, a entonação da voz e a forma de se portar durante a conversação são indícios simbólicos da fala que compõe e asseguram a veracidade da evidência oral.

Nosso encontro com a senhora Bernardina Pereira do Nascimento foi um revelador dessas significações simbólicas que permeiam o ato da entrevista. A princípio à mesma se mostrou extremamente ponderada durante nossa conversação, pois estava sendo observada, e mais ainda, registrada pelo gravador. Possivelmente a presença dele trouxe um condicionante de “formalidade” no momento da entrevista, aos poucos superada pelo conforto da narradora no decorrer do “interrogatório”.

Verificamos postura distinta quando do nosso encontro com o senhor Arlindo Ugulino, que não se inibiu de logo tomar em suas mãos o dito aparelho que registrava aquele momento. Homem habituado a se expor, na sua condição de magistrado, diretor e orador local, tomar para si o gravador marcava a quem de fato este pertencia naquele momento: à sua fala. Frases pausadas, cautelosas e ponderadas, a possibilidade do registro trazia em si o risco de se comprometer com algo dito a uma pessoa desconhecida (o pesquisador).

Pausas surgiram na voz do senhor Francisco Lopes de Sousa, quando indagado sobre uma parte de sua vida que carecia de muito esforço de ser lembrado, posto que estava localizada muito distante do tempo presente daquela nossa conversa. Relembrar exigiu-lhe pausas para tornar possível a narração de experiências muito passadas, quase já esquecidas.

Palavras ditas em sussurros pela senhora Célia de Medeiros Ugulino, revelaram constrangimento ao nomear certos lugares da cidade como impróprios de se transitar. Sussurros entoados, como se tivesse sido rompido um segredo, num dizer brando que, se assim não o fosse, pareceria comprometer nossa colaboradora por tal ponto de vista.

Falas em tom de revolta e insatisfação à condição de ser negra e pobre, foram ditas pela senhora Ana Pereira Damascena, ao lembrar as injustiças e escassas possibilidades de se viver numa pequena cidade, quando criança.

Enfim, carregadas de sensibilidade agenciamos falas narradas de forma bem particular, mas que possuíam algo em comum: o esforço de se lançar numa volta ao

²⁰ MENEZES, 2004, p.03.

passado e criar representações em torno dele, observando os usos e conexões com o contexto da entrevista. Retorno que também marcava a fundação da memória ao coletar cenas, conformar episódios, distinguir o ontem do hoje. Exercício, enfim, de se reconhecer enquanto sujeitos da história e nela se portar com tais.²¹

Aos poucos foram feitas as primeiras incursões pela cidade possibilitada por nossos (re)memoradores. Aos poucos essa caminhada pela memória daquele espaço foi se revelando interessante, posto que cada passo informava uma experiência, os usos e o cotidiano na cidade.

A caminhada pela cidade, via memória de nossos narradores, acabaram também por informar enunciações, cujas representações aos poucos foram negociadas, fazendo escolhas e inventando trajetos. Enfim, estabelecendo, pelo contrato narrativo, representações para os lugares praticados, e não apenas a topografia espacial.²²

Representações em torno do passado apresentadas de formas particulares e de variações por vezes bastante diferentes - cuja metodologia da história oral empregada - tendeu a tornar essa realidade uma espécie de mosaico ou uma colcha de retalhos, em que os pedaços (de falas da memória) são diferentes, formando um todo coerente depois de reunidos.²³

Essas lembranças e falas sobre as transformações materiais e simbólicas em Pombal foram ganhando organização e se encaixando a partir das representações sobre o passado. Tais discursos foram, aos poucos, ganhando uma conformação para nós não de uma, mas de várias cidades, cuja configuração foi escandida pelas diferentes experiências naquele espaço urbano e possibilitadas pela memória.

Tais cidades só se tornaram passíveis de reconhecimento pelas falas, considerando os diferentes lugares da memória construídos por nossos narradores. Aos poucos a cidade em transformação foi lembrada de forma dinâmica e sempre mutável, posto que organizadas segundo lógicas subjetivas.

Assim, sem preocupar-se com seu tamanho, densidade ou ritmo frenético, Pombal e suas transformações materiais e simbólicas também se tornam aqui um enigma a decifrar: seja encarada como palco para o surgimento de novos personagens,

²¹ PINTO, 1998, p.205.

²² CERTEAU, 2004, p.177.

²³ PORTELLI, 1997, p.16.

seja pelas novas sensibilidades e formas de socialidade, seja por se tornar um campo de atuação de novos saberes e técnicas disciplinadoras²⁴.

Decifrar como foram construídos os lugares e vivenciadas as espacialidades; entender como algumas obras encerram lugares para estas transformações e também como muitas falas se libertam para fazer ruir esses lugares “próprios” do conhecimento; perceber que lembranças os antigos (reme)moradores pombalenses acionam para presentificar as transformações urbanas ali ocorridas; suas memórias das experiências lá vividas; compreender até onde pode se tomar como verídico, pela fala de seus antigos habitantes, os ideais de que a modernidade urbana representa fluidez, regularidade, funcionalidade, homogeneidade, equilíbrio, ou se estas são apenas qualificações utópicas, criadas pelos saberes científicos e administrada pelos poderes competentes.

Enfim, demonstradas nossas motivações, esquadrihado nosso trajeto, exposto nossos interlocutores na condição de “guias”, compreendido nosso meio de condução, resta agora a visitação dessa cidade em transformação, marcada por muitos passos, várias falas, alguns escritos, repleta de experiências e representações à espera de um encontro. E vemos logo ali, na nossa próxima paragem, um grupo que nos espera.

²⁴ PECHMAN, 1994, p.04.

SEGUNDA PARAGEM

ANDANÇAS NO ESPAÇO, NARRATIVAS DA MEMÓRIA: VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM POMBAL

“(...) as práticas dos habitantes criam, no próprio espaço urbano, uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos (...) e situações novas. Elas fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética”.

Michel de Certeau & Luce Giard

Adentramos a cidade de Pombal nessa incursão científica, e adiantamos mais uma vez aos convidados nessa leitura, a nossa intenção nessa paragem, que é a de conhecer suas transformações materiais e simbólicas durante as décadas de 1930 à década de 1950.

Em sua entrada, havia um grupo que nos esperava. Eram os seus antigos (reme)moradores. Um grupo seletivo de pessoas por nós agenciadas para falar sobre a cidade de outrora. Num primeiro contato alguns estavam bastante animados com esse encontro, outros, no entanto, nos viam com redobrado cuidado.

Não à toa nossos informantes se mantinham em reserva a esse encontro: a *troca* de informações e experiências entre eles (os narradores) e nós (os pesquisadores) não partiria de um mero encontro do acaso. Estavam consideradas nessa paragem tanto as implicações teóricas quanto práticas já demonstradas no momento do nosso embarque¹, o que parecia ser sintoma de alerta para alguns dos nossos (reme)moradores.

A razão desse alerta pareceu ser de duas naturezas. A primeira por sermos pessoas indiferentes ao seu convívio, um estranho que estava ali como que por intromissão em suas vidas. A segunda razão se referia a um olhar contemplador, pois ali estava alguém motivado por um trabalho científico, cujo saber era importante ao mundo dos letrados, dos cientistas afinal.

Também haviam embarcado conosco, desde nossa primeira paragem, nossos “guias” locais. Historiadores que também já haviam enunciado representações para as

¹ BOURDIEU, 1997, p.693.

transformações urbanas pombalenses, mas que até aquele momento poucos (re)moradores os reconheceram na condição de “melhores informantes”, salvo algumas exceções.²

Contudo, quebramos as regras de boas maneiras e não fizemos a apresentação desses “guias” para nossos (re)moradores, pois tal atitude não estava prevista em nosso roteiro de viagem. Pelo contrário, apenas para nós, na condição de condutores, sabíamos da necessidade de suas presenças, no momento em que carecíamos de conhecimento prévio das realidades que a pesquisa ia nos fazer registrar.³ Assim, nossa proposta no encontro desses dois grupos se valia por nosso interesse em cruzar informações, como veremos mais adiante.

Contudo, em torno de pedaços de falas propomos criar um mosaico que representasse Pombal em suas transformações materiais e simbólicas, agenciando temáticas afins ou ausentes que dessem coerência à problemática estudada.

Aos poucos, na visitação dessa paragem, entenderemos que os antigos (re)moradores representam distintamente as transformações urbanas a partir da sua memória: diferente dos lugares de memória construídos por nossos “guias” locais que informam a cidade; diferente dos documentos jurídicos ali arrolados e que justificavam a execução de tais modificações.⁴

Aos poucos pretendemos apresentar as representações em torno dessas transformações urbanas pombalenses, sob a ótica de seus antigos caminantes; representações dispostas em evidências orais de algumas pessoas que presenciaram as conquistas materiais da cidade, mas não celebradas por todos, nem mesmo experimentadas por todos.

Dispomos essas conquistas modernas bricolando as diversas narrativas das evidências orais, unindo tais pedaços em um único mosaico textual. Assim,

² No momento do encontro com nossos antigos (re)moradores, registramos o conhecimento dos “guias” locais pela senhora Maria Adélia Felinto, Maria de Lourdes Nery e pelos senhores José Arruda dos Santos e Francisco Lopes de Sousa. Os demais colaboradores não fizeram menção aos seus nomes.

³ Para BOURDIEU, no ato da pesquisa o pesquisador não pode se arvorar de se anular, pensando com isso atingir uma ilusória neutralidade. É preciso entender a pesquisa enquanto uma construção científica possível a partir do planejamento metodológico e da observação das “hipóteses”, já previamente lançadas no ato que antecede a pesquisa, cabendo ao pesquisador se esforçar para comprová-las (Ibid, p.706).

⁴ Por opção metodológica, nessa paragem da pesquisa optamos apenas por cruzar as evidências orais aos documentos jurídicos colhidos na Câmara Municipal de Pombal, compondo nossos documentos escritos o Código de Postura da cidade e os projetos e anteprojetos de lei que justificavam a necessidade de transformações urbanas em Pombal. Apenas na terceira paragem, trabalhamos as representações que os historiadores locais criaram para as transformações urbanas pombalenses, percebendo, definitivamente, sua aproximação ou distanciamento das representações agenciadas pelas experiências de nossos antigos (re)moradores, demonstradas a seguir.

apresentamos a percepção pessoal/social dos seus antigos (reme)moradores sobre aqueles novos espaços e equipamentos pombalenses, tais como praças, energia elétrica, calçamento, cinema, distribuição de água, trem, urbanização em outras áreas da cidade, instalação de indústrias, entre outros. Também denotamos a estreita relação da cidade ao universo campestre, e mesmo se confundindo com ele em algumas ocasiões, como contadas pelas narrativas orais aqui captadas.

Do mesmo modo, também focamos diversas situações que permeavam à época, como os comportamentos, a educação, a pobreza, e mesmo a existência de conflitos e a vivência de transgressões sociais no novo espaço que, embora pouco contadas, foram por poucos narradores reveladas.

A temporalidade foi trabalhada não de forma contínua, linear, pois o próprio tempo das memórias obedeceu a outros parâmetros e escolhas, balizadas pelas experiências subjetivas na cidade. Então, furtando-nos de que tais falas estivessem precisamente localizadas no tempo, pois o que mais nos importava era a sua representação, ou seja, o sentido de sua significação social.

Assim, aos poucos notaremos que as conquistas materiais também excluía muitos habitantes pombalenses, se tornando efetiva realidade de consumo apenas para poucos. Para aqueles em que ela não conseguiu atingir, restou o contar de outras experiências numa cidade cindida por muitas vidas e muitas memórias.

Porém, a proposta de uma visita às transformações materiais e simbólicas de Pombal conduzidos pela memória desses (reme)moradores implicou, desde o seu planejamento, um problema: como chegar até à cidade de outrora? Que meios poderíamos arrolar para conhecer seu passado? Afinal, por quais caminhos deveríamos trilhar para atingir nossos objetivos? Foi então que numa polissemia de falas, seguimos os rastros das memórias que habitam a cidade através do ato de lembrá-la, ou seja, praticá-la, e que compõe agora o nossa narrativa.

2.1. “Foi serviço pra Pombal crescer. Deu trabalho como o Diabo”.¹

Cidade moderna, fluida, organizada, bela, higiênica: assim rezava os anseios em torno de Pombal desde a década de 1930 e que se estende até a década de 1950, ao menos pelos documentos jurídicos municipais: nesses idos foi notória uma série de

¹ Frase proferida pela senhora Benta Carneiro, no dia 10 de outubro de 2006, em entrevista concedida ao autor.

transformações materiais pelas quais a cidade passou, já marcadas desde o ano de 1927 com a chegada do primeiro motor de luz do sertão paraibano, sendo as mesmas decantadas como maravilhas do “progresso” local.

Nas décadas seguintes à instalação do motor de luz, poderíamos mesmo destacar um rol de transformações urbanas ali vividas, uma vez que foram concluídas a estação ferroviária e a linha férrea (1932), bem como dada a construção do primeiro prédio educacional do município denominado Grupo Escolar João da Mata (1932), a instalação da indústria Brasil Oiticica S/A (1932), a construção das praças Getúlio Vargas e Rio Branco e um coreto central nesta última, açougue municipal (ambas iniciadas em 1936 e concluídas em 1940).

Foi ainda concluída a obra da Escola Normal Arruda Câmara (1949), construído um moderno hotel (chamado Grande Hotel, 1952), inaugurado o Cine Lux (1953). Iniciado o trabalho de calçamento público (1953), construído o primeiro Hospital e maternidade da cidade (chamado Sinhá Carneiro, 1959), para citar algumas das principais conquistas materiais na cidade.

O Código de Postura Municipal (1936) e alguns projetos de lei que executaram, ou mesmo os anteprojetos que apenas especulavam suas transformações, trazem correntemente as justificações e anseios dessas conquistas materiais, pondo grande carga valorativa de crença no progresso da cidade, durante as três décadas pesquisadas.²

Enquanto um documento arrojado, o Código de Postura pretendia “cuidar” da área urbana pombalense, observando os requisitos de organização, disciplinamento e embelezamento do espaço. Tais propósitos são diluídos em 21 capítulos, arrolando leis e obrigações que a partir do dia 23 de outubro de 1936, entraram em vigor.

Os capítulos versavam desde o planejamento das edificações urbanas, ações de limpeza, higiene e saúde pública, até mesmo aqueles problemas relacionados à “ofensa à moral e aos bons costumes”. Aos poucos a leitura do Código de Postura vai se mostrando não como uma realidade vivida pela cidade, mas uma *idealização* dos valores de progresso e civilização do espaço urbano.³

² Notificamos a realização da pesquisa em arquivos da Câmara Municipal de Pombal para que pudéssemos colher evidências escritas das referidas transformações materiais. Contudo, existe um número muito limitado de documentos, posto que os mesmos “sumiram” ou foram jogados/queimados, principalmente em se tratando das décadas de 1930 e 1940.

³ No decorrer dessa paragem serão trabalhados os capítulos desse documento consoante às representações criadas para as transformações pelos nossos (reme)moradores, focando a aproximação/distanciamento das “realidades” apresentadas pela evidência escrita e aquela da evidência oral.

Assim, é comum também encontrar nas descrições de (ante-)projetos da Câmara Municipal, justificativas da execução de obras em torno da crença no progresso e suas correlatas qualidades, como os ideais de conforto e a higiene. Exemplo disso pode ser percebido quando da solicitação do Poder Público municipal para a construção do Grande Hotel de Pombal, sendo obrigado o proprietário a adaptar um antigo prédio que abrigava a prefeitura, a ser um “*moderno hotel com amplas acomodações observados os requisitos de conforto e higiene(...)*”.⁴

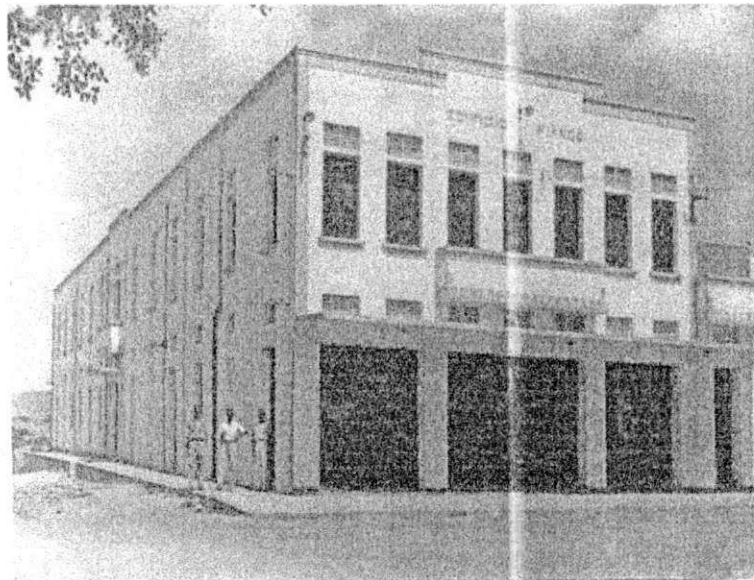
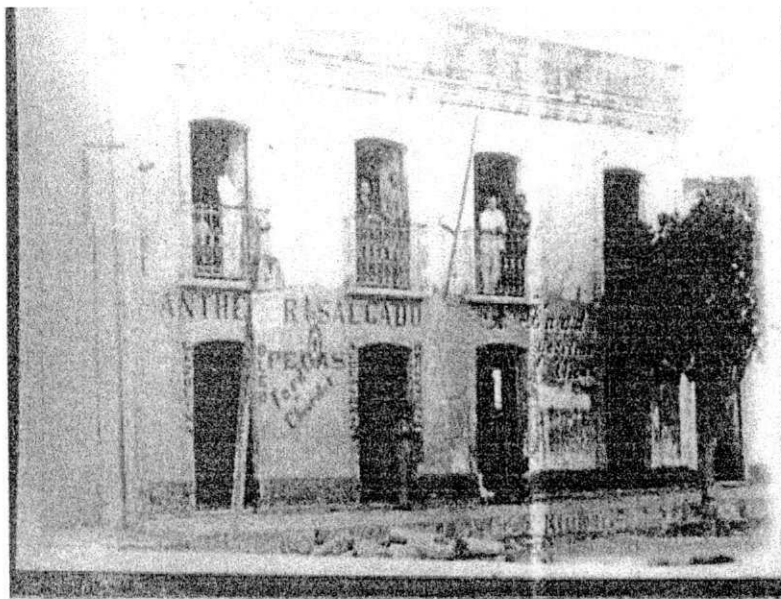


FOTO 1 e 2: Nas imagens vemos o antigo prédio que abrigava a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Pombal, em 1935. Em 1952 no lugar desse prédio foi construído o moderno prédio em art déco, para que fosse abrigado um hotel, na época considerada a maior e melhor estalagem do sertão paraibano.

⁴ Ata da do projeto lei nº. 02, de 21 de junho de 1950.

Não apenas um “moderno hotel” era aspirado pelo poder público local, pois outras tantas propostas pululavam no anedotário político dos vereadores na Câmara Municipal, na pretensão de torná-las exequíveis. Foi isso o que aconteceu, por exemplo, os (ante)projetos de lei que pretendiam para a cidade Pombal a construção de um campo de aviação (1946), de um parque de diversões infantil (1955) e até mesmo da construção de mictórios públicos (1956).⁵

A justificativa para tais realizações parecia ser de interesse coletivo, pois afirmava-se que, à exemplo de outros centros “mais adiantados, Pombal precisa de alguns desses aparelhos”.⁶

Assim, entre os documentos arrolados na Câmara Municipal, a modernidade é um valor desejado entre os políticos locais e a cidade estaria vivendo o seu progresso, muito embora os discursos oficiais dos políticos locais e suas propostas de obras para a cidade, não encontrem grande respaldo entre nosso público entrevistado.

Longe de afirmar abertamente a sua condição moderna, para nossos narradores que vivenciaram aquelas transformações, Pombal não passava de um centro urbano pequeno e acanhado em termo de progresso, com umas poucas dezenas de ruas, e descrita de forma muito singular: uma discrepância foi-nos então marcada pela cidade dos projetos escritos e a cidade das memórias enunciadas.

Por mais que se registre nos documentos oficiais da Câmara Municipal o crescimento econômico e o progresso da cidade - a exemplo do ano de 1937, que atingiu a cifra jamais alcançada, mediante incentivos fiscais, possivelmente ocasionada pelo vigor de inúmeros impostos registrados no Código de Postura municipal de 1936 - não são poucas as falas que indicam uma percepção diferente sobre a cidade.⁷

Nem mesmo houve, através das falas, um grande esforço em datar aquelas conquistas materiais da cidade. Antes de tudo, para os nossos narradores o progresso não apareceu como uma idealização perfeitamente realizada em Pombal. Como afirmou o senhor Manoel Virgulino Sucupira, “*a cidade era muito atrasada. Nem parecia uma*

⁵ Registramos apenas que essas três propostas de obras referenciadas não foram realizadas, não passando apenas de projetos de lei, sem deferimento da Câmara Municipal.

⁶ Trecho transcrito do livro de atas da Câmara Municipal de Pombal, projeto-lei nº 61 de 14 de dezembro de 1956.

⁷ Numa ata datada de 02 de julho de 1937, registra-se a arrecadação pela prefeitura no valor de 216.963,320 réis, “*cifra significativa jamais atingida em tempo algum*”. Na mesma ata são discriminadas as ações planejadas pela prefeitura para a isenção de impostos a um cinema a se instalar na cidade e traria “*muita vida econômica e social à cidade*”, bem como o arrendamento do coreto central localizado na praça Rio Branco em construção, para que nele fosse instalado uma “bar, café ou sorveteria”, o que também traria “*muita vida à cidade e incentivo à reunião pública*”.

cidade. Parecia um troço". E acrescenta: "*em 32 era [a cidade] muito nojenta. Num tinha nada*".⁸ Assim, as evidências (escritas e orais) pareciam não informar os mesmos acontecimentos, muito embora o tempo da memória não fosse tão preciso como as informações daqueles documentos.



FOTO 3: Pombal, 1934. Foto tirada da torre da Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso. Ao centro muitos córregos e lama devido as chuvas, alguns postes de madeira e apenas uma única árvore. Ao fundo a rua do Rio e por trás dessas casas o rio Piancó.

O atraso, encarado como o arquiinimigo do progresso, também foi afirmado por outros narradores⁹ e o sentimento de que a cidade mais parecia um “troço” também pode ser sentida em outras falas. Nestas enunciações sobre o passado, identificamos inicialmente uma cidade desprovida até mesmo dos ares de um centro urbano, inexistindo uma definição clara sobre a sua configuração espacial.

A indefinição de Pombal, nem enquanto cidade do progresso, e nem mesmo enquanto centro urbano bem definido espacialmente, nos aparece a partir de uma justificativa comum levantada por nossos narradores: sua própria constituição espacial, cujas definições eram muito diferentes das que hoje se apresentam.

Sempre referida enquanto “uma cidade pequena”, esforçaram-se nossos informantes para mapear a geografia do espaço urbano, cujas fronteiras próximas eram definidas por um único elemento: mato, capoeiras. É claro que, no exercício de volta ao passado, os narradores foram levados a fazer muitas comparações com o presente. Por

⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006.

⁹ Para o senhor José Arruda “*Pombal era atrasada, reduzida e pequena*”. Informação também repetidas pelos senhores Francisco Lopes de Sousa e Antônio Santana, e pelas senhoras Benta Carneiro dos Santos e Célia de Medeiros Hugulino.

exemplo, onde hoje há casas, antes era o lugar de matos, riachos e cacimbas, como bem notou o senhor Arlindo Ugulino:

[a cidade] era de porte muito pequeno, principalmente se comparada a de hoje, a gente nota diferença muito grande... aqui mesmo na minha casa, nessa rua aqui, denominada Leandro Gomes de Barros, que é próxima à rua do Rio, antigamente era só mato. Só tinha a rua de Baixo, que essa sempre existiu, a rua do Comércio, a rua Nova. Ali por trás da rua Nova não tinha nada, nada. Era só mato.¹⁰

Uma cidade envolta em mata, muito diferente da espacialização que hoje se apresenta, nos apareceu em relatos de forma muito corriqueira. Como por exemplo, tentando se recordar da cidade de outrora, o senhor Antônio Santana comenta, que *“isso aqui era tudo mato. Isso eu sei dizer... eu me lembro que Joaquim de Codó criava uns jumentos pra carregar água pra cidade. Ele e os jumentos colocaram água, bem dizer, até um dia desses(...)”*.¹¹

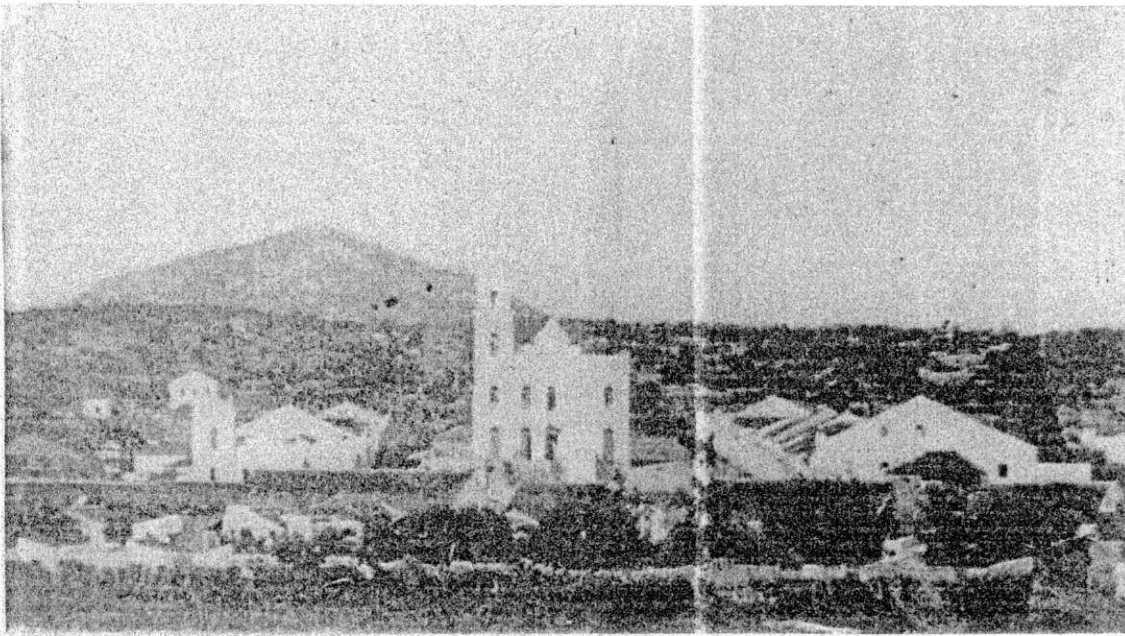


FOTO 4: Pombal, início da década de 1930. Ao centro a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, ao seu lado a chamada rua “Nova”. A frente da imagem os tetos e quintais das casas da rua do “Rio”. Por trás da Igreja, os limites de um espaço ainda desabitado.

Tal estranheza em nossos narradores em identificar em Pombal um espaço “tipicamente” urbano em seus imperativos modernos (organização, fluidez, higiene etc.); também é ocasionada pela relação muito estreita que ela (a cidade) mantém com o universo rural, não apenas em termos de espaço mais também de práticas cotidianas.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 08 de outubro de 2006.

¹¹ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006

A própria citação acima denuncia a forma de como o espaço urbano era consumido, sendo comum a criação de animais para fins domésticos, como por exemplo, para o carregamento de água, na falta de uma distribuição feita por encanamento, problema esse só resolvido na cidade na década de 1960.

No entanto, mesmo que corrente tais práticas, a exemplo da criação de animais na zona urbana, viria a modernidade organizar o espaço, expurgando vivências que não condiziam com a idealização criada para a “nova” cidade. Aos poucos o Código de Posturas se encarregava de organizar a disposição dos elementos que espacializavam a cidade.

Segundo o artigo número 36 ficaria “*absolutamente proibida, sobre pena de multa*” a circulação de “*qualquer animal bovino, cavallar, mular, azino, caprino, lanígero ou suíno encontrado no perímetro urbano, [que] será apreendido e posto em depósito, de onde só sahirá depois de paga pelo seu dono a multa consignada no orçamento respectivo*”. A própria lei justificava por que pretendia entrar em vigor contra os animais: em ataque aos “*danos causados à arborização urbana e a qualquer móvel ou imóvel público ou particular*”.¹²

Focando as vivências da cidade, parece mesmo que a lei tenha pesado nas práticas de criação de animais em Pombal a partir de 1936, como comenta a senhora Maria Amélia de Sousa:

Por que os bichos iam pras ruas, comia as coisinhas na praça, fuçava as coisas que tinham no chão, lá na cidade, não é? Onde vendia esses negócios de arroz, feijão. Por que o povo tem muito medo por que a criação mete logo a bocona dentro das coisas. Não deixava por isso. Aí prendia. Aí a pessoa ia soltar e pagava um totalzinho, que era pra o povo ter cuidado, pra não deixar solto.

Na condição de criadora de animais, entendeu a nossa narradora em que se revertia a ação da lei: em benefício da cidade, dentro dos anseios de higiene e ordenamento. Por isso, a circulação de animais soltos na cidade deveria ser proibida, sendo o bicho apreendido e o seu dono responsabilizado por se tratar sua propriedade.

¹² Código de Postura Municipal de Pombal. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936, p.08.



FOTO 5: A imagem acima se refere ao enterro da senhora Vitalina Gouveia, fins do ano de 1936. O detalhe ao fundo da fotografia foca a ruas cheia de lama, animais soltos nela, casas com muito mato em volta e com suas cercas de estacas e arame em volta, e não paredes servindo de muro.

Na mesma medida, corroborando com aquela narradora, a senhora Benta Carneiro afirmou que suas cabras eram perseguidas pelos prefeitos, posto que já se tornara proibida a circulação de animais na rua: *“Bateu na rua, ia preso. Pra tirar era*

cinco mil réis. Porco, cabra, carneiro, cavalo. Foi animal, prendia tudo. Só não prendia galinha, mas o resto... Se soltasse eles prendia (sic). Era um povo perverso”.

Percebemos pelas falas da senhora Benta Carneiro que o ideal de organizar a cidade livre da circulação desses animais era uma ação de perversidade, induzidas pela administração municipal que cerceava a liberdade dos animais em também espacializarem a cidade: a cidade parecia ter “donos” sendo gerida por regras próprias e novas, um pouco difíceis de entender e, sobretudo, muito perversas para se tolerar.

Contudo, percebemos que tais criações de animais não se davam fora da cidade, e sim no seu espaço, sendo esta mais uma prática combatida pelo Poder Público municipal, uma vez que era condenável de ali existir. Idealizações da cidade moderna que se chocavam com as práticas tidas por inapropriadas ao seu perímetro, devendo se manter vigiada e punida tal transgressão.

Também percebemos que o universo rural era transposto através de algumas práticas por seus habitantes, tais como criar animais ou simplesmente praticar o recolhimento de lenha nos arredores do perímetro urbano, como fica claro nas palavras impositivas da senhora Ana Pereira Damascena: *“Nossa! Quanto tempo eu não fui apanhar lenha no mato? A gente descambava não sei pra onde, bem longe, num lugar que se chamava Cruz do homem. Trazia e vendia”*.¹³

O simples hábito de apanhar lenha no mato pode ser encarado enquanto prática diária que parecia se confundir com a labuta dos moradores do campo, e que não foram vividas apenas pela senhora Ana Pereira Damascena, se estendendo a vivência de um trabalho, aparentemente, infantil.¹⁴

Além disso, tal fala revela que, encontrado morto num ponto já considerado perímetro urbano, o homem e sua fatalidade serviram para os habitantes espacializarem, ao seu modo, a cidade, trazendo referências comuns à espaços praticados (para colher lenha), mesmo sem a anuência do controle e estratégias do Poder Público municipal.

Em sua cotidianidade o próprio dia começava para algumas pessoas muito cedo, cujo trabalho em nada parecia ser característico às tarefas e afazeres urbanos, nem modernos, como comentou a senhora Maria Amélia de Sousa, na atividade de abastecer de água sua casa, no seu tempo de infância:

¹³ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

¹⁴ Comenta a senhora Maria de Lourdes Nery, em entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2007, que era muito comum que ela fosse buscar lenha nas terras de seu avô ou em serrotes distantes da cidade, juntamente com outras meninas. Também comenta a senhora Benta Carneiro que a mesma *“ia ver muita lenha no mato pra cozinhar”*, pois *“não tinha esse negócio de carvão não. Era tudo trempe aí do meio dos terreiro (sic)”*.

Eu era disposta e minha mãe abastecia pote, era tudo cheio de água. Era cabeça e cacimba. Eu mesmo tinha muito medo de cururu e passava mais de meia hora desgutando, desgutando, desgutando com um nojo! A gente começava 4 horas da manhã, enchia tudo pra dar até pra as criação (sic) por que a gente tinha galinha, porco.¹⁵

A prática cotidiana, bem como a espacialidade descrita, em nada denunciaria que a narradora morava na Rua dos Roques, lugar já urbanizado na década de 1930 em diante, e que abrigava a indústria de beneficiamento de óleos Brasil Oiticica S/A e a Estação ferroviária, com seus trilhos ligando as cidades aos homens.

Práticas cotidianas comuns entre os pombalenses como “carregar água na cabeça”, “desgotar cacimba”, “recolher lenha”, “acordar às quatro horas da manhã” e “criar animais”, enquanto afazeres domésticos diários, parecem mesmo distanciar nossos narradores sobre os sentidos do que deveria ser uma cidade moderna naqueles idos ou, no mínimo, torna turva a sua percepção de que o espaço pombalense estava no “caminho certo” para realizar tais ideais de progresso, como afirmava o Poder Público municipal.

Mas não que Pombal seja descrita apenas pelas representações de pequenez e espacializada sempre pelos limites da “mata”, indicando um cotidiano urbano semelhante ao espaço rural. Suas transformações materiais modernas, muito embora não fossem abertamente descritas, também habitavam a memória e as experiências dos narradores, bastando apenas ser despertadas.

Assim, aos poucos vamos entendendo como a modernidade pombalense foi vivida por seus antigos (re)moradores, sendo configurada a partir de outros parâmetros, obedecendo a suas peculiaridades locais, observadas em sua espacialização, o ritmo e o decantamento daquelas conquistas materiais, corroborando com as considerações de ARANHA (2001).

Essa outra configuração da cidade pela memória foi agenciada por falas que à significaram diferentemente, como dado, por exemplo, nos nomes das ruas e outros espaços locais. Divergindo das atuais nomenclaturas urbanas, percebemos que ao evocar a cidade, a lembrança acabou espacializando uma cidade própria, cujos nomes das ruas pombalenses aparecem com outros significados e cujos registros, segundo SOUSA (2001), foram marcados por uma sensibilidade peculiar cotidiana, contrastando com a marca da indiferença das formas modernas de nomear a cidade.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

São diversos os enunciados que significam as ruas do antigo espaço urbano, cujo sentido passou pela escolha e identificação dos próprios moradores. Assim, temos citadas as ruas “do Rio”, “Nova”, “da Cruz”, “dos Roques”, “do Comércio”, “dos Pereiros”, “do Sol”, “Preta”, “Estreita”, nomes que contrastavam com as significações pretendidas pelo Poder Público Municipal.

Sintoma desse contraste, tomemos como exemplo a seguir a justificativa de uma das mudanças de nome de ruas ocorridas em Pombal, proposta pelo projeto de lei número 25, datado de 07 de abril de 1956, quando o vereador Hildo de Assis Arnaud solicita a autorização da Câmara Municipal para dar a uma das ruas da cidade o nome de Felemon Estevão de Sousa, justificando que:

Será sempre muito interessante reservar as vias públicas para servirem como homenagem àqueles que consagraram sua vida ao trabalho honesto e construtivo. Tantas ruas por aqui existem com nomes impróprios e sem nenhuma significação. Além de tudo, temos que considerar o progresso da nossa cidade, cortada por todos os lados de ruas já construídas ou em construção.

A justificativa acima compreendia que as antigas significações dadas às ruas da cidade não condiziam com o progresso vivido por ela naquele instante. Tais significações, nomeadas pela identificação social, ganham o sentido de “impróprios” e sem nenhum valor, sendo mais importante homenagear aqueles que trabalhavam honestamente para a construção da cidade. Uma homenagem não aos seus caminantes comuns, pessoas ordinárias em Pombal, que também podiam ser honestos e trabalharem para o seu “crescimento”, mas apenas aos “mais importantes”, os filhos ilustres.

A cidade também ganhou significados próprios ao revelar seu cotidiano através das falas, principalmente a partir da associação das conquistas materiais urbanas às histórias de vida de cada narrador, fazendo ver maneiras próprias de habitar e espacializar Pombal naqueles idos, cujas conquistas foram vividas diferentemente.

Quando interrogados sobre as conquistas materiais da cidade, a maioria não se furtou de aprovar as transformações e passou a buscar na memória as práticas que passaram a se realizar a partir de tais “novidades”. Aos poucos a cidade foi deixando de ser um território ermo, e passou a ter significados para a história de vida de cada narrador. Assim, a própria representação da cidade se modifica durante as entrevistas, deixando de ser uma espacialidade narrada por alguns como um espaço quase “sem nada”, para dar lugar a outras significações, principalmente quando interpelados sobre algumas conquistas materiais específicas.

No movimento de olhar para trás e perceber o passado, utilizando da memória e das experiências vividas, alguns relatos pareciam indicar os limites ou ausência do progresso no espaço urbano pombalense. Para estas representações, Pombal daqueles idos foi descrita como “*uma cidade atrasada, reduzida e pequena*”, “*uma migalha de cidade*”, “*uma cidade sem futuro... uma cumbuca*”, “*uma cidade parada*”, e mesmo “*uma cagada*”.¹⁶

No entanto, incitados a pensar sobre suas transformações urbanas e suas conquistas materiais, aos poucos outras representações são agenciadas, por outros narradores, para esta mesma cidade, aparecendo-nos de forma muito sutil e que careceu redobrada atenção.

Em se tratando de uma primeira observação notamos que, quando pontuadas tais conquistas materiais, essas não vieram discriminadas como obras públicas realizadas por tal ou qual político (deputado, prefeito ou vereador, por exemplo). Salvo algumas poucas exceções - quando dados alguns lampejos fortuitos da memória - a maioria dos nossos narradores mantiveram certo distanciamento ao associar as conquistas materiais aos personagens políticos locais.

Falamos de lampejos fortuitos da memória, pois percebemos que quando associadas às transformações materiais da cidade a tais personagens políticos, o sentido não parece o de evocar louros à sua personalidade. Quando associados às conquistas materiais, os seus nomes pareceram muito mais um esforço para marcar o tempo, ou seja, uma forma de situar a memória numa dada temporalidade, de organizá-la dentro de um passado remoto.

No decorrer das falas, as transformações materiais, em consonância com as experiências simbólicas, já aparecem em representações cujo sentido é de “*algo bom*”, pois trouxe “*progresso para a cidade*”, mesmo que elas tenham vindo “*tarde e devagar*”.¹⁷

Para outros narradores, tais transformações materiais foram vistas de forma bastante cautelosa, pois o seu resultado foi em parte desagradável, pois acabou modificando o próprio sentido de habitar a cidade. A declaração de que “*materialmente as transformações foram boas, mas moralmente elas foram muito ruins*”, nutre certa

¹⁶ As afirmações foram feitas pelos narradores José Arruda, Maria Amélia de Sousa, Antônio Santana, Maria Adélia Felinto e Benta Carneiro, respectivamente.

¹⁷ As afirmações foram feitas pelos colaboradores Maria Adélia Felinto, Maria de Lourdes Nóbrega e Francisco Lopes de Sousa, respectivamente.

saudade do tempo que não volta, de uma “*vida que era melhor*”, cuja relação social era “*mais animada e unida*”.¹⁸

Mas apenas para a senhora Ana Pereira Damascena, as transformações urbanas pombalenses significaram algo negativo, pois a modernidade só trouxe para a cidade violência, quebrando o seu ritmo “*calmo e inocente*”.¹⁹

Assim, as percepções em torno das transformações urbanas pombalenses não são representadas da mesma forma por quem às vivenciaram, cujos sentidos se alegraram (ou não) com o seu progresso, se ressentindo pela saudade ou mesmo se chocando por seus conflitos.

Mas não podemos também deixar de perceber que através dos relatos de espaço acionados pelo exercício de lembrar as transformações urbanas pombalenses, aos poucos a cidade ganhava outros ares e é composta por outras imagem, a partir da percepção de outras práticas e de outros lugares agora presentes em suas vidas.

Passeios na estação ferroviária, nas praças, no cinema, os benefícios da energia elétrica para alguns, a possibilidade de emprego, o crescimento espacial da cidade para outras áreas, as zonas proibidas e os atos que proibiam, foram temas pontuados por nossos narradores e merecem atenção cuidadosa. É o que passamos a detalhar a seguir.

2.2 “O motor era pequenininho. E também só podia ter quem podia pagar”.²⁰

Primeira conquista moderna trazida para a cidade, o motor de luz parecia representar um grande progresso para Pombal. Enquanto obra do prefeito Francisco de Sá Cavalcanti, durante o seu primeiro mandato, no ano de 1927 a energia em Pombal já era uma realidade.

O próprio Código de Postura Municipal já trás dois capítulos dedicados especificamente ao “*bom uso*” e aquisição da *iluminação pública* e a *iluminação particular*: o primeiro rezava obrigação do poder público municipal em estender a iluminação em postes para as ruas da cidade, mediante a “*conveniência do serviço*”.²¹ O

¹⁸ As afirmações foram feitas pelas narradoras Célia de Medeiros Hugulino, Bernardina Pereira do Nascimento e Maria de Lourdes Nery, respectivamente. Foi possível perceber em algumas falas o tom de crítica por alguns problemas vividos pela cidade após essas transformações, tais como consumo de drogas, desrespeito aos costumes e aumento da violência e prostituição.

¹⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

²⁰ Frase proferida pela senhora Bernardina Pereira do Nascimento, no dia 31 de janeiro de 2007, em entrevista concedida ao autor.

²¹ Código de Postura – Prefeitura Municipal de Pombal. Imprensa Oficial: João Pessoa, 1936, p.10.

segundo capítulo especificava que o fornecimento particular de energia deveria estar de acordo com “*a possibilidade [de gerenciamento] do motor*”.

No entanto, as representações orais arroladas para a energia elétrica em Pombal demonstrariam a desigualdade que o serviço traria para a cidade, e denunciaria a própria segregação social daqueles cidadãos que podiam ou não se beneficiar dela. Da mesma forma, as lembranças também apontaram as diferenças espaciais da cidade, quando percebidas que o motor de energia só beneficiava o centro comercial da cidade.

Observou o senhor Antônio Santana que a energia não era um benefício para todas as casas, pois ele só se lembrava de “*umas lamparinas velhas*” na casa da avó, ou seja, demonstrando que a iluminação era feita de outra forma em algumas casas.²²

A senhora Maria de Lourdes Nery também se recordou da condição da energia elétrica na cidade, e que não se estendeu à sua casa, pois sua rua era considerada uma das mais pobres da cidade. Logo, o benefício não poderia se estender até ali:

Energia? Tinha não. Era lamparina. Tinha um motor na rua do Comércio, ali perto da Cadeia Velha. Era até dez horas o motor da energia. Mas nós não tinha (sic) por que a gente não tinha dinheiro. Energia era só na casa dos ricos. Mas tinha muita pobreza aqui! Na rua da Cruz era demais. Essa rua era uma das mais pobres.²³

À medida que outros diálogos foram mantidos, percebemos que a fala da narradora acima não é uma observação destoante de muitas outras falas. Pelo contrário, foi comum encontrar pessoas cujo benefício da energia não foi uma realidade nas suas vidas, como é o caso também da senhora Maria Amélia de Sousa, onde afirmou que a energia “*só era pra cidadezinha ali [no centro comercial], para o passeio do povo. Mas na casa de alguém de grau, de nível tinha. Nós tinha (sic) era lamparina em casa*”.²⁴

Percebemos que a aquisição da energia e seus benefícios não se estendiam a toda população por duas razões que o próprio Código de Posturas pontuava: devido ao seu custo, caso instalado em residências particulares, ou devida a capacidade mínima de potência do motor. Mesmo assim, já notamos os seus usos para práticas até então incomuns para a realidade pombalense: para passeio, prática incorporada ao rol de atividades urbanas.

Antes praticados com menos intensidade no período noturno, os passeios são incorporados por nossos (reme)moradores como algo a somar às atividades urbanas

²² Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006.

²³ Entrevista concedida ao autor no dia 16 de janeiro de 2007.

²⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

pombaleses, especialmente após estender por algumas ruas a energia elétrica, o que facilitava o deslocamento e a segurança dos caminhantes. Assim, pareceu-nos, pelas falas enunciadas, que os passeios à casa de vizinhos e, sobretudo, às praças centrais, foram amplamente possibilitados pela extensão da energia elétrica pública, especialmente entre as mulheres, cuja educação era mais rígida e privada.

A mesma senhora Maria Amélia de Sousa se recorda que, para se deslocar para as praças centrais, visto que morava distante delas, a energia bastante segurança, *“pois era claro e a gente ia caminhando. E, claro, papai e mamãe deixava ir por isso, por que não tinha perigo”*. Logo, comum de ser associada à segurança, a energia elétrica estimulava à uma vida urbana noturna, se não antes impraticável, agora permitida ou possível de se praticar.

No entanto, mesmo associada à prática de passeios no centro comercial, e vizinha da senhora Maria Amélia de Sousa no nascente Bairro dos Pereiros, considerado a periferia norte da cidade, a senhora Benta Carneiro observa que a distância do centro comercial impedia que as casas da rua dos Roques (onde mora a narradora) possuíssem energia: *“a energia ninguém tinha aqui não. Só aqui ou acolá era que um rico tinha”*.²⁵

Mas não bastou se distanciar do centro comercial, onde estava instalado o motor de luz da cidade, para que percebêssemos a diferença de sua aquisição entre aqueles que “podiam” ou não possuir tal benefício. Às vezes, numa mesma rua, a exclusão se fazia presente, seja pela situação financeira ou pela “distância” das casas, como comenta a senhora Bernardina Pereira do Nascimento, quando interpelada se todas as casas possuíam energia elétrica:

Tinha assim, nas casas que podia (sic), por que o motor era pequenininho. E também só podia ter quem podia pagar. Não era toda casa que tinha não. Agora na casa do meu pai tinha por que era pertinho na mesma rua. Na rua do Comércio quase todo mundo tinha. Só não tinha lá pra baixo. Lá pro final não tinha. Por que além da pobreza, era longe demais, e não dava pra estender. Era desse jeito.²⁶

Segundo o relato, o fato de morar na mesma rua onde estava instalado o motor de energia, poderia facilitar a aquisição do benefício, não fosse um outro problema de ordem financeira, onde residências da mesma rua não podiam possuir tal conquista material.

²⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006

²⁶ Entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

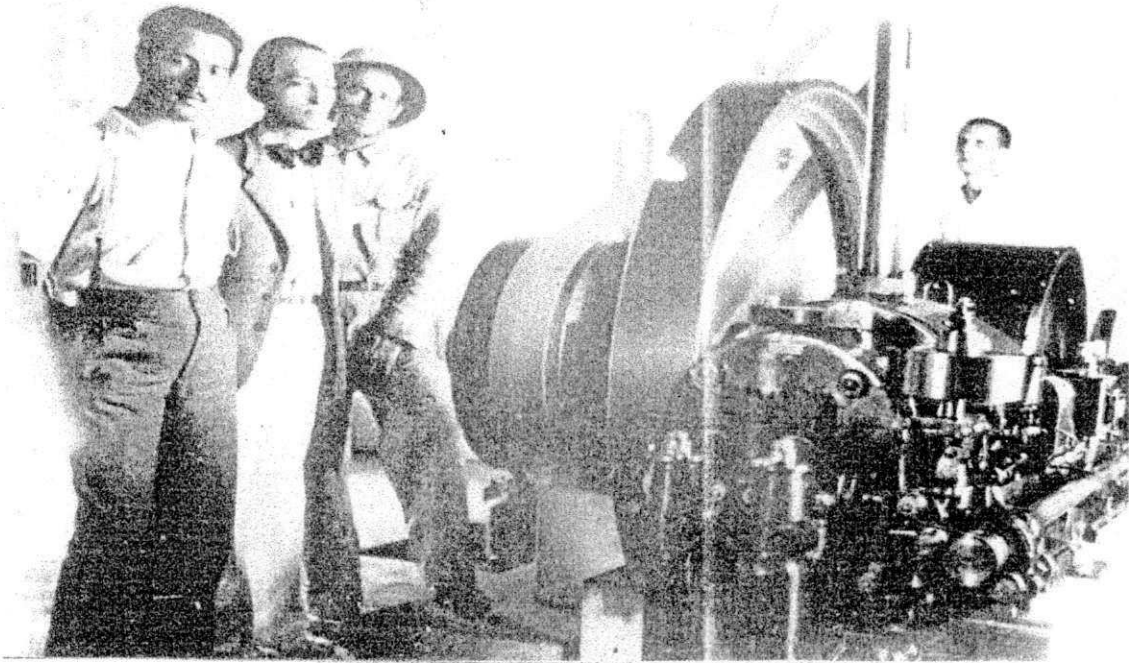


FOTO 6: Primeiro motor de luz da cidade, 1927. Na imagem se vê de gravata o prefeito Francisco de Sá Cavalcanti e ao seu lado o senhor Hermínio Monteiro (de chapéu), principal responsável pelo gerenciamento da máquina.

Mas relembrar a condição da energia elétrica na cidade não pareceu-nos uma conquista tão moderna como decantada por alguns. Ao contrário, a energia foi sempre evocada por nossos (reme)moradores em sua precariedade e limitação, e não apenas por que eles dispõem hoje de um serviço muito mais eficiente e potente.

A limitação do motor foi algo observado pelos narradores que possuíram tal benefício, cuja geração de energia para a senhora Maria Adélia Felinto “*funcionava precariamente*”, e mesmo achando bom aquele serviço, o mesmo era “*péssimo, péssimo, pois parecia uns candeeiros*”.²⁷

Observação parecida fez a senhora Célia de Medeiros Ugulino quando afirmou que a luz produzida pelo motor de energia era de potência muito limitada, principalmente depois que o “*motor foi ficando caído*”, o que dificultava mais ainda o uso da energia elétrica: “*era um bico de luz, dois, três numa casa. E ainda era aquela coisa assim, tão apagada... a gente comprava uma lâmpada de 60 velas, mas não funcionava nem como uma de 10. Era amarelo, feio. Aí o motor dava o prego...*”.²⁸

Tal precariedade no serviço de energia elétrica na cidade tem uma explicação simples, e se justifica pela crescente adesão dos proprietários das casas à energia elétrica e sua extensão para as ruas centrais da cidade. Com isso, aumentou-se o consumo do

²⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 29 de janeiro de 2007.

²⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 12 de outubro de 2006.

motor de luz, mas não a sua capacidade de geração que permanecia a mesma. Daí advêm a referência aos constantes “pregos” ou falhas do motor.

Os repetidos problemas ocasionados no motor exigiu que no ano de 1947 fosse adquirido um outro motor, com maior potência de geração de energia, sendo também transferida o local de permanência da máquina. Porém, a aquisição de um novo motor apenas temporariamente resolveria suas constantes falhas.

Em documento datado de 1956, encontramos um decreto que exigia a redução do fornecimento de energia pública e particular em até 40% do consumo até aquela data, cuja justificativa foi sua falta de capacidade de gerar mais energia. Assim, rezava o decreto que:

Considerando que o motor da Usina de Luz desta cidade tem capacidade para o fornecimento de energia elétrica para setenta e cinco mil velas e está atualmente fornecendo energia para cento e quarenta e oito mil velas. Considerando que não pode mais o referido motor resistir ao excesso de carga existente, motivo pelo qual vem sofrendo consertos caros e onerosos para os cofres Municipais e forçando a passar a cidade às escuras durante meses. Decreta: **Art. 1º** - fica reduzido a 60% o fornecimento de energia elétrica para luz pública e particular... **Art.2º** - todas as lâmpadas da luz pública de 40 velas serão substituídas por lâmpadas de 25 velas, devendo os particulares reduzir o seu consumo de luz pela maneira que lhes parecer mais conveniente, diminuindo o número de lâmpadas ou velas, contanto que fique o seu consumo reduzido a 60%.²⁹

Notamos pela transcrição do documento acima que a cidade de Pombal de fato sofria com os problemas de fornecimento de energia, como também observado através de algumas falas que, diferentemente de celebrar suas maravilhas, apontaram os seus problemas correntes de consumo e capacidade geradora.

A energia de péssima qualidade certificada pela senhora Maria Adélia Felinto, e mesmo a pouca luz obtida ao qual se referiu a narradora Célia de Medeiros Ugulino, ganha respaldo nesse documento que reduz a capacidade de consumo de energia na cidade em até 40%. Para isso, o valor do consumo deveria passar principalmente pela redução da quantidade da capacidade de velas das lâmpadas.

²⁹ Decreto de lei nº104, do dia 17 de abril de 1956.

Nota-se também o serviço ideal que o motor de energia deveria gerar. Este era capaz de produzir energia para setenta e cinco mil velas, mas que na realidade o consumo na cidade chegava a ser de cento e quarenta e oito mil velas, ou seja, quase 100% a mais que a capacidade permitida pelo gerador. Assim, ainda na década de 1950, estão justificados as lembranças dos problemas e não tanto os benefícios do motor de luz da cidade.



FOTO 7: Fotografia de uma reunião realizada na Câmara Municipal de Pombal, década de 1950. O detalhe da foto mostra um candeeiro à gás em cima de uma mesa, e não a energia a motor que só funcionava no período noturno, benefício que a Câmara não podia consumir pois seus encontros eram diurnos.

A precariedade do serviço de energia trazia outros problemas cotidianos para a cidade. Lembra a senhora Ana Pereira Damascena que até mesmo a circulação na cidade tinham os seus melhores horários, em virtude da falta de energia em muitos trechos e dos lugares desabitados. Depois de casada e morando na cidade em um lugar um pouco distante do centro comercial, a mesma tinha que voltar cedo para casa, pois era “um lugar muito desabitado, com muito mato”, e ela “*tinha muito medo, por que nesse tempo não tinha luz*”.³⁰

Para além do conforto doméstico, a energia pública na fala da nossa narradora representava a segurança pública que não havia na cidade. Ela mesma comentou que por diversas vezes, quando ia deixar as “trouxas de roupas” em algumas casas, mesmo

³⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de outubro de 2006.

quando no centro comercial, passava por situações vexatórias, como presenciar atos obscenos ou encontros escusos acometidos nas ruas:

Eu mesmo via, muitas vezes, quando ia levar as roupas nas casas, eu encontrava cada abacaxi no caminho. Voltava pra casa com as roupas, elas já tinham caído das minhas mãos, não sei como alguém fazia um negócio daqueles não... a gente chamava ela [*a rua*] de beco de João Fontes. Gente com filho que a gente nunca pensou... mas também se fazia por que não era um lugar tão claro, era desabitado.³¹

A condição de não ter este espaço uma iluminação, e mesmo não ser tão habitado, mesmo estando a referida ruela próxima à Igreja Matriz local, ou seja, bem próxima ao centro comercial da cidade, foi encarado por nossa narradora como causador de muitos constrangimentos à moral local.

Outra prática foi percebida pelo senhor Francisco Lopes de Sousa, onde a energia elétrica parecia não trazer maiores alterações: o hábito de dormir cedo. Encarada como prática comum na zona rural e transposta para o modo de vida urbano, o horário de funcionamento do motor de luz não interrompia tal hábito.

Para este narrador, mesmo funcionando o motor de luz das 18 horas até às 22 horas, era comum que às 20 ou 21 horas as pessoas já estivessem preparadas para dormir. Assim, a energia pública não oferecia maiores interesses de seus habitantes em circular a noite, pois na mesma “*não havia diversão: cinema, televisão... então você ia dormir cedo né (sic)? De oito pra nove horas tava (sic) dormindo*”.³²

Essa prática também foi confirmada pela senhora Bernardina Pereira do Nascimento, afirmando que “*quando dava nove horas já tava todo mundo deitadinho*”, pois “*a gente só ficava assim por fora até oito, nove horas, por que de dez já tinha que ta dentro de casa*”.³³

O espaço público da cidade parecia oferecer riscos à noite e por isso a prática de estar em casa cedo para dormir, parecia fazer parte da educação das crianças e jovens de Pombal, não apenas regradas pela família, mas também pelos próprios operadores do motor de luz.

Exemplo disso foi comentado pela senhora Célia de Medeiros Hugulino ao se referir ao “toque de recolher”, um alerta dado pelo operador para que as pessoas procurassem sua morada, pois o serviço de luz ia ser interrompido. Sinal esse por muito tempo mantido na cidade: “*a energia só chegava no fim do dia, de 6 horas até 10 horas.*

³¹ Idem.

³² Entrevista concedida ao autor no dia 14 de outubro de 2006.

³³ Entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

*Aí tinha o toque, né (sic)? Apagava e acendia, já era um alerta pra quem tivesse distante de casa, de voltar pra casa. Sabe que ano deixou de ser assim? Em 58...”*³⁴

Segundo os relatos, os perigos oferecidos à noite eram menos de natureza violenta, como riscos de assalto ou de crimes, e mais por razões misteriosas, pois a noite de Pombal era tomada por ações proibidas e condenadas socialmente, mas não menos praticadas: as traições conjugais.

Era justamente à noite que os pais cerceavam de seus filhos o direito de circular livremente, pois a cidade era tomada por certas “bestialidades” que andavam à solta no espaço urbano, justamente nos lugares mais escuros e desabitados. Essas bestialidades atendiam pelo nome de “lobisomens” que vagavam por lá, a circular pela cidade a qualquer hora noturna, depois do “toque de recolher”.

Os lobisomens, segundo nossos narradores, eram homens e mulheres casados que saíam para se encontrarem com seus/suas amantes, mas que num golpe de criatividade e astúcia, foi transposto do imaginário rural e lançado aos hábitos da cidade, porém, com outras significações.

As crianças alimentavam certo pavor dessas “criaturas”, mesmo sabendo da natureza de sua mortalidade, ou seja, humanidade, como deixou escapar a senhora Maria de Lourdes Nery, quando interpelada pela existência daquela bestialidade que atendia pelo nome de lobisomem: *“Isso era mulher. A gente não tinha medo não. Já sabia o que era quando jogava essa história na cidade”*.³⁵

Uma cidade tomada por lobisomens, revela o lado criativo da credence popular, resignificando a imagem daquela criatura mítica, transposta para o espaço urbano por seus moradores, e muito mais para os verdadeiros interessados em alimentar tal mito e riscos de circular na cidade em períodos noturnos. Exemplo disso pode ser percebido na fala da senhora Bernardina Pereira do Nascimento, quando revela que:

Nesse tempo o povo dizia assim: “bora entrar pra dentro, que lá vem uma besta rinchando nas portas num cavalo de aço”. Era tanta conversa feia. Mas na verdade era essas mulher (sic) mais ou menos que não queria que o povo soubesse, aí se vestia dessas coisas. Aí o povo dizia: “Olhe, tá pra acolá”. Nesse tempo isso aqui tudinho era mato. E era nesse mato que as pessoas dizia (sic) que tinha os lobisomem (sic). Quando dava 9 horas já tava todo mundo deitadinho.³⁶

³⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 12 de outubro de 2006.

³⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 16 de janeiro de 2007.

³⁶ Entrevista concedida ao autor no dia 16 de janeiro de 2007.

Alimentar o medo nas pessoas para que se pudesse praticar tais traições, sem olhos intrusos por perto, acabava também por incentivar numa maior permanência das pessoas em seus domicílios, mesmo quando as vias urbanas possuíam energia elétrica. Pela fala da narradora, não é tanto as ruas centrais e pouco iluminadas que se teme, mas justamente o seu oposto: os lugares desabitados que abrigavam a fera e onde eram cometidas tais práticas socialmente condenada de infidelidade, especialmente feminina.

Concordou também a senhora Odete Roque da Silva, que na verdade *“essa história do lobisomem era para que ninguém andasse na rua, pra não ver nada”*. Histórias tidas por freqüentes, *“pois sempre existiam”*, mas que todos, principalmente a família do lobisomem tentava *“abafar”*.³⁷

A razão desse *“abafo”* ou silenciamento da população em torno dos lobisomens e do seus desencantamentos (descobertas), foi comentado pela senhora Ana Pereira do Nascimento, ao nos contar que essas histórias eram motivos de debelar violência contra quem via ou mesmo comentava o acontecimento: *“era história que dava morte, era vingança, pra fechar a boca do camarada. Pra o cara não falar, às vezes pegava fulano, fulano, fulano, aí matava o cara”*.³⁸

A mesma narradora revela ter sido testemunha da descoberta de um lobisomem, mas que a princípio não quis revelar nada, posto ter sido acometida do temor de que algo fosse feito à sua família. O próprio pai, ao saber da descoberta presenciada por ela de que sua vizinha recebeu um lobisomem, havia aconselhado a esquecer a história, dizendo-lhe *“minha filha, não converse isso que isso dá morte! É capaz de fazerem até um mal a mim”*.³⁹

Os lobisomens do espaço urbano, enquanto feras da noite, deixaram escapar a própria condição de vida da cidade no período noturno, cujas representações em torno desse espaço revela certo temor em circular à noite, seja pela falta de iluminação, seja por seus lugares desabitados, seja pelo simples hábito de recolhimento noturno em decorrência de exaustivas atividades cotidianas ou pela inexistência de lazer.

Assim, longe de entender a energia elétrica enquanto uma grande conquista moderna, e que faça referência apenas a segurança trazida por ela, as falas de nossos narradores revelaram problemas associados ao fornecimento dessa conquista material. Representações em torno da limitação do motor de luz em gerar pouca e precária

³⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 30 de janeiro de 2007.

³⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

³⁹ Idem.

energia, bem como a impossibilidade de algumas pessoas em possuir tal benefício. Menos encarada como grande celebração, as memórias pareciam chamar a nossa atenção para o fato de que a cidade só deu a luz à alguns de seus filhos pombalenses.

2.3 “Era como se a gente já tivesse o que fazer na cidade, pra melhorar”.⁴⁰

Após a mobilização social em torno da chegada do motor de luz em 1927, um outro evento parece ter marcado o tempo de novas transformações em Pombal: a chegada do trem em 1932.

Evento concorrido, pois conseguiu atrair moradores tanto da cidade quanto da zona rural para “assistir” a chegada do trem. Se recorda a senhora Odete Roque da Silva que, mesmo contando com apenas oito anos de idade, a primeira chegada do trem marcaria a sua memória.⁴¹

Para ela, enquanto criança que morava na zona rural, o trem era uma novidade, e por isso, seu pai havia saído do sítio Maracujá especialmente para presenciar o evento da primeira chegada daquela máquina em Pombal. Evento que exigia requintes de produção: boas roupas, bandeiras e banda de música. Tal evento da chegada do trem se tratou de uma mobilização social. “*Pobres, ricos, todos estavam lá*”, comenta aquela senhora.⁴²

Acrescentou à senhora Benta Carneiro que a inauguração da Estação Ferroviária e da chegada do trem, além da muita festa recebida por palmas e banda de música, também contava com a presença do pároco local à abençoar tanto o lugar quanto a máquina. Porém, mesmo debaixo de bênçãos, a chegada da máquina também haveria causado muito estranhamento.

“*Eu corri e disse: mãe, o bicho vem chegando com a venta na linha*”, foi o que pronunciou a senhora Benta Carneiro ao encontrar desesperada a sua mãe, em ocasião do aparecimento do trem na linha férrea. Estranheza para uma criança desabituada com tal “maravilha” do progresso, como algo que “nunca” aparecera por ali, próxima a sua

⁴⁰ Frase proferida pela senhora Maria de Lourdes de Sousa Nóbrega, no dia 09 de outubro de 2006.

⁴¹ Entrevista concedida ao autor no dia 30 de janeiro de 2007.

⁴² Idem.

residência: “*Aí mãe me pegou pelo braço e me mostrou o que era. Só assim eu fiquei sabendo que aquilo era o trem do povo andar. Aí ela levou, mostrou a máquina*”.⁴³

Após o susto e tomado os devidos reconhecimento sobre o que se tratava aquele “bicho”, a narradora citada nos informa que o trem passou a ser uma constante presença na sua vida. Não por menos: ela era (e ainda o é) vizinha da Estação Ferroviária, em cujo terreno da família foi construída a referida obra.

Porém, ante de ser encarado como um grande orgulho, a narradora afirma que sediar a Estação Ferroviária, em terras pertencentes ao seu avô, foi antes um prejuízo para a família:

Era dos meus avós esse terreno, aí quando a linha de ferro passou, aí lapeou! Aí perdeu tudo. Esse povo antigo não sabia de nada. Aí eles só fizeram dar ordem: “se vocês quiserem cortar os pés de pau...”, por que a gente vendia os pau (sic), pra fazer fogueira, pra tirar madeira.⁴⁴

Logo, nem só com alegria foi dado esse encontro do trem na cidade de Pombal. Para a nossa narradora ele representou usurpação de bens privados, dignos de serem lembrados com sentimentos de revolta, principalmente por se tratar de uma ordem imposta, e não de uma negociação entre as partes (dono das terras – empreendedores da máquina).

Mesmo assim, parecia a chegada do trem ser uma celebração comungada enquanto sentimento de todos os pombalenses, não fosse a noite ter caído e a comemoração ter se tornado em evento particularizado. Reunião organizada no já instalado Grupo Escolar João da Mata, apenas os filhos “ilustres” de Pombal puderam participar da festa. Sobre esse acontecimento a narradora Benta Carneiro silenciou e nada pode nos dizer.

Contudo, segundo as senhoras Odete Roque da Silva e Maria de Lourdes de Sousa Nóbrega, enquanto expectadoras daquela festa, apenas a elite pombalense compareceu ao evento. Com ares de requinte foi iniciado um baile novamente com a banda de música que recebera a máquina na Estação.

É esta última senhora citada uma observação muito interessante a propósito da permanência do trem na cidade. Enquanto expectadora da festa particular à elite pombalense, em comemoração da chegada do trem, a senhora Maria de Lourdes

⁴³ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁴⁴ Idem.

comenta a chegada também de algumas novidades ao espaço pombalense, e que anteriormente era pouco freqüente: os forasteiros.⁴⁵

Para a senhora Maria de Loudes o entra e sai de pessoas desconhecidas parecia ser uma maravilha para a cidade, antes fadada “às mesmas caras que agente já conhecia”. Para exemplificar o seu ponto de vistas, lembrando como o trem parece ter concorrido para abrir a cidade às novidades, comenta do casamento de uma certa amiga sua com um representante da corporação de trem, tendo eles flertado na dita festa de chegada da máquina. Havia ele encontrado, “além do trabalho na cidade, o amor de sua esposa”.⁴⁶

O trem ia e vinha, e mesmo marcada a sua programação de passagem pela cidade, o que parece ter permanecido foi uma outra representação por ele trazida: diversão, expansão urbana e até mesmo possibilidade de novos ganhos financeiros. Mas não que ele também não fosse encarado como progresso, dinamismo de informações e rapidez de deslocamento entre espaços, pois alguns narradores também citaram aqueles benefícios trazidos pelo trem já percebidos por ARANHA (2001).

Não apenas trazendo uma variedade de pessoas desconhecidas, a presença do trem também evocou para alguns de nossos narradores, enquanto mais um espaço lúdico para a população em Pombal, ou seja, mais uma novidade de lazer. “Lá era um ponto de encontro nas quartas-feiras e nos domingos, por que tinha o trem de passageiros. Agente ia primeiro para a missa, todo arrumadinho e ia assistir a passagem do trem”, se recorda o senhor Arlindo Ugulino, numa afirmação que parece responsabilizar o trem pela introdução de um novo espaço e prática de lazer na cidade.⁴⁷

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 08 de outubro de 2006.

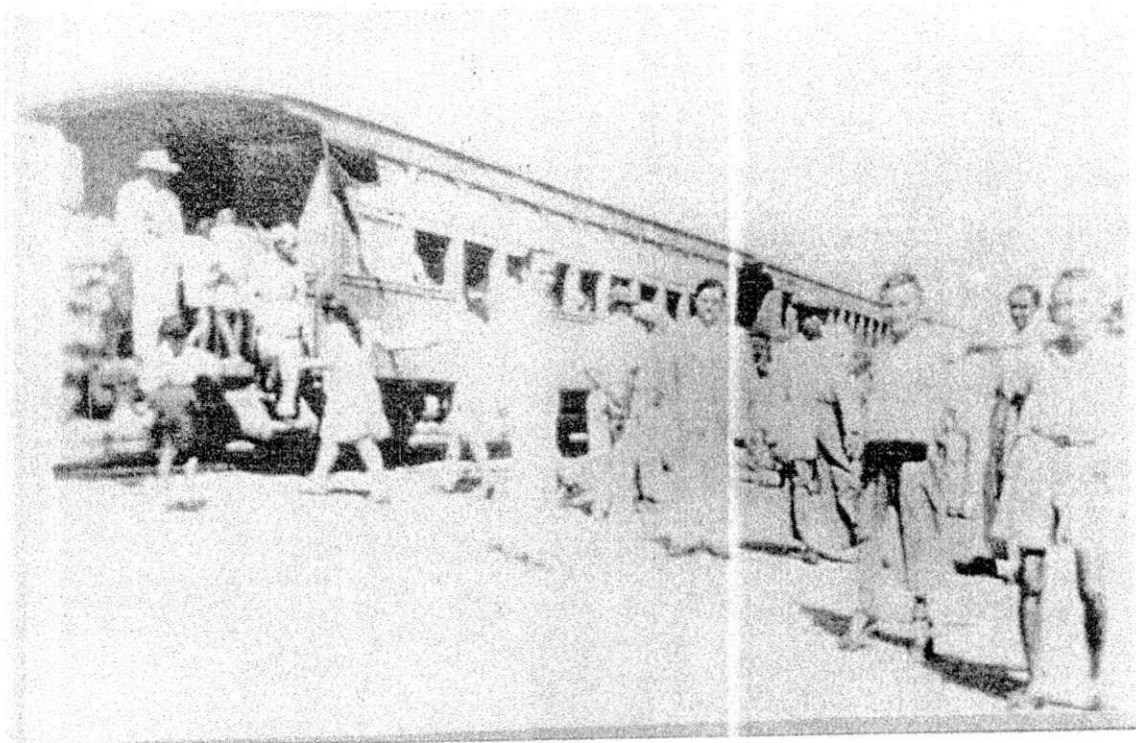


FOTO 8: Passageiros e habitantes pombalenses em torno do trem, 1949. A imagem parece querer retratar aquele movimento trazido pela máquina, pois a mesma não parece ser um registro proposital daquelas pessoas. Note-se que algumas delas fizeram pose, mas as outras foram pegas de surpresa, como demonstra sua postura corporal.

Assim, o trem segundo as falas dos nossos narradores, nos aparece correntemente enquanto conquista que cinde o ritmo cotidiano da cidade, pela sua opção de lazer na cidade. “No domingo era a hora do trem passar. Vindo de Fortaleza, tava a mocidade todinha esperando a passagem do trem. Era um divertimento”, afirmaria o senhor Francisco Lopes de Sousa⁴⁸ em aproximação também às palavras da narradora Maria de Lourdes de Sousa Nóbrega:

Nós íamos nos domingos, dias de semana. Nós éramos jovens, mocinhas, e fazíamos à festa por lá também. Aí melhorou muito. Nos domingos nós já tínhamos uma idéia: “O que a gente leva? Como é que a gente vai? Qual a turma que a gente leva?” A gente já tinha um programazinho, não é?⁴⁹

Tal possibilidade de lazer foi instalado na cidade, tornando a Estação Ferroviária enquanto *point* de diversão ao esperar a passagem do trem, onde acrescenta a senhora Maria Adélia Felinto que, dada à novidade, “tinha gente até que fazia roupa pra ir pra isso, pra passagem do trem. Lá era o ponto de divertimento da cidade”.⁵⁰

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 14 de outubro de 2006.

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 29 de janeiro de 2007. A prática de lazer trazida pela passagem do trem também foi lembrada pela narradora Maria de Lourdes Nery e pelo senhor Antônio Santana.

Contudo, para os moradores próximos a Estação Ferroviária, a passagem do trem também representou um momento de crescimento de expansão urbana dada aos arredores desse novo espaço, preenchendo com casas lugares antes desabitados, como bem recordou as senhoras Maria Amélia de Sousa e Benta Carneiro.

Lembra a primeira narradora que *“só depois da Estação foi que apareceu casas por aqui. Antes só tinha a casa do chefe a Estação e aos poucos foi aparecendo”*. Lembrança endossada pela segunda narradora que afirma que *“aqui não tinha nada. Era só mato, pé de trapiá e de Juazeiro. Depois do trem foi crescendo isso aqui, construindo casa”*.⁵¹

A expansão urbana trazidas pelo trem, segundo nossas narradoras, contribuiu para a urbanização do atual bairro dos Pereiros, nome esse devido a grande quantidade dessa planta naquele lugar. Para termos uma idéia dessa expansão, próxima a casa das depoentes, apenas se situava naquele lugar o cemitério local, considerado já *“afastado da cidade”*.

Porém, com o estabelecimento da Estação Ferroviária naquele lugar, também foi instalada a fábrica de beneficiamento de frutas Brasil Oiticica e a beneficiadora de algodão SANBRA, o que faz crescer essa área urbana povoada por pessoas humildes e trabalhadoras dessas firmas.

Outra mudança trazida pelo trem diz respeito à possibilidade de ganhos decorrentes da sua passagem pela cidade. Comenta a senhora Maria Amélia de Sousa que no largo da Estação do trem, foram criados “quiosques” e montadas outras barracas para a venda de merendas, tais como bolo, tapioca, pão-de-ló, café etc.

Esse novo comércio de merenda tinha dois públicos alvos: tanto os passageiros dos trens, como os pombalenses que ali estavam para se divertir. Atividade em que participou trabalhando a senhora Benta Carneiro, quando nos conta que:

Eu vendia café (risos). Mamãe botava o bule, o café e três xícaras, e eu ia vender a um tostão a xícara. Achei foi bom! O trem vinha pouco, aí foi aumentando, aumentando. O povo foi montando barraca, aí melhorou. Aí quando menos, tava o trem mesmo bom. Um tostão era muito dinheiro. Aí mamãe botou uma banca depois. Aí botava pão, café, o que botasse vendia. Por que o povo vinha de longe pra pegar o trem aqui.⁵²

Percebida a falta desse tipo de serviço naquele lugar, segundo a fala acima da senhora Benta Carneiro, o trem traria outras possibilidades de ganho financeiro para a

⁵¹ Ambas as entrevistas foram concedidas ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁵² Idem.

família e incentivava os seus lucros. Mesmo chegando a “concorrência” de outras bancas, ela se entusiasma com tais vendas feitas por si e que acabava complementando a curta renda da família.⁵³

Em termos de ganhos financeiros, também recordaram os senhores Francisco Lopes de Sousa e José Arruda dos Santos que boa parte do comércio da cidade passou a ser feito pelo trem, muito embora também existisse a estrada de rodagem e seus caminhões cargueiros. Contudo, *“para ir resolver problemas nos grandes centros, como ir ao médico ou procurar um banco, era melhor ir de trem”*, afirmou o senhor José Arruda.⁵⁴

Na condição de comerciante local, relembra o senhor Francisco de Lopes que, embora suas mercadorias viessem em caminhões pela estrada, dada a grande quantidade de mercadorias que trazia, ele se deslocava de trem para os grandes centros, como Campina Grande. Sua preferência pela viagem em tal máquina é clara: *“por que era mais rápido e mais confortável, por que, como não tinha ainda asfalto, era estrada de terra, e a gente chegada todo sujo de poeira e quebrado (risos)”*.⁵⁵

Enquanto transporte de cargas, o destino comum parecia ser a capital cearense, muito embora a maior parte do comércio fosse realizada com Campina Grande. E a justificativa para isso parecia ser uma só, como comenta ainda o senhor Francisco Lopes: ao contrário da linha para Fortaleza, o trem que saía de Pombal não chegava em Campina Grande, pois o trecho de obras só fora estendido até Patos. Portanto, saía muito dispendioso contratar trabalhadores para carregar e descarregar as mercadorias de caminhões para o trem (até Patos), e recarregar deste ponto até Pombal (para novamente descarregá-lo).

Tomando novamente os espaços de lazer pombalenses, para alguns moradores a Estação Ferroviária só perdeu a sua popularidade de visitação e diversão quando criada um outro espaço de lazer na cidade: as praças centrais Rio Branco (atualmente conhecida por praça Dr. José Ferreira Queiroga ou Praça do Centenário) e Getúlio Vargas, ambas concluídas durante a gestão do prefeito Sá Cavalcanti, no ano de 1940. Acrescentou-se a essas praças a construção de um coreto (na primeira praça citada) e um monumento (chamado Coluna da Hora, na segunda praça citada).

⁵³ Ainda lembrou a depoente que essa era uma forma a mais de trazer dinheiro para casa, pois tanto seu pai como sua mãe não tinha emprego fixo, vivendo apenas da venda de madeira e animais.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 17 de janeiro de 2007.

Aliás, foram tais obras que ficaram na memória de alguns dos nossos narradores como as principais obras daquele prefeito, e que ornaram sua gestão política como “boa”, “aquele que botou novidade na cidade”, construções feitas no momento de “crescimento da cidade”.⁵⁶ Outros, no entanto, demonstraram certa indiferença com relação a tais obras.

Para aqueles que celebraram tais transformações, as praças marcaram uma nova vida dada à cidade, espaço consumido por todos os habitantes, como se recorda a narradora Maria de Lourdes de Sousa Nóbrega:

[A população] passou a usar completamente. Todas as festas que haviam, que eram com banda de música, era no coreto, a festa era toda em torno das praças, em torno da banda. Pra gente que era muito fechada, as praças deram muita vida aqui. Vamos dizer, total, por que não tinha nada.⁵⁷

A tentativa de dizer que na cidade “não tinha nada” parece um indicativo de como as praças foram importantes para o cotidiano daquela senhora na sua juventude, pondo mesmo concorrência ao habitual passeio na Estação, por ela anteriormente comentado com tanta empolgação.

Porém, corroborando com a fala da narradora acima, comenta a senhora Maria Adélia Felinto da novidade instalada agora com o advento das praças: as retretas e passeios ocasionais. Tais práticas em torno das praças vão se inserindo no cotidiano da cidade através de seus usos mais comuns como “bater papo, namorar, passear de um lado para o outro”.⁵⁸

As retretas e os passeios também foram lembrados pela senhora Maria Amélia de Sousa com muito saudosismo. Mesmo morando afastada do centro comercial da cidade, onde as praças estavam localizadas, esta senhora se recorda da sua caminhada até as praças afim de “namorar e passear”, porém com hora marcada para voltar (até às oito horas), pois sua casa era distante e não tinha energia elétrica na rua.

Mas nos alerta: tanto os namoros quanto os passeios eram praticados de uma forma muito decente, uma vez que “as praças eram um ambiente de respeito”, onde todos agiam com decência. O código de respeito mantido nas praças marcaria a grande diferença entre aqueles usos desse espaço no passado e aqueles realizados hoje em dia, completa a nossa narradora.

⁵⁶ Ambas as citações são das senhoras Maria Adélia Felinto, Benta Carneiro e Maria de Lourdes de Sousa Nóbrega, respectivamente.

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de janeiro de 2006.

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 29 de janeiro de 2007.

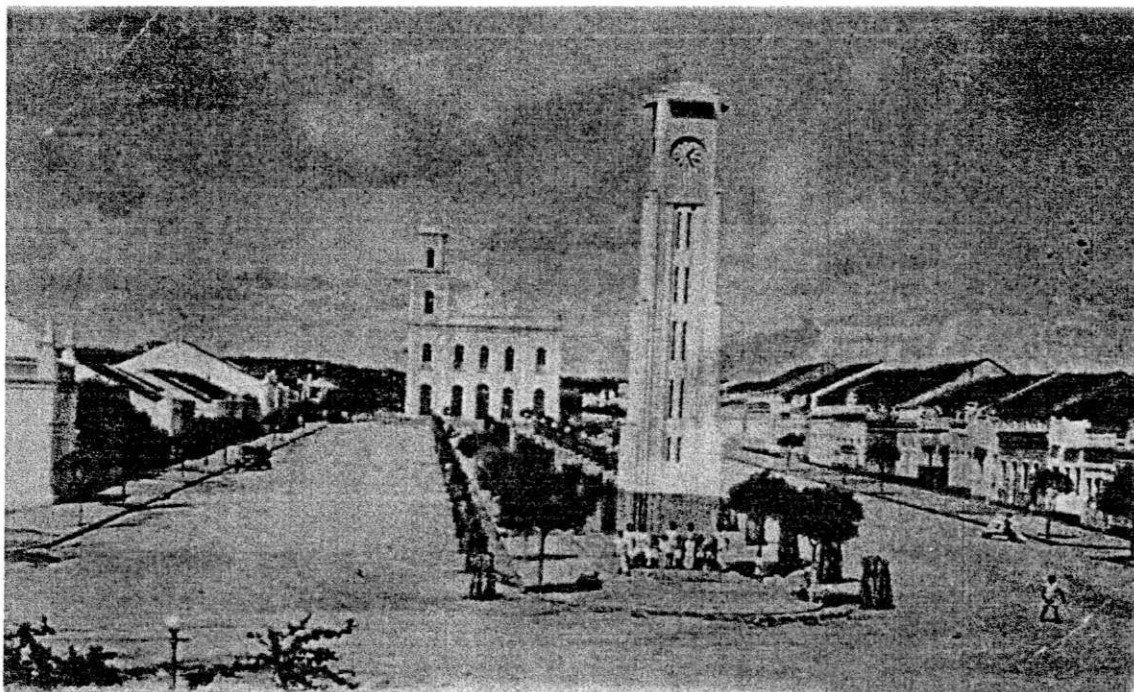


FOTO 9: Praças Getúlio Vargas e monumento Coluna da Hora, década de 1940.

Fotografia registrada de cima do coreto da praça Dr. José Ferreira Queiroga. Nessa imagem aparecem a arborização local protegida por garajaus, pessoas em frente à Coluna da Hora (posando para a foto), a iluminação pública, as ruas sem pavimentação, as casas com suas calçadas para passeio (como obrigava o Código de Postura Municipal) e apenas um veículo estacionado. Imagem registrada aproximadamente às 13h25min como marca o relógio.

Mesmo afirmando os muitos passeios feitos na cidade a partir da construção desses espaços, comenta a senhora Célia de Medeiros Hugulino, que ambas as praças não eram freqüentadas de igual modo. Mesmo se tratando de uma construção moderna, a praça Rio Branco, mesmo possuindo um trabalho de jardinagem muito belo, não possuía calçada de passeio, tornando-se imprópria para circulação.



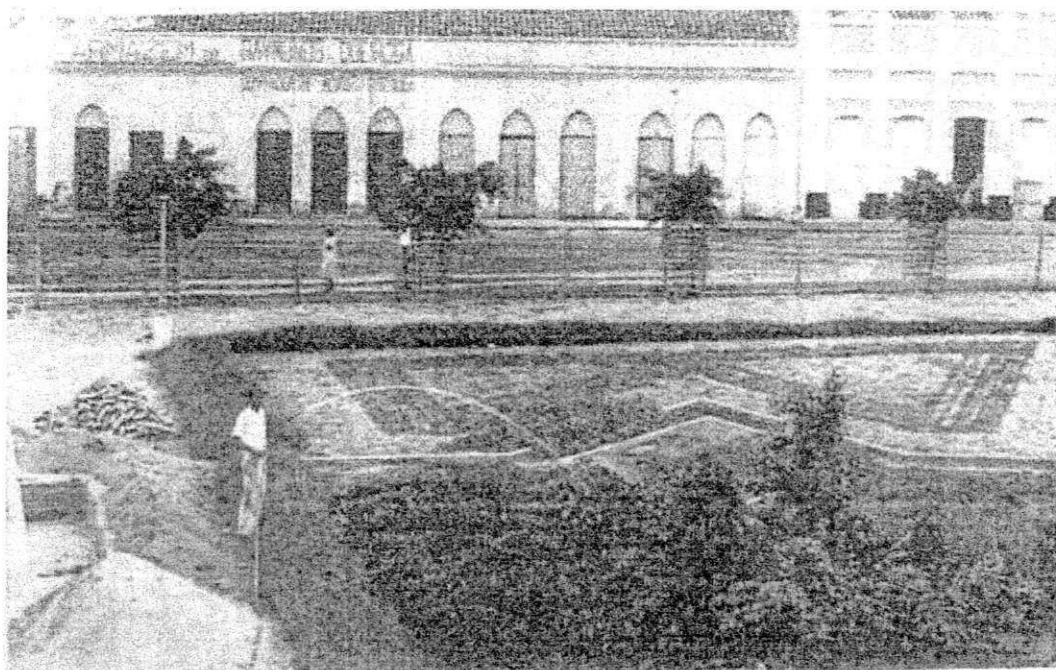


FOTO 10 e 11: Coreto e jardim da Praça Rio Branco, 1945.
Ver-se na imagem a falta de calçadas ao redor da praça e o serviço hidráulico de aguagem e jardinagem da praça.

Assim, comenta a narradora que apenas a praça Getúlio Vargas se tornava freqüentada pelos usuários locais:

Havia muitos passeios. Toda a noite. Nessa de cá [apontando para a antiga praça Rio Branco] não! Por que ela era toda de barro. Só tinha o Bar Centenário [coreto], mais o resto era tudo marcado assim, mais ou menos com umas pedras. Era [o passeio] só naquela outra praça, a Getúlio Vargas.⁵⁹

Mesmo construídas no mesmo período e representarem conquistas modernas para uma cidade, até então sem quaisquer outros espaços como aqueles, construídos especialmente para fins de lazer e embelezamento urbano, ainda havia certa preferência, para nossa narradora, na realização do passeio. A declaração também vem marcar uma observação muito importante: a freqüência e os (não) usos diferentes das praças centrais.

Se travado um diálogo entre nossos narradores, as opiniões seriam divergentes quanto à assiduidade das praças centrais pombalenses. Por exemplo, discordaria o senhor Francisco Lopes de Sousa da senhora Célia de Medeiros Ugulino, pela razão dos usos das referidas praças. Para ele a recordação que se tem é de que nenhuma delas eram muito freqüentadas na cidade, durante a década de 1940.

Ou mesmo a narradora Benta Carneiro que, mesmo celebrando a construção das praças como um dinamismo do prefeito Sá Cavalcanti, comenta que não era

⁵⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 12 de outubro de 2006.

freqüentadora das mesmas, pois seu pai não a deixava sair de casa. Mais uma vez é possível notar que as conquistas materiais, assim como a energia elétrica, por mais sedutoras que poderiam parecer, esbarram em antigos cuidados com a educação, especialmente das crianças e jovens pombalenses daqueles idos, tornando as praças para alguns, um lugar não praticado ou vivido.

Assim como a senhora Benta Carneiro, as práticas de passear, paquerar, namorar ou reunir os moradores locais, também se apresentaram com certa indiferença de outros narradores. É possível perceber que pelo menos metade dos entrevistados omitiram qualquer ponto de vista sobre as referidas praças, e que parece evocar à uma situação muito comum à temporalidade interrogada: a rígida educação pelos pais.

Como já lembrado pela senhora Maria Amélia, as praças, como qualquer outro ambiente público pombalense, eram espaços de respeito, numa delimitação muito clara do que era lícito e ilícito. Tais delimitações parecem mesmo ter partido de casa, pois a educação doméstica pareceu-nos pelas falas, ser bastante rígida.

A propósito comentou a senhora Bernardina Santana que seu pai não gostava que a mesmo saísse de casa, pois “*achava muito perigoso moça ta solta na rua... na praça mesmo eu ia escondida, depois de sair para a casa de uma amiga, botar a maquiagem pra dá a volta na praça... depois eu tirava tudinho, para ninguém saber (risos)*”.⁶⁰

É claro, nessa citação, que as novidades vividas pela cidade, como as praças e seus passeios, esbarravam também em velhos hábitos, como o controle paterno, sobretudo em se tratando das filhas. Podia se tratar as praças, não apenas espaços de lazer, mais possibilidades de burlas com intenções não aprovadas pelos pais, tais como flertar ou mesmo se “exibir” maquiada.

Não menos decantado como maravilha moderna, e espaço vigiado, a uma outra conquista material na cidade, o surgimento do cinema na cidade, o Cine Lux, no ano de 1953, foi evocado com muito entusiasmo por nossos narradores. Tal cinema passou a se constituir como principal atrativo de lazer na cidade para todos os moradores locais, sem diferença de classes, raças, sexo e idade.⁶¹

Como exemplo, temos na fala do senhor Arlindo Ugulino de que o cinema representou “*uma novidade*”, assim como as praças, trazendo para a cidade outras

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

⁶¹ Certificamos apenas que a senhora Benta Carneiro afirma nunca ter assistido a um filme no referido cinema, pois já estava casada, e por isso, seus compromissos e obrigações de mãe e esposa impediram tal freqüência naquele espaço.

possibilidades de diversão. Dizemos possibilidades de diversão, pois além da exibição do filme, no cinema ocorriam os populares “show de calouros”.

E foi explorando essas possibilidades de diversão trazidas pelo cinema que também pudemos conhecer alguns talentos locais, e que até então permaneciam no anonimato. Nos referimos aqui a senhora Maria Amélia de Sousa que se descobriu cantora naquele instante, como bem nos disse durante nossa entrevista:

Eu mesma fui [cantar] diversas vezes. E ganhei muito presente. Ganhei cantando Ângela Maria (risos). E eu imitava ela. Essa cantoria era no cinema. E era os calouros só no domingo. O povo ficava antigamente ali na rua do comércio debaixo de um pé de fixo (sic), repare só como era antigo. Eram umas plantas diferentes. E ficava pra ouvir a minha voz. E eu subia, por que não tinha cerimônia, e subia pra cantar lá em cima. Um mico eu pagava cantando para o povo (risos). Mas não era só pra mim não era pra muitos cantantes. Só pro povo da cidade. Durante a semana passava filme normal, mas no domingo de manhã era os calouros, umas nove horas. Era uma diversão ótima! Era uma das melhores diversões pra pobre.⁶²

Percebemos pela transcrição acima que além de descobrir suas habilidades enquanto interprete de uma cantora conhecida, a nossa narradora não esquece em afirmar e firmar o cinema enquanto espaço de todos, sem discriminações. Assim, o cinema personificaria suas lembranças de reconhecimento artístico e exibição pública, bem como espaço para uma das melhores diversões locais.

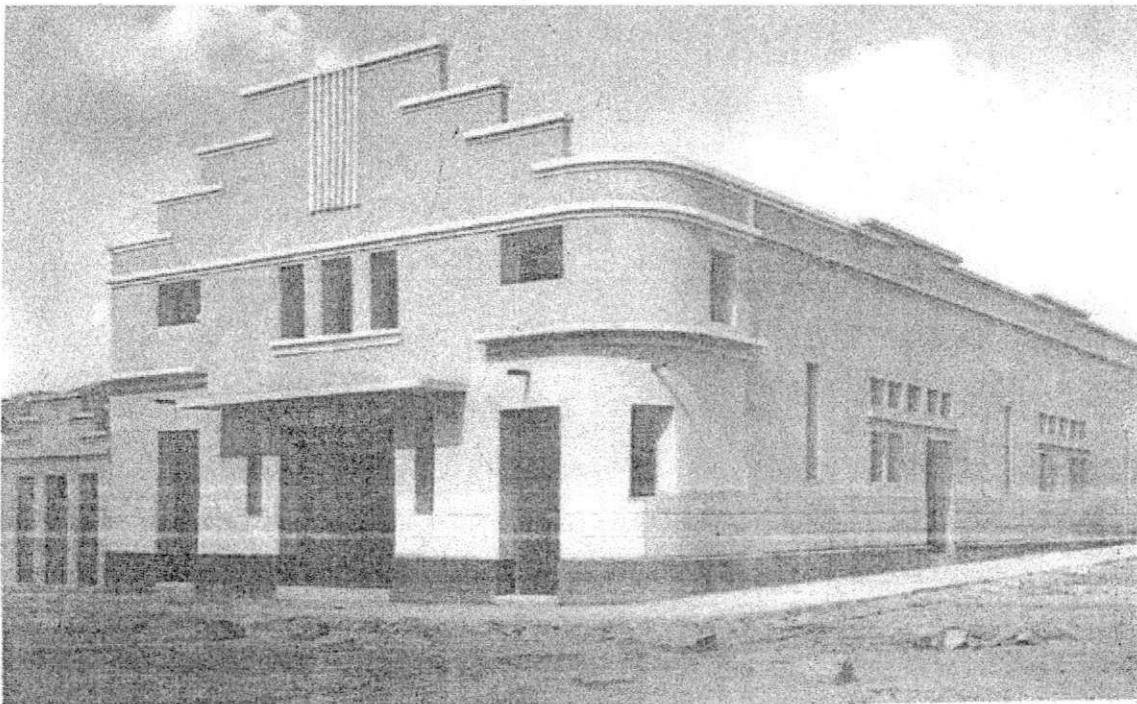


FOTO 12: Cine Lux, 1958. Imagem registrando a construção do cinema, prédio em moderno estilo art déco, mas cuja rua não possuía sequer calçamento como demonstrado nos detalhes acima.

⁶² Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

Igual uso artístico fez à senhora Célia de Medeiros Ugulino ao afirmar que, em ser aluna interna da escola “Arruda Câmara”, uma escola feminina administrada pela Diocese, correntemente o cinema era pedido pelas freiras para servir de espaço para apresentações. A mesma narradora havia encenado, juntamente com outras alunas, alguns “teatros” na condição de atriz, no palco do Cine Lux.

Para o senhor José Arruda dos Santos, o uso indiscriminado do cinema por pessoas e as diversas opções de entretenimento que ele oferecia, contava com uma rigorosa organização do seu proprietário, o senhor Afonso Mouta.⁶³ Tal organização constava de uma “*rigorosa vigilância e punição das pessoas mais enxeridas*”, e que não se comportavam conforme o exigido pelo proprietário.⁶⁴

Nada de abraços, beijos ou verbalizações acintosas, lembra a senhora Ana Pereira Damascena, endossando que o espaço do cinema era zelado com muito respeito dentro dos princípios da boa conduta, ou seja, lugar que pairava a moralização dos costumes.

Assim como o cinema, espaço por excelência moderno, outro empreendimento foi instalado pelo senhor Afonso Mouta em Pombal: a sorveteria Tabajara e também ela acabou por se constituir numa novidade da cidade, uma vez que também encabeçou o rol de pontos de diversão da cidade. Como bem lembra a senhora Maria de Lourdes, era comum que as pessoas fizessem passeios não apenas indo à sorveteria, mas também no seu entorno, dando voltas nele:

Era uma espécie de retreta o que a gente fazia... como era feito na praça, também a gente fazia lá na sorveteria, que era ali onde é o mercado público hoje. Ficavam os rapazes e as moças rodando, rodando, pra lá e pra cá, passeando e flertando, que é como se chamava paquera na época.⁶⁵

Embora um pouco mais afastado das praças, a novidade da sorveteria também foi incorporado às práticas de lazer dos pombalenses, ao menos os jovens, que viram na novidade mais uma saída para a diversão naquele pequeno espaço, pois como lembra o senhor José Arruda, “*a sorveteria era um novidade muito boa para os jovens, por que se tinha muita pouca coisa para fazer na cidade, né?*”⁶⁶

⁶³ Registramos que além de ser proprietário do único cinema de Pombal, Afonso Mouta também possuía uma sorveteria na cidade e que também passou a ser freqüentada por alguns moradores, pois além do sorvete oferecido, iguaria numa época em que geladeira era artigo de luxo, haviam os passeios em torno da difusora do estabelecimento.

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 08 de outubro de 2006.

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor no dia 08 de outubro de 2006. também lembrou esse narrador que, antes da Sorveteria Tabajara, a cidade só contava com as bebeduras de Otacílio, mais conhecido como “Otacílio

Mas nem todos bem entendiam ao certo aquele espaço e consumir tal novidade não era menos uma estranheza, pois como lembra o mesmo senhor José Arruda, até realizar a tarefa de degustar um sorvete, era uma um espanto, pois o mesmo não sabia como se fazia: “*ai eu ficava olhando o povo chupar sorvete, pra ver como é que fazia, né? Nunca tinha visto, e matuto que só, então reparei e vi como é que o povo chupava, só depois é que fui experimentar, pra o povo não magar, né? (risos)*”.

Além do espaço de consumo, o senhor Afonso Mouta também instalou nas mediações da sorveteria Tabajara uma difusora (ou amplificador, para alguns de nossos entrevistados) onde se selecionava e tocava músicas da época, consideradas modernas. Como lembra a senhora Maria Adélia Felinto, a qualidade e novidades das músicas se devia ao fato do dono do empreendimento ser “*muito atualizado*”, evocando para o proprietário ares de “*progressita empreendedor*”.⁶⁷

“*Nem sorvete e nem sorveteria, nada!*”, lembrou a senhora Benta Carneiro, a quem o pai proibia tais passeios naquele novo espaço, bem como em outros lugares públicos da cidade. Assim, não podemos generalizar que a novidade foi amplamente consumida por nossos narradores, muito embora o sentimento de desejo fosse evocado, seja pelo produto, seja pelo espaço de lazer: “*Ah, mais eu tinha vontade demais de provar aquilo! E de passear? Nem te digo! (risos)... mas papai não deixava, e eu era muito presa!*”.⁶⁸

Contudo, a conquista do trem, a construção das praças, o aparecimento do cinema e mesmo o espaço da sorveteria na cidade de Pombal apresentam muitas diferenças, cujas significações são variáveis quanto ao seu uso: espaços de trabalho, lugares praticados para fins lúdicos, ambiente de reconhecimento pessoal, promoção de liberdades cotidianas, possibilidades de novos consumos do espaço em transformação.

Lugares que foram vivenciados em situações ora comuns ora divergentes, marcadas pela forma diferente de habitar, consumir ou espacializar a cidade. Caminhadas possíveis dentro de certas liberdades limitadas, mas que também acabaram por se tornar em limitações libertárias, posto que foram rompidas, conquistadas, vividas. Trabalhar na Estação, tomando-o enquanto espaço de renda financeira, se produzir esteticamente para o passeio, circular nesses ambientes de praças e cinemas, saber se

da gelada”, por vender em potes de barro um suco de abacaxi, onde o proprietário mexia com o braço tal bebida.

⁶⁷ Alguns de nossos narradores também evocaram pela lembrança o fato de que, além de sorvetes, esse espaço também prestava o serviço de bar com realização de bingos nos fins de semana.

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

portar mediante esses novos lugares, eis algumas das transformações simbólicas agenciadas por nossos narradores.

Assim, pudemos perceber nestes lugares as suas muitas caminhadas, marcadas através das falas que espacializaram e significaram diferentemente cada conquista material pombalense. Caminhadas que acabaram compondo um trânsito que, partindo de experiências pessoais, composto de muitos passos e que acabaram criando diferentes entradas e saídas de sentidos para as mesmas transformações materiais.

2.4 “Meu pai não queria nem eu nessas ruas”.⁶⁹

As transformações urbanas ocorrida em Pombal, demonstrada através de suas conquistas materiais, acabou por implicar numa série de mudanças, seja em sua configuração espacial, seja na mudança de práticas cotidianas. Percebemos que esses novos espaços, a exemplo da Estação Ferroviária local ou mesmo na abertura de praças e cinema, implicou em outras formas de espacializar a cidade pelos seus habitantes.

Aos poucos, a partir dessas conquistas materiais e simbólicas, a cidade também vai se redesenhando. Antes, onde apenas havia a nascente “Rua dos Roques”, foi instalada a sede que abrigava a chegada e partida do trem, em terra antes coberta de mato, como bem lembrou a narradora Benta Carneiro, pois se tratava de uma propriedade que pertencia ao seu avô.

Como dito anteriormente, próxima ao lugar onde foi construída a Estação Ferroviária havia apenas o cemitério local. Após a passagem do trem por aquele trecho quase inabitado, os nossos relatos fazem ver um novo lugar de habitação, a partir da montagem de “casas” populares aos redores, fazendo surgir a “periferia pombalense”, ou seja, o conhecido bairro dos Pereiros.

O bairro dos Pereiros surge como um lugar de habitação provocado diretamente pelas conquistas materiais pombalenses. Além do trem, também são instaladas algumas fábricas e depósitos de gêneros agrícolas (como o algodão e a oiticica), cuja proximidade com a Estação favorecia uma melhor importação ou escoamento daqueles produtos.

Enquanto espaços de trabalho, também habitaram pessoas simples cuja labuta diária era realizada ali próxima as suas casas. Assim, o bairro dos Pereiros surge como

⁶⁹ Frase proferida pela senhora Bernardina Pereira do Nascimento, em entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

um espaço sem ordenamento ou qualquer planeamento urbanístico. Configurava-se antes como habitações de pessoas pobres, com casas humildes feitas de “taipa” e sem tijolos.

Lembra o senhor Raimundo Fernandes da Silva, antigo habitante do bairro dos Pereiros, que sua casa já na década de 1930 era de tijolo e telha, “*mas por que era eu que batia tijolo e telha e aos poucos fui construindo. Por que a maioria das casas eram de taipa mesmo. O povo aqui não tinha dinheiro pra construir casa boa não*”.⁷⁰

Distante do centro urbano foi à modernidade espacializando a pobreza em outros lugares da cidade, como no referido bairro. Outras falas também deixam perceber essa diferença estética urbana, a exemplo do senhor Manoel Virgulino Sucupira, que no ano de 1932 esteve trabalhando na montagem da linha férrea, “*cavando vala e botando trilho*”.⁷¹

O dono das mãos que trabalhavam até sangrar para sentar trilhos, arranchava-se próxima a Estação, cuja habitação “*era só de barracas, com folhas. Eram muitas casas assim, de taipa, chão batido. Era muita pobreza*” e que “*a cidade só era direitinha lá pra o centro, no comércio, por que por aqui [no bairro dos Pereiros] era só mato e gente pobre*”.

Informação que também corrobora a senhora Maria Amélia de Sousa, nascida e criada no local:

Nessa rua dos Roques que era só mato... Aqui era mata, que escondia terra fofa. Só tinha três casas: essa, a de Bentinha e outra lá pra baixo, que era a dos Roques. Ficou esse nome por que a primeira casa era a dele... Aqui na minha casa só tinha um banco. Agente era pobre e só tinha coisa de roça. Por que o meu pai não vendia a ninguém, era tudo pra gente. Aí aqui em casa era muito pobre: não tinha mesa, não tinha nada, só tinha banco, ali na terra sentava qualquer pessoa. Quando não tinha rede eu me deitava no banco. Mas aqui era mata, era mata mesmo. Trancada... Só depois da Estação foi que apareceu casa por aqui. Antes tinha a casa do Chefe da Estação e aos poucos foi aparecendo. Depois veio a Brasil Oiticica e a Sanbra.⁷²

Moradora daquele lugar desde sua infância, a nossa narradora marca a chegada do trem como divisor de água entre o que era aquele espaço antes e o que ele se tornou depois daquela conquista material. Porém, aquele moderno equipamento convivia lado a lado com a pobreza de sua casa e das práticas cotidianas “da roça”. Informações essas que parecem não diferir de outros relatos.

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 30 de janeiro de 2007.

⁷¹ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006.

⁷² Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

A senhora Benta Carneiro, por exemplo, comenta que antes do trem ao redor da sua casa não tinha muita casa na região, “*só tinha essa residência sozinha. Ai começaram a cortar os pés de juazeiro, a construir casa. Basta, pouco mais tava (sic) a cidade aí* [referindo-se ao bairro dos Pereiros]”. Endossando a desabitação daquele espaço antes da chegada do trem, comenta ainda essa narradora que antes na cidade “*só tinha o centro por ali. Aqui era tudo vazio. Eu ainda alcancei isso aqui tudo vazio de casa*”.⁷³

Revela a senhora Antônia Oliveira Fernandes que tamanha era a desabitação do lugar, que as casas eram construídas em meio aos pés de pereiros. Comenta ainda que por vezes essas árvores, que abundavam aquele lugar e que acabou servindo para o agraciamento do bairro, acabava servindo de morada: “*as pessoas até viviam debaixo dos pés de pereiro, tamanha era a pobreza do povo*”.⁷⁴



FOTO 13: Imagem registrada na segunda metade da década de 1940. A fotografia foi focada de cima da torre da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, mostrando a frente algumas casas da rua “Nova”. Ao fundo (em destaque na imagem de baixo) vemos o bairro dos Pereiros próximo a Estação Ferroviária (indicado pela seta) ainda como lugar sem muitas casas.

⁷³ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

⁷⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 30 de janeiro de 2007.

Espaço da pobreza, não demorou muito para que o bairro dos Pereiros, sem organização urbanística e habitado por pessoas simples, fosse estigmatizado vulgarmente enquanto lugar da marginalidade e espaço dos perigos que a cidade oferecia. Logo este bairro passava a contrastar com a organização e melhorias no centro urbano propostas pelo Poder Público municipal, encarnados em seus discursos como indícios da modernidade local, tais como vistos no início do capítulo.

Contraste percebido pelo senhor Francisco Lopes de Sousa quando nos confidenciou um episódio vivido por seu irmão, Odilon Lopes. Segundo nosso narrador, após ser acometido de uma doença misteriosa no intestino, cujo tratamento médico não diagnosticava do que sofria o senhor Odilon, este teria feito uma promessa a Nossa Senhora que, se fosse curado, passaria *“um ano tirando esmola para os pobre, duas vezes por semana e se comungaria todo o domingo, durante um ano”*.⁷⁵ Passados três dias após feita a promessa, um médico de Recife havia descoberto um remédio que trataria a sua doença.

Depois de cumprida sua promessa, da comunhão e de arrecadar esmolas para os pobres, haveria o senhor Odilon Lopes percebido a necessidade de se construir uma casa que abrigasse os pobres e inválidos da cidade. E foi com esse intuito que o mesmo teria feito *“uma vistoria no subúrbio pra ver como era a vida desse povo necessitado. E aí encontrou uma casinha no meio de umas oiticicas e aquilo tocou ele. Ele chegou e começou a pensar em fazer um abrigo”*.

Interrogado onde ficaria o referido subúrbio e as tais casinhas em meio às árvores, o senhor Francisco Lopes de Sousa revela: *“lá nos Pereiros”*, muito embora existisse outros pontos de pobreza na cidade, como a citada rua da Cruz, próxima a atual rua Domingo de Medeiros. Assim, teria surgido a Sociedade de Amparo aos Pobres e inválidos de Pombal (SAPI) no dia 22 de junho de 1952, contado com 800 associados, cujo principal propósito era o de *“amparar os pobres e inválidos de todo o município de Pombal, tendo em vista o ideal cristão de caridade e do amor ao próximo”*.⁷⁶

Por tal episódio narrado, podemos perceber que a pobreza grassava ao lado da modernização pombalense naqueles idos. Miséria lembrada pela senhora Bernardina Pereira Santana ao comentar que *“tinha mais pior (sic) do que hoje. Ave Maria a*

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 17 de janeiro de 2007.

⁷⁶ Estatuto da Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de Pombal (SAPI). Patos: Tipografia do Livro Nabuco, 1952.

pobreza era grande!".⁷⁷ Pobreza essa que também servia como sintoma de distinção social, apontada até mesmo pelos lugares em que se morava, se comportava e se vestia na cidade, como acrescentou essa narradora.

Outro bom exemplo da heterogeneidade social pombalense marcada entre ricos e pobres, pode ser demonstrado ao evocarmos o surgimento da indústria de óleos Brasil Oiticica S/A. Mesmo entendida pela maioria dos nossos narradores como uma das principais conquistas materiais, responsável pelo progresso econômico local⁷⁸, essa indústria não personificou apenas enquanto lugar do trabalho.

Além do trabalho, na sede da indústria também foram realizados bailes quando aberto um "*clube altamente privativo*" em fins da década de 1940, criado pelo senhor Edgar Moura, na condição de gerente da referida indústria. Naquele clube foram realizadas diversas festas em que participavam apenas a elite pombalense, como comenta a senhora Maria Adélia Felinto, freqüentadora assídua desses eventos sociais:

[*Para participar das festas realizadas pela Brasil Oiticica*] o camarada passava uma seleção rigorosíssima. Pra entrar, pra ir uma festa lá, tinha que entrar de cartão. Tudo era na base do convite, agora era um clube muito bom...O gerente da Brasil Oiticica, se houvesse uma festividade, ele já sabia a quem mandar o convite. Por que não era todo mundo que entrava. Eu assisti duas vezes ele botar pessoas pra fora... [*As pessoas convidados eram*] sempre de uma certa condição, que era convidado dele. Muitas pessoas que eram convidadas, chegavam lá, compravam mesa, e comprava bebida. Mas era um clube altamente privativo, que não tinha sociedade, por que era da Brasil Oiticica.⁷⁹

Assim, nem todas as pessoas eram bem recebidas naquele ambiente, especialmente freqüentado apenas por aquelas pessoas com certo poder aquisitivo. O clube da Brasil passaria a abrigar e selecionar alguns poucos, indicando quem passaria a compartilhar dos festejo. Sua seleção já indicava aqueles que seriam bem vindos naquele lugar.

Essa observação também pode ser comprovada pela fala da senhora Célia de Medeiros Ugulino. Nossa narradora se recorda dos bailes da Brasil Oiticica descrevendo que o mesmo "*era muito sofisticado e que só ia pra lá os convidados*", e ainda que fosse pago pelos convidados a sua entrada e consumo no bar, ele "*era elitizado*". E

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

⁷⁸ Essa afirmação pode ser constatada nas falas dos narradores Francisco Lopes de Sousa, José Arruda dos Santos, Benta Carneiro, Maria Amélia de Sousa, Célia de Medeiros Hugulino e Arlindo Hugulino.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 29 de janeiro de 2007.

confirma o principal requisito para fazer parte daquela seleção de convidados: “*ter uma aparência*” para estar ali.⁸⁰

Indicando tal requisito para participar dos bailes promovidos pela Brasil Oiticica, é claro que a maioria dos próprios trabalhadores dessa indústria não podiam participar dos festejos, pois eles “*não tinham condição de jeito nenhum*”, se recorda a senhora Célia Ugulino, endossando a observação da senhora Maria Adélia Felinto.

Aos operários cabia apenas a sua função de trabalhar na indústria, como pontuou o senhor Raimundo Fernandes da Silva, um dos trabalhadores mais antigos da citada indústria e também morador do bairro dos Pereiros, comentando que havia trabalhado na Brasil Oiticica “*desde do tempo do alicerce, por que fui eu que ajudei a sentar*”.⁸¹

A propósito dos bailes oferecidos por sua firma esse narrador recordou “*que pobre, mesmo que fosse trabalhador de lá não entrava nessas festas. Eu mesmo nunca fui uma festa na minha vida. Só trabalhava, num serviço que era muito penoso, que era muito sofrido pra nós trabalhador (sic)*”. Prossegue dizendo que “*apenas os funcionários maiores que ele podiam entrar na festa*”, observação feita também pela senhora Maria Adélia Felinto.

Contudo, o clube da Brasil Oiticica nos aparece como um lugar de distinção social, assim como também passou a ser a própria cidade e os seus lugares de habitação. Aos poucos, através das falas, vamos compreendendo a distinção social entre aqueles que moravam no/ou próximo ao centro comercial de Pombal, e aqueles que moravam distantes dali, na periferia.

Exemplo dessa distinção social a partir dos lugares da cidade pode ser tomado ao focarmos o nascente bairro dos Pereiros, envolto por algumas falas em preconceito por abrigar a pobreza da cidade, ou como se referiu a senhora Célia Medeiros Hugulino em tom de desconforto na entonação das palavras, por que “*quem morava lá era gentilha*”. A mesma narradora se recordou de um episódio que justificaria sua observação quando nos confiou que:

Uma ocasião agente foi numa mulherzinha que tinha ali, que não tinha nem boa conduta, mas ela ensinava flores e mãe botou Sedhit [irmã da colaboradora], que era mais velha para aprender flores, e ela vinha dar aula em casa. Quando foi numa últimas (sic) aulas, que Sedhit queria que ela fizesse uma flor pra botar num vestido, aí ela disse: “pois vá lá em casa que eu lhe ensino”. E agente foi. Que quando agente estava lá, começou um camarada passar de bicicleta na frente. Sedhit que já era mais ativa notou. Aí

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 12 de outubro de 2006.

⁸¹ Entrevista concedida ao autor no dia 30 de janeiro de 2007.

NEGOCIO

pessoas humildes e trabalhadores que habitavam o bairro dos Pereiros. Comprovando nossa observação, se recorda a senhora Benta Carneiro da “presença das quengas” nas mediações de sua casa:

Chamava a Rua do Rói. É aqui essa rua que sobe assim. Ali era o cabaré daqui. Já na rua do Açougue. Ai quando era de sexta pra sábado, ninguém dormia de noite com o baile das quengas [risos]. Por que era tocado aos montes. Daqui a gente ouvia tudinho. Tocando e o povo tudo dançando. Mas não havia Justiça naquele tempo. Ninguém ligava, por que a vida delas era aquela mesma.⁸⁷

Tal era a aproximação dos prostíbulos da cidade à sua residência, que a senhora Benta Carneiro pode se recordar dos momentos de festas realizados dentro daquelas casas de prostituição. Porém, indica que não havia interferência para com aquele modo de vida.

Recorda-se também a senhora Benta Carneiro que, embora morasse nas mediações onde estavam localizados os prostíbulos pombalenses, o seu pai a cerceava de circular próximo a tais “casas de recurso”. Contou-nos um caso onde sua irmã, moradora do mesmo lugar, em necessitando de companhia a noite para dormir, já que seu marido estava ausente, chamou-a para dormir em sua casa, porém *“papai não deixou, por que achava muito perigoso, um lugar má (sic) falado para uma moça solteira tá... agora você veja só a cabeça de papai: ela era filha dele e ele não confiava por causa do ambiente das quenga (sic) que era próximo”*.

Fato curioso, a zona de prostituição mesmo mantida “afastada” dos domicílios familiares, como rezava o Código de Postura Municipal, ficava localizada bem na entrada da cidade, por onde passava a antiga estrada de rodagem local. Essa para a senhora Ana Pereira Damascena como um *“cartão de visita da cidade”*, uma vez que quem chegasse à cidade se deparava logo com as casas de prostituição.

Essa não interferência naquele modo de vida das “quengas” também nos aparece como algo que faz parte da educação, principalmente feminina. Alguns relatos afirmam a educação dos pais para não circularem pelo bairro dos Pereiros, posto que nesse estava localizado a “zona” da cidade. Como lembrou a senhora Bernardina Pereira do Nascimento, além de perigoso aquele espaço da cidade *“tinha os ambiente (sic) que não era bom, né? e por que lá tinha a zona né? (risos). Só tinha lá na cidade. Por que em nenhum outro canto tinha na cidade”*.⁸⁸

⁸⁷ Entrevista concedida ao autor no dia 10 de outubro de 2006.

⁸⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 31 de janeiro de 2007.

A zona da prostituição também marcava o bairro dos Pereiros como uma zona proibida de circulação dentro da própria cidade. Mas não proibida para todos. Se recorda a senhora Ana Pereira Damascena que aquele lugar da cidade não aparentava ser tão desmoralizante assim, uma vez que certas pessoas importantes andavam por lá, nos prostíbulos:

Eu me lembro que a gente novinha ia lá pra casa das Fontes, e passava bem na frente dos Cabaré, e tinha tanto homem conhecido da gente. A gente saia cedo pra lá e passava na frente. Basta, chegou até um homem conhecido da minha mãe, e disse: “como é que você deixa suas filhas andar por ali? Elas me viram lá e vai falar pra minha esposa”. “Não se preocupe não que elas não são disso não”. “Por que você deve proibir elas de passar por lá”. Essa coisa de prostituição era muito abafado. Elas tinham mais respeito por agente do que esse povinho de hoje, por que pelo menos se elas faziam as coisas, eram lá! Elas não circulavam por aqui, e se circulassem era nos trinques. Só que agente já conhecia mais ou menos. Mas havia muito respeito da parte delas. Coisa que hoje você não encontra. E a zona da prostituição só era lá. E a gente só via por que o caminho era por lá, senão, ninguém via.⁸⁹

Assim, o segredo da proibição de circular naquele espaço parece ter sido em parte revelado. Não eram tanto as prostitutas nem sua zona de atuação que preocupavam algumas pessoas. Eram os praticantes que ali freqüentavam e o temor de que certas práticas não pudessem ser mantidas em segredo.

Enquanto moradora próxima da “zona”, comenta a narradora Maria Amélia algo curioso. Mesmo morando naquelas mediações próximas ao meretrício pombalense, ela não convivia com as prostitutas, pois as mesmas eram muito discretas e isoladas dos demais moradores daquela redondeza: “*Elas viviam separadas... Elas não andavam nem pra cá. Era muito difícil até elas irem fazer compra na rua, pois eram mulheres que tinham vergonha de ir pra cidade*”.⁹⁰

Contudo, por abrigar o meretrício local, e somado ao ambiente de pobreza dos seus moradores, o bairro dos Pereiros sofreu com estigma social criado para si de lugar perigoso e zona cuja “pessoas de bem” deveriam evitar a circulação naquelas espaços da cidade.

Estigma social que acompanhou os moradores pobres e o espaço de habitação humilde da cidade, bem no momento em que a cidade vivia suas transformações modernas. Melhorias materiais que definitivamente não fizeram parte da vida de todos os pombalenses, uma vez que a cidade estava diferenciada entre os que “podiam ter” e aqueles que apenas “queriam possuir” aquelas conquistas.

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

Assim, Pombal mantinha as conquistas materiais e simbólicas enquanto parte de sua modernização e que foi encarada por alguns narradores como realidade, mas também por outros apenas como desejo. Realidade, pois aos poucos a cidade vai se modificando espacial e simbolicamente, através de novas práticas de viver a/na cidade. Desejo, pois aquelas conquistas materiais acabam não se estendendo ao cotidiano de todos os seus moradores, excluídos daquelas melhorias apregoadas pelo sentido de progresso urbano. Uma multitude de combinações entre espaços e práticas antigas somadas naquele instante a outros modos de vida urbanos, inserida pela modernidade.

TERCEIRA PARAGEM

CAMINHOS E VEREDAS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE MODERNA – POMBAL INSCRITA

“O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre o nosso corpo, marca-o (com ferro em brasa) com o Nome e com a Lei, altera-o enfim com dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do Outro, um dito, um chamado, um nomeado”.

Michel de Certeau

Conduzidos à cidade de Pombal no propósito de conhecer suas transformações materiais e simbólicas, encontramos, pelo caminho de volta ao passado, alguns *guias* que nos informam sobre o acontecido, cujos registros se encontram em produções literárias. Não por mero acaso aconteceu esse encontro: antes de entender suas presenças como uma intromissão, esclarecemos que este encontro se deu por um convite, previamente planejado, em nosso embarque.

Assim, embarcam conosco nessa visita, na condição de “guias”, as narrativas de Wilson Seixas Nóbrega, Antônio José de Sousa, Verneck Abrantes e Edinaura Araújo. Todos são historiadores locais e emitiram algo, em produções escritas, sobre as transformações urbanas pombalenses das décadas de 1930 a 1950.

Nossos guias estão aqui na condição de observadores pombalenses, que debateram conosco pontos de vista discordantes entre si, dos quais buscávamos entender. Enunciaram falas diferentes, dando a conhecer espaços e personagens distintos, fundando também representações sobre as transformações urbanas em Pombal.

À medida que avançamos em direção a Pombal, e travado tal diálogo com nossos convidados, percebemos a multiplicação de compreensões sobre a cidade e suas transformações, emitidas por olhares e falas diferenciadas.

Embora alguns se aproximassem em sua argumentação sobre fatos específicos, não havia um consenso generalizado entre eles. E nem podíamos esperar tal intento, pois acabamos por compreender que são olhares lançados à Pombal por maneiras e

interesses diferenciados, sendo os espaços e as experiências da transformação urbana descritas de forma particular a cada um dos seus narradores.

Marcados por propósitos e lugares sociais diferenciados, adicionado ao fato de viverem uma temporalidade distinta em que cada um se encontrava durante a apreciação dos acontecimentos, nossos interlocutores locais acabaram por informar várias faces de uma mesma cidade.

Para tanto, nessa paragem nos motivamos a entender como esses historiadores locais representaram, a partir de seus lugares sociais¹, interesses e historicidade no ato de sua produção narrativa, as transformações materiais e simbólicas pombalenses. Nosso propósito acabou, durante o trabalho de análise de tais sentidos para o acontecimento, agenciando representações ou temáticas comuns às obras, e que pareciam significar as transformações urbanas de um mesmo modo ou a partir das mesmas interpretações.²

Dessa forma, foi possível perceber que alguns autores viveram as transformações urbanas e procuraram esclarecê-la enquanto experiências que também foram suas; outros apenas ouviram falar delas, mas, não menos empolgados, emitiram opinião a respeito. Enfim, todos demarcaram, por contratos narrativos e compilações de relatos, unindo fragmentos do passado com interesses no ato presente da inscrição, algumas representações para Pombal em suas transformações materiais e simbólicas.³

Identificar tais representações em seus escritos só foi possível graças ao interesse maior dessa incursão, que foi a de arrolar outras representações para entender as transformações materiais e simbólicas pombalenses a partir das diferentes vivências sociais na cidade, e que acabaram também por espacializar memórias sobre ela.

No ato da apresentação e análise das narrativas (orais e escritas) evidenciou-se a diferença de significados, dando sentidos para o entendimento de tais transformações

¹ Tomamos de empréstimo o entendimento de lugar social de Certeau, quando este nos explica que “*toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural*”, o que implica num “*meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias*”. O lugar social deixaria ver as submissões, imposições e interesses nos métodos e questões levantados pelo sujeito pesquisador. (CERTEAU, 2000, p.66-67)

² Embora em nossas análises estivéssemos buscando as semelhanças em torno das representações para as transformações urbanas a partir dos relatos daqueles historiadores locais, é importante frisar que também não desconsideramos suas diferenças de significação, uma vez que também compõe nossa escrita nessa paragem, o reconhecimento dos variados contextos e preocupações epistemológicas de cada autor em sua obra.

³ Para CERTEAU os relatos também demarcariam lugares, uma vez que autorizam, fundam e articulam significados para o espaço, numa operação sempre móvel e magistral (Idem, p.208-209).

urbanas. Assim, a experiência de cada interlocutor local pôs em evidência diferentes maneiras de contar a cidade e suas transformações.

Porém, tais representações, construídas a partir do entendimento e da vivência de cada um, para as transformações urbanas pombalenses, também apresentavam pontos comuns, quando comparadas às duas formas de narrativas (orais e escritas) e consideradas as suas diferenças de emissão.

Poderemos perceber que nossos guias (escritores) locais, intencionalmente ou não, acabaram por incentivar uma coletivização de certas “interpretações” para as transformações urbanas pombalenses, relegando ao esquecimento outras tantas. Porém, mediante a memória e oralidade dos antigos (reme)moradores, que viveram tais períodos de mudanças, tais escritos acabam por se tornar apenas mais um discurso, entre tantos outros, que ora se excluíam, ora se complementariam, em suas representações, bastando direcionar nossa atenção para tais falas sobre o acontecido.

Ponto comum entre nossos guias, Pombal nos foi mostrada como uma cidade moderna ou em vias de se modernizar. Porém, tal modernidade não seria encarada da mesma forma e nem assim poderia ser, pois como já foi dito, trata-se de escritos que informam diferentemente a cidade, e que se caracterizam pelas distintas temporalidades e propósitos.

Nossa incursão nesta paragem toma corpo a partir de um exercício de análise historiográfica, no sentido de compreender os inscritos sobre as transformações urbanas pombalenses. Tal exercício nos permite uma melhor compreensão sobre a história da produção dos mesmos, localizando temporalmente e espacialmente seus produtores, suas preocupações e possibilidades de interpretação para aquele acontecido.⁴

Só realizando tal exercício foi possível perceber uma primeira característica comum a todos eles: a condição de *intelectuais* que informam sobre a cidade. Tal condição é importante de ser frisada, pois nossos guias acabaram por se tornar, para

⁴ Registramos que esse exercício de leitura em torno dos nossos guias (historiadores locais) só foi possível por aquilo que PESAVENTO enunciou como “capital de historiador”: partindo de um universo conceitual e instrumental metodológico específico, e de conhecimento prévio sobre o urbano, tais produções locais foram revistas e somadas a outras referências, práticas e representações, dados objetivos e subjetivos, que nos fez ver o espaço urbano “mais além”, em suas múltiplas possibilidades (1995, p.16).

muitos narradores nessa incursão, os principais responsáveis pela história local, cujo regime de verdade é mais válido que qualquer outra fala sobre a cidade.⁵

Composições narrativas sobre o passado pombalense ancorada em parte pela crença de isenção de valores sobre o enunciado, tornando a neutralidade do sujeito na análise dos fatos, uma espécie de amuleto que conduz a verdade, frisada mesmo no sentido singular. Percebidos os lugares sociais que ocupam aqueles historiadores locais, percebemos que tais composições narrativas também transpiraram repetições, sem maiores acréscimos analíticos inovadores, sobre as transformações materiais e simbólicas pombalenses, incorrendo apenas no reconhecimento, e ratificação, do saber produzido e difundido pelos pares.

Tivemos com SEIXAS (1959-1962) nosso primeiro encontro nessa paragem, pois sua inscrição se impõem como a primeira narrativa sobre as transformações urbanas em Pombal, estando registrada naquela que é considerada a mais importante obra sobre a história local, "*O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*". Escrita em 1962, essa publicação marcou as comemorações dos cem anos da elevação de Pombal à condição de cidade.⁶

SEIXAS empreende grande esforço para compilar toda a sua história, tentando "levantar o passado de Pombal, da estaca zero de sua existência à **última hora de seu progresso**" (grifo nosso)⁷. Eis o ponto de partida e chegada da história proposta por esse autor, cujo propósito serviu de modelo para outros autores, fato demonstrado mais adiante.

Nossas considerações também se estenderam a uma outra publicação sua, *O municipalismo e seus problemas*, datada de 1959. Nessa obra, Pombal figura enquanto objeto empírico para uma discussão maior realizada pelo autor, em torno da prática de gestão municipalista, enquanto ação política autônoma.

Embora essa obra possa nos servir de indicativo das abordagens, propósitos e posicionamentos assumidos pelo autor em suas falas sobre as transformações urbanas da

⁵ Atestamos diversas situações durante nossa pesquisa que comprovam o reconhecimento desses historiadores locais enquanto melhores indicadores sobre o passado pombalense. Experiências que se estenderam desde o convite de alguns moradores locais para compor nosso quadro de narradores (recusado pela justificativa de que aqueles historiadores já teriam "disto tudo" sobre o passado da cidade) ou mesmo durante nossas entrevistas quando sempre nos eram sugeridos a leitura das obras que versavam sobre a história local.

⁶ Registre-se que no ano de 2004 foi lançada uma reedição da obra "*O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*", sendo revisada pelos pesquisadores Jerdivan Nóbrega e Verneck Abrantes. Portanto, por escolha metodológica, analisamos a publicação original, datada do ano de sua primeira publicação.

⁷ Ibid, p.06.

cidade, por questões metodológicas, optamos por trabalhar com mais afinco a escrita de *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*. Nossa escolha se fundamenta no fato de ser esta obra considerada por nós como de extrema importância para nossa problemática sobre a cidade de Pombal e suas transformações urbanas (materiais e simbólicas), pois a mesma é a primeira a registrá-las.

Leitura próxima a de SEIXAS teve SOUSA (1971) em *Grande Pombal: apanhados históricos, geográficos e genealógicos*, quando se refere às transformações urbanas na cidade. Contudo, sua narrativa do acontecimento se apóia menos num trabalho de pesquisa e comprovação, e mais na inscrição de um narrativa centrada em atributos valorativos a certos personagens/personalidades locais.

SOUSA se torna o primeiro e principal historiador a endossar as afirmações de SEIXAS, prestando-lhe admiração pelo esforço em conhecer a história de Pombal, tomando também como sua essa grande responsabilidade.

Assim, a cidade passou a ser mais uma vez representada através da credibilidade narrativa, agora assentada na sua experiência, e no ato de registrar esses fatos tomados “por amor à Verdade”, escrito pó ele com a inicial em maiúsculo, pois não se trataria de qualquer verdade. Acreditava SOUSA que, em sendo uma figura política e tendo vivenciado muitos fatos políticos locais, principalmente durante o recorte temporal desta pesquisa, a experiência lhe valeria como um grande atributo para se tornar o arauto de uma verdade especial:⁸

A partir de 1912, venho narrando fatos do meu conhecimento pessoal, como testemunha presencial. Porque, iniciando-me em política naquela época e passando a ser político militante, modesto, embora até a presente data tenha tomado parte ativa no que de mais importante, no setor político-administrativo do nosso município, se tem registrado, desprezando, todavia, detalhes e minúcias que muito nos interessariam em particular.⁹

Contudo, conferindo seguridade a sua narrativa apoiada em uma possível proximidade dos fatos e dos homens de poder, sua leitura sobre as transformações urbanas em Pombal é aquela que mais se verifica um indisfarçado interesse e pretensão dentre os autores convidados como guias nessa pesquisa.

Pelo contrário, trata-se de uma narrativa cujo objetivo seria “registrar alguns fatos, fazendo apanhados de ocorrências reais, que pudessem servir aos futuros

⁸ Ibid, p.14.

⁹ SOUSA, 1971, p.13

historiadores”¹⁰, representando a cidade enquanto espaço marcado pelo reconhecimento dos seus partidários e pelo desabafo das intrigas políticas.

Outro guia convidado e que nos informa sobre as transformações urbanas pombalenses, ABRANTES (1999; 2002) também propõe suas interpretações, porém com alguns olhares diferenciados e com algumas outras preocupações sobre o passado do lugar.

Aqui, nossas observações têm como base duas de suas publicações: *A Trajetória Política de Pombal* (1999) e *Um olhar sobre Pombal antiga (1906-1970)*, obras de grande conhecimento dos pombalenses, pertinente para essa visita, pelas discussões que aquele autor se propõe a fazer¹¹ sobre as transformações urbanas pombalenses.

Em ABRANTES encontramos grande ponderação do autor para com os outros historiadores anteriormente citados, o que também não o encerra numa “repetição do já dito”. Ao contrário, este autor promoveu algumas inovações no conhecimento sobre o tema, ao estudar e revisitar as clássicas narrativas sobre a história de Pombal, lançando interrogações e propondo outras interpretações à história já enunciada, bem como ao indicar o reconhecimento de fatos novos pelo alargamento da concepção de fontes históricas.

Soma-se àqueles guias a presença da historiadora ARAÚJO (1998) e sua obra *Brasil Oiticica em Pombal: um palácio de poder, vigilância e disciplina*, que também construiu representações sobre as transformações urbanas daquela localidade, porém, com um grau de distinção maior do que as outras análises.

Tal distinção se deve ao fato desse trabalho ter como cerne uma análise cujas preocupações e critérios foram gestados cientificamente. Essa produção trouxe em seu bojo a consciência dos limites e possibilidades da pesquisa no campo da história, e consequentemente, da sua parcialidade marcada por diversas delimitações (sejam elas de caráter epistemológico, metodológico e mesmo ideológico), enredados pelo lugar social da sua autora no ato da escrita.¹²

Nosso convite à autora pareceu-nos pertinente, pois em seu trabalho ARAÚJO se propôs a historicizar a criação da usina de beneficiamento da fruta de oiticica na

¹⁰ Ibid, p.13.

¹¹ Meu propósito consiste em analisar as duas publicações impressas, muito embora exista disponível um bom acervo de textos do autor, publicado em outros livros que contribuiu com organização, tais como a reedição do livro *O velho Arraial de Piranhas (Pombal)* e *A Cadeia Velha de Pombal*, prefácio de livros e artigos em sites específicos à história da cidade.

¹² JENKINS, 2005, p.47.

cidade enquanto parte de uma estrutura maior de interesses econômicos¹³, sendo também essa criação causadora de várias mudanças urbanas ocorridas no cotidiano dos trabalhadores desta fábrica e/ou moradores do local.

Para tanto, a maior preocupação da autora não se voltou para a discussão do impacto causado pela chegada da Brasil Oiticica na cidade ou em que contexto ela estava inserida no conjunto mais abrangente de transformações vividas localmente. ARAÚJO se ateve a perceber o cotidiano da indústria através das novas práticas de disciplinamento impostas aos seus trabalhadores, bem como pretendeu entender como a presença daquela empresa extrapolou seus muros e envolveu o cotidiano da cidade e de seus habitantes, modificando-os.

Desta forma, a cidade e suas transformações não aparecem como centro da discussão levantada pela autora, salvo os momentos em que a história urbana se cruza com a da Brasil Oiticica, possibilitando outras práticas para os moradores da cidade.

Assim, uma vez apresentados nossos informantes sobre a história local, e detendo-nos especificamente sobre suas narrativas sobre a cidade e suas transformações materiais e simbólicas entre 1930 à década de 1950, passaremos a entender como algumas temáticas se tornaram correntes (ou não) em suas narrativas.

As temáticas mais freqüentes de observação possibilitado pelos relatos dos nossos guias, e que se propõem a representar as transformações urbanas ocorridas em Pombal, foram enunciadas principalmente em três significados comuns: crença no ideal de progresso e civilização, ideal marcado pelo apego à noção de modernidade; pela descrição de obras materiais com forte conotação personalista e/ou política; ausência de análises sobre a vivência no espaço urbano que demonstrasse as experiências de vida (individualmente ou na coletividade), possibilitadas por essas transformações materiais e simbólicas pombalenses.

No entanto, tais temáticas não foram enunciadas por si mesmas. Elas foram aqui constituídas pelo ato da pesquisa, na observação criteriosa dos discursos presentes nas

¹³ Como nos explica a autora, o grupo Brasil Oiticica foi fundado no Ceará durante o ano de 1932, embora as pesquisas em torno do óleo da oiticica, empregado como combustível para iluminação e trabalho de motores/máquinas, como também para fins medicinais, já estivessem ocorrendo antes mesmo da década de 1930. Tais pesquisas foram realizados diversos estudos por empresas alemãs e norte-americanas para conhecimento do beneficiamento daquele óleo, estabelecendo, assim, uma parceria entre empresas e a busca por outras zonas de produção da fruta que servissem aos interesses do novo empreendimento, ou seja, para o beneficiamento industrial deste óleo vegetal. (ARAÚJO, 1998, p.18).

referidas obras, e que inscreveram Pombal e suas transformações materiais e simbólicas no quadro da historiografia local.

Pontuadas tais temáticas, vamos sendo conduzidos a conhecer várias representações inscritas por nossos guias para uma mesma cidade. Apreciações narrativas particularizadas, cujos argumentos dão visibilidade a representações que, em maior ou menor intensidade, também acabaram por se coletivizar ou ratificar a memória coletiva pombalense.

Porém, também não pensemos que a memória coletiva sempre valide como verdadeira essas representações arroladas por nossos historiadores locais. Em grande parte, desconsidera-as como importantes ou mesmo desconhece tais características correntes nas mesmas, ao passo que também ignoram a existência ou leitura de suas obras, como é o caso do trabalho realizado por ARAÚJO.

Em se tratando de um trabalho monográfico, e não estando publicadas as suas anotações, ARAÚJO figura ainda, para a maior parte da população pombalense, como uma história local que se mantém no ostracismo, sem qualquer visibilidade social, pois por não ser publicamente conhecida, não alcançou a necessária validação social.

Porém, mesmo sem tal conhecimento e validação social do saber sobre a história pombalense, o que nos interessa nessa paragem são todas as representações inscritas sobre a cidade e suas transformações materiais e simbólicas, representações essas pelas quais ARAÚJO demarcou o seu espaço nessa escrita sobre o local.

Assim, mesmo levados por guias nesse itinerário, não esperamos deles uma interpretação finalista do passado, como se nada mais pudesse ser dito sobre ele. As enunciações compõem, antes, mais um relato a somar-se a outras possibilidades de demarcação narrativa de uma cidade e suas transformações materiais e simbólicas.

3.1. Representação e historicidade: a cidade pombalense como espaço inscrito por alguns

A escolha de guias numa incursão, antes de qualquer coisa, significa delegar confiança a alguém que sabe, e sabe muito bem, sobre o que está falando. São pessoas que por dedicação se tornam profissionais por seu saber, sendo, portanto, autorizadas socialmente a falar sobre algo.

A escolha dos já citados historiadores pombalenses nessa incursão aparentemente tem igual preocupação narrativa e/ou explicativa, mas elas não se encerram aí. Acreditamos que ao apontar informações sobre as transformações urbanas em Pombal, nossos guias também incorreram em escolhas, selecionando o que era importante falar sobre o acontecido em detrimento de outras visões possíveis.

Na condição de fundador das representações sobre as transformações urbanas pombalenses, e que ainda é socialmente considerado o seu melhor guia, SEIXAS exerce(u) grande influência na compreensão da história local, considerado o mais destacado historiador deste lugar.

Nosso primeiro guia, posto que foi o primeiro a publicar uma análise, assentou sua compreensão sobre as transformações urbanas pombalenses focando as transformações materiais ocorridas na cidade desde a década de 1910 e 1920 como descrições da organização espacial da cidade, suas estradas carroçáveis, número de habitantes, produção e economia etc., antevendo algumas modificações ocorridas a partir da década de 1930.

Sua escrita sobre a cidade é evolucionista e as transformações urbanas ocorridas ali parecem comprovar o grau de maturidade nessa cadência, ou seja, através do seu progresso material, Pombal se modernizava, tornando-se mais civilizada.

Essa representação da cidade em progresso, pronta a atingir os píncaros da civilização e sua valorização à modernidade (ao menos material) não parece se encerrar apenas nos escritos de SEIXAS, acabando por influenciar em maior medida as considerações de SOUSA, e de forma mais modesta na fala de ABRANTES. Vícios que não se estenderam tanto ao trabalho de ARAÚJO, como veremos mais adiante.

Contudo, o desejo de progresso pensado por estes historiadores, encontra-se indissociável de um outro ponto de análise também lançada por SEIXAS em sua narrativa: a visibilidade que este autor dá a alguns personagens ou protagonistas, sendo eles os administradores e políticos do momento.

As transformações urbanas citadas por ele, tais como a construção da escola João da Mata, a construção do prédio destinado aos Correios e Telégrafos, a construção de duas praças, a pavimentação de ruas, a instalação de energia elétrica, entre outros, passam a ser um feito das administrações municipais, dependendo das constantes alianças e/ou rupturas com o quadro da política estadual.

SEIXAS se refere a alguns políticos e suas ações enquanto “inovadores” nas realizações de obras; políticos marcados pelo espírito “dinâmico” e “honesto”, quando se percebem os “melhoramentos” urbanos, sempre relacionando a política local à estadual.¹⁴

A cidade, na narrativa de SEIXAS, passa a ser representada como sendo obra de alguns políticos. Não de homens e mulheres comuns, pessoas ordinárias, mas um palco de encenação para as questões político-partidárias e as transformações urbanas ali ocorridas seriam benefícios desses “homens de decisão”.

Se algumas administrações municipais foram ruins, sua parcialidade não deixou por explicitar na narrativa. O que se percebe são adjetivações positivas a uns (aqueles que realizaram os “melhoramentos urbanos”), e não tanto a outros. Exemplificando a afirmação anterior, comenta o autor sobre o início da pavimentação urbana na cidade:

No dia 17 de novembro de 1953 foram iniciados aqui os serviços de calçamento de nossa cidade, **velha aspiração do saudoso** Dr. José Ferreira de Queiroga, no que foi seguido pelo seu substituto, Francisco Pereira.¹⁵
(Grifo nosso)

Neste trecho, a aspiração da pavimentação urbana não é da população, dimensionada enquanto um benefício para a comunidade. É só o desejo de um prefeito (político), cujo valor se confunde com a saudade de um homem (podendo ser um saudoso amigo).

Assim, a cidade é esvaziada de dinâmica social, se tornando espaço dos desejos de um homem só, que, mesmo assumindo um cargo público e cujas ações poderiam se voltar ao anseio da população, foi registrado pelo autor como aspiração de um sujeito em especial, o “doutor”.

Da mesma forma, referindo-se às eleições de 1959, período próximo à escritura da obra aqui referenciada, quando foi eleito o senhor Azulil Arruda de Assis na condição de prefeito, SEIXAS reforça a sua conotação personalista de simpatizante, ao tratar do acontecimento e sua preocupação com o futuro da cidade, informando que:

Em 1959, realizaram-se aqui as eleições para prefeito, saindo vitorioso o Dr. Azulil Arruda de Assis.

¹⁴ A propósito ver essas expressões em SEIXAS (1962) nas páginas 175, 180 e 186, ao referir-se, respectivamente, aos prefeitos Janduhy Carneiro (1930-1936) e Sá Cavalcanti (1936-1940).

¹⁵ Ibid, p.186. O senhor José Ferreira de Queiroga encabeçava em Pombal um dos principais chefes político de seu partido (antiga Aliança Liberal a partir de 1930), fazendo parte do cenário político pombalense desde a chamada República Velha, quando eleito deputado no ano de 1916.

É de se notar que Pombal, no momento, passa por grande surto de progresso e desenvolvimento, estando a exigir dos seus ilustres filhos a solução de alguns problemas... Governar hoje em dia é uma função que reclama formação intelectual e visão panorâmica, qualidades que ornaram a personalidade do atual prefeito de Pombal, o Dr. Azuil Arruda de Assis, em cujo coração aninham os melhores propósitos para trabalhar pela terra que lhe serve de berço natal¹⁶.

Assim, o ideal de progresso e desenvolvimento pensado por SEIXAS enquanto necessário para a cidade, está ornado de personalismo ao afirmar que este ideal exige a participação de seus filhos ilustres, não de todos os habitantes. A cidade passa a ser representada enquanto espaço que depende das decisões de alguns homens, políticos em especial, dotados de capacidades específicas e personalidade.

A cidade como espaço de alguns homens de decisão, e a exclusão da população e de seus anseios e necessidades, pode também ser observada mais explicitamente em *O municipalismo e seus problemas*. Como já havia dito, refletindo sobre a municipalidade enquanto prática política de gestão responsável e autônoma, SEIXAS se voltou para contemplar Pombal enquanto espaço de suas observações.¹⁷

Dentre outras informações emitidas pelo autor, podemos perceber notas sobre o urbanismo, pavimentação, eletrificação, abastecimento de água, instrução escolar, saúde¹⁸, enfim, um rol de problemas vividos pela cidade e que receberam atenção do autor, este na condição de “homem de saber”, consciente dos problemas locais.

Para SEIXAS, Pombal enfrentava problemas de ordem orçamentária e climática, estando desprovida de políticas e incentivos para o seu desenvolvimento. Sua população, predominantemente rural, completava o quadro de entraves que limitava o progresso local, muito embora esse progresso estivesse em vias de se tornar realidade, pois, também como todo o sertão paraibano, Pombal estava no caminho certo para alcançar tal ideal.

É que o sertão está despertando de sua letargia, que durante muito tempo impediu o seu progresso, mas graças a fatores de ordem econômica e social, impelido por um sopro de **renovação**, vem, agora, **marchando** com o resto do mundo pelos grandes caminhos da civilização e da cultura. Pombal, com sua **fisionomia de cidade moderna** com vários trechos de ruas já calçadas, com um hospital-maternidade, uma das grandes maravilhas da terra sertaneja, novos e belíssimos edifícios da Escola Normal “Arruda Câmara”, Grupo Escolar “João da Mata”, Posto de Higiene, Posto de Puericultura, Associação Rural, Abrigo de Amparo aos Pobres, Sociedade Operária Beneficente,

¹⁶ Ibid, p.188.

¹⁷ Cabe lembrar a importância das observações de Seixas nessa obra, pois elas não são informações de cunho histórico, sobre um passado, mas sim declarações contemporâneas do autor sobre a cidade, datadas de 1959.

¹⁸ Idem, p.43.

Edifício Maringá, Edifício Piancó, Agência dos Correios e Telégrafos, Mercado Público, Prefeitura Municipal, Estação Ferroviária, uma farmácia, três drogarias, três cartórios e Igrejas, formando um conjunto arquitetônico moderno e da maior importância no terreno da educação e assistência social, é uma **afirmação positiva e real dessa nova fase** da vida sertaneja.¹⁹ (Grifos meus)

O “progresso” tão desejado pelo autor, a nosso ver, se concretiza, num primeiro momento, com as transformações materiais e simbólicas por ele destacadas. Essa “renovação”, esse indício de despertar para o progresso, entendido enquanto possibilidade, ao invés de ser mediado por transformações nas condições econômicas e sociais do lugar, é entendida por ele como fruto da civilização e da cultura mundiais. O progresso é entendido por aquele autor como algo dado, um desdobramento dos acontecimentos mundiais, e não como condição a ser perseguida e criada.

A cidade para SEIXAS está impressa como por uma positividade que marca o espaço moderno, de boa aparência, gozando de serviços imprescindíveis à “civildade”. Estava Pombal, graças às ações de alguns homens “de visão”, contemplada com muitas maravilhas oferecidas pela modernidade.

Certamente que a cidade descrita por SEIXAS seria apenas parte de uma realidade multifacetada e poliforme: perceberemos adiante que as benesses materiais descritas pelo autor não se estendem a toda cidade, estando delimitada apenas ao seu espaço central, ficando os crescentes bairros populares fora do conjunto urbano provido dessas “maravilhas e belezas modernas”.

Porém, falar de “marcha” para o progresso e civilização ainda não seria afirmar sua efetiva conquista, mantendo-a na condição de uma esperança, promessa e meta a se alcançar, a se realizar, muito embora entendesse ser Pombal possuidora de todos os atributos para tal conquista:

O Município de Pombal, além de possuir tão grande variedade de riquezas, fertilidade de solo, densidade de população, região servida por todos os lados, de rodovias centrais e estradas de ferro, ligando o Município aos principais centros produtores do Nordeste, tem aqui, atualmente, energia elétrica excelente e em abundância proveniente das turbinas de Coremas, oferecendo a possibilidade já agora auspiciosa para quem desejar fazer investimentos de capitais em pequenas indústrias, com a isenção de tributos concedida a indústrias novas e sem similar, pelo Município.²⁰

Desejoso de progresso e esperançoso pela sua efetiva conquista, SEIXAS afirmou o potencial que a cidade de Pombal dispunha para se tornar um grande centro

¹⁹ Ibid, p.53-54.

²⁰ Ibid, p.56.

urbano, visto que reunia muitos fatores que promoveriam segurança de investimentos comerciais futuros, posto a “realidade” das inúmeras condições existentes, dinamizadoras do progresso.

Contudo, SEIXAS falava de uma cidade pelo prisma daquilo que ele ansiava para a mesma: progresso e civilidade, enquanto marcas da modernidade. Pensava ele o espaço urbano enquanto palco de decisões políticas e suas transformações, enquanto ações subordinadas ao trabalho de gestão de alguns homens.²¹

Os políticos, enquanto homens de decisão, em nome do progresso do município, seriam os principais atores e responsáveis pela cidade, entendida enquanto espaço de gestões públicas, cujas ações o dinamizavam.

Essa observação da indissociabilidade entre as transformações urbanas materiais que preconizam o progresso pombalense, e as figuras políticas responsáveis pela ação da conquista, também pode ser percebida na escrita de SOUSA, porém com muito mais força que em SEIXAS, uma vez que aquele autor superestima o personalismo.

A escrita das transformações urbanas pombalenses aparecem em SOUSA de forma mais personalista e explícita do que se encontra em SEIXAS, cuja tônica parece ter sido a de que cada administrador ou político contribuiu para o progresso pombalense, procurando se manter em posição neutra ou indiferente ao quadro partidário local.

Na obra de SOUSA o envolvimento político foi tratado diferentemente. Estando à frente da prefeitura, ocupando um cargo administrativo e na condição de militante do Partido Progressista, suas palavras ressoam com um tom de enaltecimento aos seus pares, ao passo que transborda ácida crítica aos opositores, sendo o livro uma espécie de prestação de contas de um secretário-historiador.

Os políticos não deixam de ser os responsáveis pelas transformações urbanas pombalenses, nas quais SOUSA considerou ser incontestado o mérito de alguns, mas não de todos eles. Dá-se visibilidade àqueles companheiros de seu partido, lançando crítica

²¹ Em certo trecho fala Seixas que “Pombal é um dos Municípios do sertão paraibano, visto sob os vários aspectos que estruturam a vida econômica e social das unidades administrativas estaduais, que poderia está sendo bafejado por mais avantajado surto de progresso, desde que sempre contássemos, à frente de sua administração pública municipal, com uma equipe de homens aptos que soubessem reconhecer as imprescindíveis condições para esse progresso” (Ibid, p.62).

às gestões opositoras: assim, a cidade é novamente visualizada apenas como espaço onde se desdobra a ação política e as decisões tomadas pelos políticos locais.²²

As marcas da rivalidade ficaram impressas em seu texto. Como exemplo, e diferente de SEIXAS, SOUSA faz a seguinte apreciação se referindo à gestão de Janduhy Carneiro, prefeito entre 1930-1936, e seu opositor político na época:

Não primou o Dr. Janduhy Carneiro, no período de 4 anos e meses de administração, por uma política de paz e grandes iniciativas administrativas. Houve pressão contra os adversários.²³

Tal informação contradiz SEIXAS e a memória oral, tornando-se insustentável quando percebidas as transformações materiais da cidade durante aquela gestão, e principalmente os relatos de seus antigos (reme)moradores. Exemplo disso temos ao desvendar que em 1932 chegou a Pombal o primeiro trem, em estrada de ferro recém-inaugurada, sendo no mesmo ano construído um moderno prédio, em estilo *art déco*, para abrigar o primeiro grupo escolar, denominado “João da Mata”.

Colocando ainda mais em xeque a afirmação de SOUSA, asseguramos que no mesmo ano foi instalada na cidade uma indústria para extração e beneficiamento da fruta de oiticica, a Brasil Oiticica S/A, sendo as instalações concluídas no ano de 1934, quando então chegaram às máquinas para iniciar a produção.

Assim, SOUSA registra de forma depreciativa todas as ações dos seus oponentes políticos. Como mais um exemplo da prática social desse autor, se ateuve o mesmo a registrar a chegada do trem como um “fracasso” em seus festejos de inauguração²⁴ e não como uma realização política ou econômica que encantou a população, marcando o surgimento de uma importante transformação urbana para a cidade, vista toda a significação de vida moderna e/ou civilizada representada por esta conquista material.

Essa postura crítica só veio a ser balizada (contraditoriamente) ao tratar da administração do seu colega de partido, o Prefeito Francisco de Sá Cavalcanti, ou “Seu Sá”, como era mais conhecido. Estando este prefeito à frente do governo municipal

²² O próprio autor reconhece a influência da obra de Wilson Seixas. O velho Arraial de Piranhas (Pombal), enquanto leitura e parâmetro para a sua narrativa, muito embora afirme ser sua intenção de escrever a história do município muito mais antiga do que a daquele autor, sendo sua escrita também original, pois revela fatos inéditos da história pombalense, notadamente políticos.

²³ Ibid, p.82. Marcas da rivalidade política e do distanciamento de Seixas, pode ser notada a partir da figura do senhor Janduhy Carneiro, amigo de Seixas, sendo calorosamente bajulado pelos seus atos políticos na sua obra *O municipalismo e seus problemas*, na qual a dedica ao referido deputado, na páginas 62.

²⁴ Ibid., p.85.

durante os anos de 1936-1940, e sendo SOUSA o seu secretário²⁵, este se refere a Sá Cavalcanti como o homem que manteve “o mesmo dinamismo da gestão anterior”, marcado por ações que beneficiaram a cidade com progresso, conforme percebemos no trecho seguinte:

Terminara [o prefeito Sá Cavalcanti] a construção do Mercado Público, fazendo dele um estabelecimento a altura dos já existentes, quanto ao gênero, nos meios mais adiantados. Era também do seu programa construir na cidade um açougue moderno, com todas as exigências e requisitos da técnica arquitetural e da higiene, compatível com um meio civilizado (...).²⁶

A cidade e suas transformações, no olhar de SOUSA, representam o ideal de civilização: o “adiantamento” de Pombal em direção ao progresso era visível nas suas transformações materiais, dentro de um plano arquitetônico e higienista, enquanto exigências e escolhas para se tornar um centro urbano moderno.

O anseio por uma cidade civilizada é evidente nas palavras do autor. SOUSA decantou como égides da modernidade aquelas obras anteriormente citadas, enquanto necessidades urbanas, assim como acrescentou a construção de duas praças - a Getúlio Vargas e a Rio Branco -, em conjunto com um monumento - a Coluna da Hora - e um parque infantil, com peso de igual importância para os anseios da cidade. Também não perdeu a oportunidade de atacar as administrações posteriores, encabeçadas por políticos da oposição, destacando o descaso das mesmas em relação à conservação e manutenção das ditas obras²⁷, sem se preocupar com as razões do ocorrido.

É interessante ainda perceber na obra de SOUSA que, aliado à linguagem escrita, ele nos traz algumas iconografias da cidade, em suas conquistas materiais, e que parecem justificar o texto escrito através da ilustração, reforçando a idéia das transformações pelas quais passou a cidade nas gestões dos seus correligionários.

Três fotografias merecem nossa atenção. A primeira é do prefeito Sá Cavalcanti, “o maior prefeito de Pombal, de todos os tempos”²⁸, transformando-o no maior gestor urbano, responsável pelas maiores melhorias materiais da cidade. A segunda e terceiras

²⁵ Francisco de Sá Cavalcanti já havia sido prefeito da cidade no mandato de 1927-1928, quando então foi nomeado para o cargo, pelo presidente do Estado, como então era conhecida atual função de governador. Essa sua primeira gestão é sempre recordada pelo fato de ter ele instalado um motor a diesel para gerar energia, inaugurando a Estação da Luz no ano de 1927, sendo a primeira cidade do sertão paraibano com tal aquisição material.

²⁶ Ibid., p.91.

²⁷ Ibid., p.91.

²⁸ Ibid., 77.

fotografias se referem à praça Dr. José Ferreira Queiroga (Praça do Centenário) e a Avenida Getúlio Vargas, juntamente com sua praça e monumento, construções que ocupam o imaginário do autor como as maiores iniciativas pelo “adiantamento” de Pombal.

Assim, mesmo com toda emotividade presente no texto, SOUSA acrescenta maiores detalhes ao retratar as modificações da cidade, aspecto que difere do texto de SEIXAS, cujas informações e narrativa parecem de forma menos descritivas, marcas talvez da sua obstinada perseguição pela objetividade epistemológica.

Dessa forma, encontramos em SOUSA, possibilitado talvez por sua proximidade com as decisões e administrações municipais do período aqui estudado, descrições mais detalhadas sobre as transformações urbanas pombalenses, principalmente voltadas às ações realizadas pelos seus companheiros de partido.

Outros exemplos que justifiquem nossa observação ainda podem ser explorados. Descrevendo a cidade dos idos 1930-1950, observa SOUSA que a “cidade nova” obedeceu ao estilo arquitetural dos grandes centros, sendo Sá Cavalcanti o primeiro prefeito de Pombal, “e, quase o único, que se preocupou com as edificações urbanas, tendo se incumbido da organização de um Código de Posturas em 1936”.²⁹

SOUSA foi sagaz ao perceber que dois terços da cidade já obedeciam a um estilo arquitetural igual aquele encontrado nos grandes centros, embora contraditoriamente, suas ruas antigas não obedecessem a um plano urbanístico que as embelezasse, permanecendo com as mesmas feições irregulares: umas excessivamente largas e outras estreitas, quase todas sem obedecer a um alinhamento regular³⁰.

Não menos importante que o gestor municipal, o autor se preocupou em analisar a gestão (o trabalho realizado) dos prefeitos pombalenses. O indício escolhido para medir o maior ou menor grau de compromisso dos munícipes para com a cidade estaria nos parâmetros urbanísticos que estes homens adotavam ou não. Tais parâmetros, na compreensão de SOUSA, eram os responsáveis pelas melhorias urbanas, restritas às transformações materiais.

Assim, esses parâmetros urbanísticos indicariam os “adiantamentos” materiais da cidade, desde construções de praças, preocupação com o cenário urbano, com a

²⁹ Ibid, p. 162.

³⁰ Ibid, 162.

salubridade e até o fluxo de pessoas e transporte em ruas largas. Não se preocupou o autor com os impactos simbólicos causados por tais transformações urbanas. Assim como em SEIXAS, a cidade em SOUSA é também só materialidade.

Mesmo as citações daquele autor sobre a feitura do Código de Postura Municipal de 1936 restringiram-se às preocupações materiais do perímetro urbano. Entretanto, se tomarmos a proposta do Código de Postura em seus diferentes matizes, percebemos um documento muito mais abrangente, voltado ao uso e normatização da “cidade nova” em seus variados aspectos, notadamente referente à socialidade local.

Essas quebras de compreensão em torno das transformações urbanas pombalenses, encarando-as apenas como materialidade e efeito de obras políticas, será em parte realizada através da leitura do passado por ABRANTES e ARAÚJO.

Em ABRANTES esse exercício se reflete na obra *A trajetória política de Pombal*, onde o autor passa a demonstrar, como fizeram os autores anteriormente comentados, a história da cidade a partir da ação dos políticos locais e das conjunturas nacionais, como se esta fosse, por excelência, o palco de tramas e disputas políticas, mas sem esquecer outras informações de caráter social e cultural.

Focado nas preocupações políticas e no reflexo dessas ações, ABRANTES revelou cenas de uma cidade e dos seus habitantes, ao tratar o cotidiano urbano, os hábitos, os espaços construídos e as mudanças advindas com essas transformações materiais.

A escrita sobre a cidade feita por esse autor se revela interessante: ABRANTES acabou por desvendar que as transformações urbanas materiais e simbólicas pombalenses não foram meras ações promovidas por interesses políticos, pois encarou-as através do seu impacto social, constituindo em realizações próprias do espaço urbano numa dada temporalidade, como percebemos no trecho a seguir:

Em sua primeira administração, Sá Cavalcanti é lembrado por instalar, na cidade, o primeiro motor elétrico a óleo diesel. A inauguração foi um grande acontecimento e marcou época, com festas e desfiles da banda de música pelas ruas da cidade, especialmente porque antes da energia elétrica, toda a sociedade pombalense era nivelada por uma iluminação a bico de lamparinas, velas e lampiões. Inicialmente, as luzes foram instaladas apenas nas residências, depois, com horas marcadas para acender e apagar, nas vias públicas, em postes de madeira³¹.

³¹ SOUSA, 1999, p.61.

Em sua apreciação sobre a instalação da energia elétrica na cidade, ABRANTES acaba por perceber, para além da ação política, todo um envolvimento social em torno do espetáculo da iluminação, e de que forma ela atingia o cotidiano de seus moradores, com a mudança de hábitos e espaços, agora iluminados mesmo que de modo temporário.

Essa preocupação com a materialidade urbana e as mudanças topográficas daí decorrentes, podem ser compreendidas com a constante presença de informações referentes ao surgimento de obras urbanas. Abundam em seu texto notáveis descrições sobre Pombal e suas transformações, mesmo sem a preocupação de problematizar suas informações.

Percebemos pela fala de ABRANTES que a cada gestão política, mesmo que delas não dependessem seu surgimento, novos emblemas materiais foram inseridos no cotidiano da cidade, focados principalmente a partir do ano de 1928 com a instalação da luz elétrica, a partir da “eficiência e honestidade” das ações do prefeito Francisco de Sá Cavalcanti.³²

Após a instalação da luz elétrica, vemos descritas outras transformações urbanas que se estendem desde a abertura e melhoria das estradas carroçáveis (1932), até a construção do Grupo Escolar “João da Mata” (obra realizada com recursos emergenciais do Governo Federal, mediada pelo interventor Antenor Navarro, em 1932), a instalação da linha férrea (1932) procedente do Estado do Ceará (como iniciativa do Governo de José Américo de Almeida, em 1932) e da instalação de uma grande indústria de óleos, a Brasil Oiticica (1932)³³.

Porém, essa última realização é apenas descrita como as demais, como se não houvesse particularidades que possibilitassem a sua criação. A instalação da Brasil Oiticica, definitivamente firmada em 1934 com a chegada do seu maquinário, não se tratou apenas de uma realização da política local, tal qual outras obras arroladas pelo autor. Para além disso, perceberemos na análise de ARAÚJO que a instalação daquela

³² A idealização referente ao prefeito Francisco de Sá Cavalcanti, como um empreendedor do progresso pombalense, também foi reiterada pelo autor, reafirmando antigas falas que tomam o conjunto e a relevância de suas obras, como comprovação para advogar-lhe o status de “melhor prefeito de Pombal”. (Ibid, p.72).

³³ Ibid, p.67.

companhia se deveu também a interesses particulares e a investimentos financeiros de uma companhia recém criada em Fortaleza.³⁴

Assim, também fica claro para ABRANTES que o ano de 1932 foi marcado por muitas realizações em termos das transformações materiais na cidade de Pombal. Tal apreciação, tomada pelo autor com base em análises de documentos da época, como um ofício telegrafado no dia 11 de novembro, ao Governo do Estado, cuja transcrição na íntegra revela as seguintes informações:

Sr. Dr. Secretário do Interior. João Pessoa – PB

Conforme solicitação feita telegraficamente a esta Prefeitura, pelo então Sr. Interventor Federal, relativamente à discriminação dos melhoramentos realizados neste Município, com a verba de emergência concedida pelo governo Federal, levo ao conhecimento de V. Sa. que são eles os seguintes:

1. Aumento da área do cemitério público desta cidade;
2. Construção da rodagem que liga o referido Cemitério à Igreja Matriz da cidade, sendo de notar que a mesma estrada tem três obras de arte, das quais uma, a maior, foi construída à custa da Prefeitura;
3. Cobertura de um dos pavilhões do Mercado Público da cidade, incluindo-se a madeira respectiva;
4. Estrada carroçável de Pombal ao povoado de Paulista, na extensão de trinta e seis quilômetros;
5. Estrada carroçável de Pombal ao povoado de Várzea Comprida, com trinta quilômetros de extensão;
6. Melhoramento da rodagem Pombal - Sousa, no trecho Pombal-Carnaúba; (...)
7. Desvio das águas de um riacho que atravessava o centro de um das ruas da cidade, danificando-a e aterro do leito do aludido riacho em seu curso dentro da rua (este serviço não foi concluído)³⁵.

Assim, através do ofício enviado ao governo do Estado, informando também sobre as dificuldades climáticas e econômicas que atingiam os moradores da cidade, aproveitou o emissor a ocasião para informar sobre algumas “melhorias” empreendidas na cidade com os recursos enviados.

Essas ações descritas no documento acabaram por definir uma outra configuração: a configuração urbana pombalense, principalmente se observarmos as melhorias quanto ao cemitério local e às estradas que ligavam Pombal a outras localidades, não esquecendo de especificar as três obras de arte construídas em uma das vias de ligação com a cidade.

³⁴ É interessante notar que tanto a Brasil Oitocica como a Estação Ferroviária da cidade serão construídas em área um pouco afastadas da zona urbana, onde havia apenas o cemitério local, que também no ano 1932, por iniciativa do poder municipal, foi ampliado.

³⁵ Ibid., p.65-66.

É interessante também perceber as melhorias empreendidas nas estradas carroçáveis entre Pombal e diversos distritos e outras cidades. Estas podem ser entendidas como um esforço de facilitar o tráfego de pedestres e/ou viajantes ao município, se considerarmos Pombal como um pólo comercial para os distritos e zona rural circunvizinhas.

Mas não é apenas no ano de 1932 que a cidade vive muitas transformações urbanas. Frisa ABRANTES que outras, e talvez com maior visibilidade, foram empreendidas, tais como a construção de duas praças centrais, a praça Getúlio Vargas e a praça Rio Branco, juntamente com o monumento conhecido por Coluna da Hora, todos concluídos em 1940, ao término da segunda gestão do prefeito Sá Cavalcanti (1936-1940).

Assim como SEIXAS e SOUSA, percebemos em ABRANTES toda uma preocupação em pontificar o gestor municipal, Sá Cavalcanti, como o arauto do progresso pombalense, tornando-o responsável único pelas principais conquistas materiais da cidade, mesmo não se encerrando nelas a sua importância.

Não é de se admirar que o prefeito Sá Cavalcanti seja retratado pelo autor como um ícone da modernização pombalense: sua preocupação vai para além de tornar a cidade bela aos conceitos do urbanismo moderno³⁶, sendo também transposta para além da materialidade urbana. Tal preocupação se volta também ao bem viver, ou seja, ao consumo correto dos espaços, ao disciplinamento social urbano, criando, para tanto, o Código de Postura Municipal, em 1936.

Quanto à criação do Código de Postura Municipal, cabe apenas uma citação de ABRANTES, como mais um feito de Sá Cavalcanti, de suas ações à frente da prefeitura, entre outras ações anteriormente elencadas.

O trabalho de ABRANTES, no entanto, também não problematiza as ações políticas de “Seu Sá”. Ao tomá-lo como um dessas figuras emblemáticas para a história urbana pombalense, ou seja, como uma figura preocupada com a organização e melhorias na cidade, com postura dinâmica e visionária, o autor acaba por concordar com os demais autores até agora analisados, restringindo-se à apologia da figura daquele homem público.

³⁶ Entenda-se agora o urbanismo como um saber científico, cujo interesse se volta para a cidade como objeto global, como organismo, passível de intervenção estratégica dos problemas urbanos. A propósito ver RIBEIRO (1994, p.106).

Ao concordar com os demais autores, ABRANTES nos dá margem a uma série de outras indagações não abordadas em seus escritos, mas pertinentes à nossa incursão. Ei-las: Por que o prefeito, sendo um visionário e idealizador do futuro, restringiu suas obras ao espaço central da cidade, de maior visibilidade e impacto político, tal como tantos outros prefeitos? Que outras obras foram empreendidas para além do centro urbano? Por que o prefeito não se preocupou com outros espaços ocupados por trabalhadores e outras pessoas comuns, tais como a área da Brasil Oiticica e Estação Ferroviária, inclusive pela zona de meretrício?

Seriam as preocupações do prefeito Sá Cavalcanti, em seu ordenamento e embelezamento “central” da cidade, uma atitude classista? Seriam suas intenções voltadas às “melhorias” urbanas, ou se restringiriam a criar novos espaços para determinados consumidores, como por exemplo, as classes abastadas da cidade que ali habitavam e circulavam cotidianamente? Não veria Seu Sá nessas classes o interesse eleitoreiro?

Apesar de não atingir tais perspectivas, ABRANTES percebeu as alterações urbanas de forma progressiva, afirmando o surgimento de outras transformações, a exemplo da ampla reforma do Mercado Público Municipal (1942), o serviço de pavimentação (1951), o melhoramento da energia elétrica vinda das turbinas de Coremas (1955), o serviço de telefonia (1959), entre outros. Conquistas que também lembradas por seus interlocutores (SEXAS e SOUSA).

Desfilando o rol de obras, agora sem as intenções políticas que justificassem o seu surgimento, tão visíveis nos demais autores pesquisados, temos o seu comentário sobre a abertura do Cine Lux em 1953. Um empreendimento particular, considerado à época como o melhor prédio cinematográfico do sertão paraibano, que alterou substancialmente o cotidiano da cidade, seja como novo espaço de socialidade, seja ao influenciar a moda e os costumes locais. Em sua narrativa, ABRANTES mostra que o Cine Lux chegou a concorrer com outros espaços sociais em Pombal, a exemplo da Estação Ferroviária, tornando-se um novo espaço de socialidade, como bem menciona o autor em trecho de sua narrativa:

A Estação Ferroviária, que era o lugar de encontros nos dias da passagem do trem, começava ser esquecida para dar lugar à frente do cinema. Com uma rígida censura, supervisionada pelo padre da freguesia e forte disciplina mantida pelos donos, não deixou, todavia, que muitos filhos de Pombal, hoje, sejam resultados dos namoros e casamentos ocorridos dos encontros no Cine Lux.

A propósito dessa informação, podemos tecer duas considerações a respeito das transformações urbanas em Pombal: em primeiro lugar, é bastante interessante notar já a sensibilidade do autor em frisar as mudanças comportamentais a partir dos novos espaços de socialidade, permeado por muitos interesses, dentre os quais, os relacionamentos amorosos.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar a rotatividade da novidade no que diz respeito aos novos espaços urbanos e da sociabilidade que os circundam. Tomemos como exemplo a Estação Ferroviária enquanto um espaço recente na cidade, mas que, embora muito freqüentado como ponto de diversão, tornou-se um lugar menos apreciado, visto que o moderno impôs as suas seduções, representadas agora na novidade do cinema.

Embora em *A trajetória política de Pombal*, ABRANTES não explore as transformações simbólicas através das mudanças materiais urbanas, não torna a cometer a mesma prática quando da leitura, tanto escrita quanto visual, da sua segunda obra, *Um olhar sobre Pombal antiga (1906-1970)*.

Esta obra não pretendeu ser uma continuidade da primeira obra do autor, anteriormente analisada. Nela ele explora com muito mais perspicácia a cidade e as diversas ações urbanísticas ali empreendidas, chegando mesmo a concorrer para fundar um discurso saudosista sobre a cidade em tempos passados.

Para tanto, lança mão da fotografia enquanto fonte histórica capaz de possibilitar interpretações e leituras acerca do passado, tornando-se um trabalho pioneiro para a historiografia pombalense, pelo uso dessa fonte documental³⁷: posteriormente à linguagem visual, temos a linguagem textual que comenta as fotografias, tentando historicizar o momento da sua produção. Nesse sentido, o autor constrói um texto baseado em diversas apreciações, exprimindo a saudade de voltar a tais momentos registrados pelos fotógrafos em suas lentes.

Assim, a escolha das fotografias enquanto fontes históricas se tornou pertinente para uma análise das transformações urbanas pombalenses. Tal escolha apresenta a cidade em diversas óticas, em seus vários espaços, não apenas como registros dos aspectos materiais, mas também de seus moradores e suas práticas cotidianas.

³⁷ Com isso não queremos dizer que outras obras sobre a história de Pombal não tenham utilizado a fotografia. Porém, quando usada, foi com o propósito apenas de ilustração que complementava visualmente a linguagem textual, não sendo a fotografia trabalhada enquanto fonte documental que carece de manejo metodológico próprio ao recurso da pesquisa.

Podemos citar, a propósito, imagens-textos que retratam desfiles cívicos, a “tradicional” festa do Rosário, meninos brincando (ou seriam posando?) nas ruas, trabalhadores comuns, um cortejo fúnebre, bem como momentos em que os políticos – em prática comum – fizeram pose ao lado de suas conquistas materiais (praças, motor de luz, entre outras).

Encarando tais mudanças materiais como bens da cidade que servem para a compreensão do passado pombalense, é notória a preocupação de ABRANTES em resguardá-las como patrimônio histórico da cidade, especialmente com aquilo que ele considerou o patrimônio material, necessitando sempre de políticas públicas de preservação desses bens.

Essa preocupação tendeu a imprimir saudosismo em seu texto, cujo interesse e objetivo seriam o de registrar as diferentes construções e paisagens da cidade pela “fresta do tempo, permitindo aos jovens uma idéia do que os antepassados legaram e que não se soube preservar”³⁸.

Logo, ao utilizar a fotografia enquanto documento e recurso visual para se conhecer a Pombal de antigamente, ABRANTES nos possibilita perceber a cidade e suas transformações materiais e simbólicas para além de uma preocupação meramente política. Seu trabalho transgride os limites de compreensão da cidade enquanto um espaço meramente de gestores municipais, cujas ações são justificáveis em virtude das necessidades e melhoramentos urbanos, entregue aos seus habitantes.

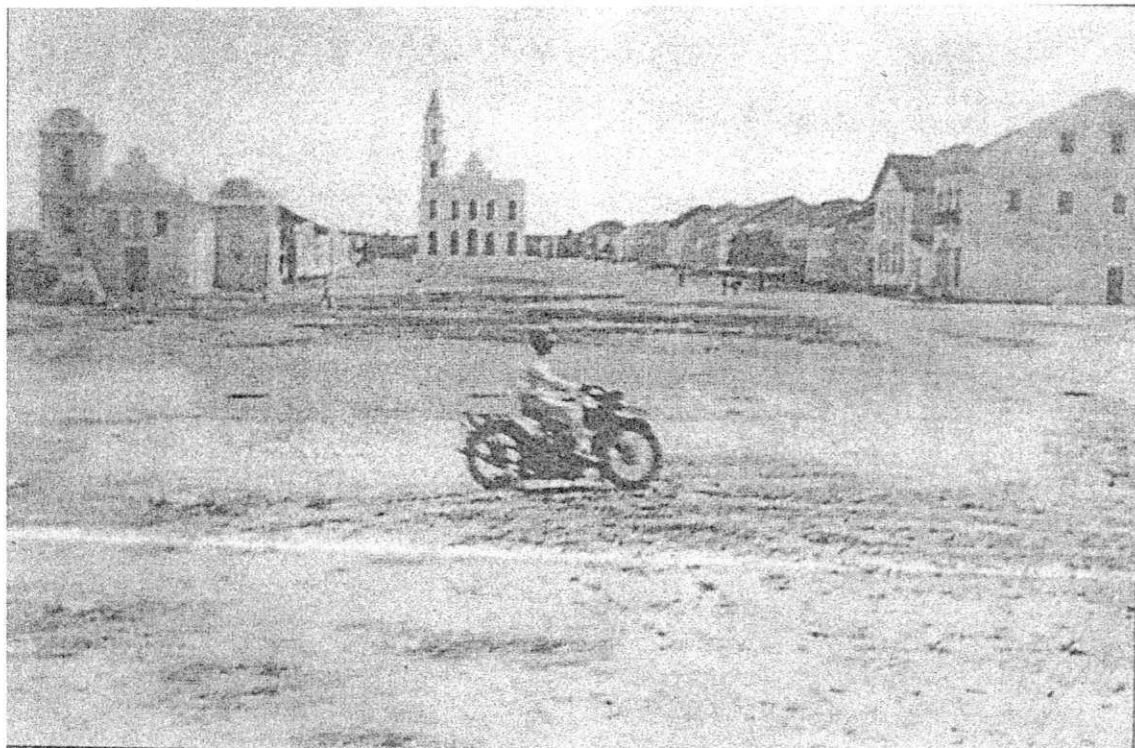
Mas do que em *A trajetória Política de Pombal*, em *Um olhar sobre Pombal antiga (1906-1970)* o autor entendeu a cidade como um espaço habitado, cujos lugares são construídos cotidianamente por seus moradores, não apenas focando a materialidade urbana, mas sobretudo, marcados pela socialidade e pelas práticas cotidianas, divulgadas pelos registros visuais/documentais que denunciam uma cidade marcada por mudanças.

Assim, para além da idealização política proposta para a criação dos espaços e da referência a códigos que pretendiam reger as condutas para o seu bom uso, os registros deixam escapar a diversidade de consumo dos lugares da cidade através da sua urbanidade. Seja pela disposição (proposital ou não) dos caminantes na ação do registro, seja por um ou outro indício denunciador desta cotidianidade, como a presença

³⁸ Ibid, p.09.

de brinquedos, animais, arborização e veículos motorizados (escassos) nas vias públicas, a cidade passa a ter visibilidade enquanto espaço habitado.

O registro do cotidiano de moradores, por exemplo, numa fotografia abaixo, datada de 1934³⁹, focou as duas igrejas e o casario central da cidade, sendo reveladora de uma cidade que mudou.

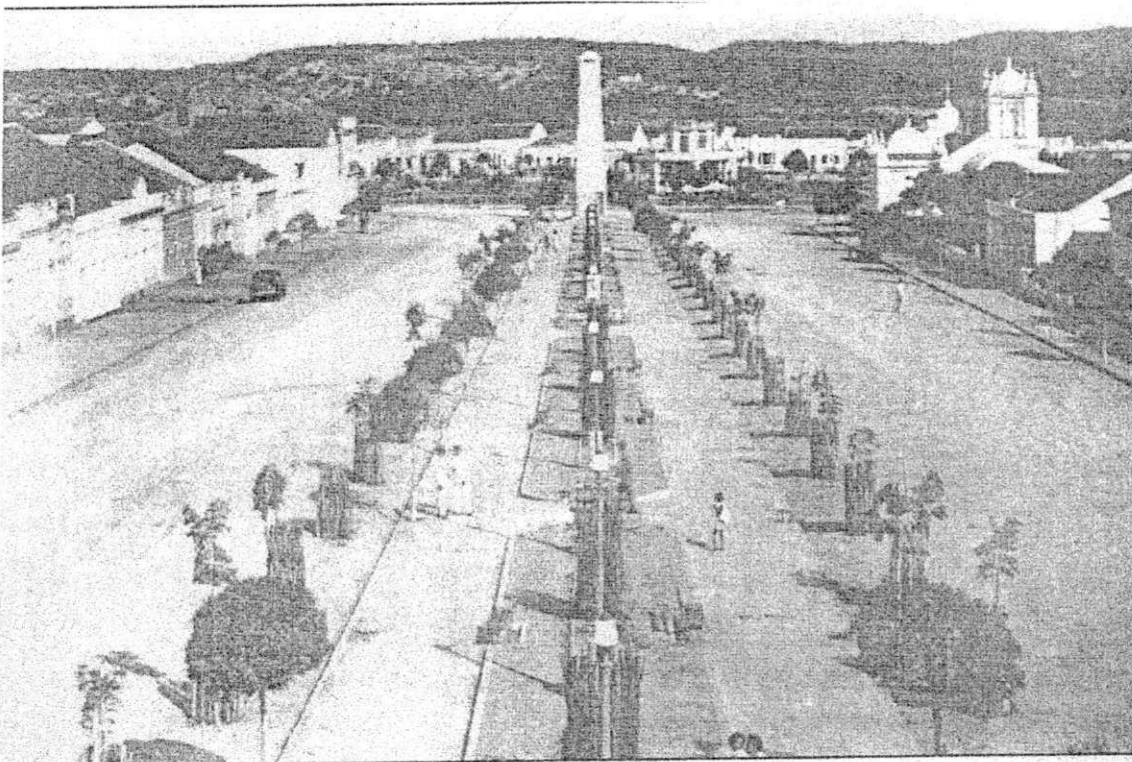


Nesse cenário, observa-se alguém que transita numa lambreta (propositalmente ou não, pelo interesse do fotógrafo), num momento em que o espaço focado não mostrava a presença de nenhum outro veículo motorizado.

Assim, a centralidade com que está disposto o motoqueiro na imagem nos pareceu proposital, parecendo ser bem emblemático, para o autor da foto, registrar uma cidade em transformação, clicando as “novidades” que circulavam em seu cotidiano.

Folheando o livro, mais adiante encontramos uma fotografia datada de 1946, tirada do alto da torre da Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e que focaliza a nova configuração urbana após a construção das duas praças, do coreto e do monumento central (Coluna da Hora).

³⁹ Fotografia exposta na página 23 da obra citada. (FOTO 15)



Entretanto, no registro também podemos perceber caminhanter pass(e)ando pelas ruas a conversar, ainda no momento em que elas estão sendo arborizadas. Em volta das plantas ao longo da Praça Getúlio Vargas, vemos um cercado de varas a protegê-las, possivelmente de animais, ou de “vândalos”, o que leva a crer a preocupação de resguardar a nova paisagem. A imagem também dispõe de apenas um carro (estacionado) na via urbana.⁴⁰

No ano de 1948, há um registro da antiga Rua Joubert de Carvalho, lateral da antiga Praça Rio Branco (atual Praça do Centenário), com três crianças, aparentemente brincando, pois temos a presença de um carrinho de brinquedo bem em frente às mesmas, além de muitas outras crianças bem próximas.

⁴⁰ Fotografia exposta na página 42 (**FOTO 16**). Mesmo fora do recorte temporal proposto em análise nesta pesquisa, há também um registro visual datado do ano de 1964 na página 73, de uma via pública central da cidade, antiga Casa do Mercado (ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário), com a imagem de uma galináceo, o que reforça nossa informação de que animais circulavam livremente nas ruas pombalenses, ação proibida pelo Código de Postura Municipal.



Causa admiração esta fotografia (FOTO 17), por revelar não o ato em si da brincadeira, mas pelo cenário retratado, pois se trata de uma zona comercial da cidade durante o período registrado. Vislumbra-se aí uma justaposição de atividades distintas, dada à circulação de crianças e seus interesses lúdicos numa via da cidade destinada à atividade mercantil, ou seja, espaço disputado por atividades completamente diferentes.

Entretanto, ABRANTES em sua escrita, engloba de forma criativa as transformações urbanas pombalenses. Criativa, pois nos propõe uma visita pelo passado através de uma linguagem iconográfica, ou como o mesmo propõe na introdução de sua obra: uma proposta de que *o leitor veja mais do que leia*⁴¹ o passado da cidade até então em desconhecimento para muitos leitores.

Assim, o livro se apresenta como uma leitura, uma porta para a história da cidade em suas diversas espacialidades e cotidianidade. Uma incursão pela cidade marcada pela fala da saudade dos espaços construídos pelos antepassados, de lugares em ruínas, de territórios ameaçados pelo tempo, posto que já não mais se entende a sua significação passada.

Por isso também é possível perceber que, diferente de SEIXAS e SOUSA, em ABRANTES a materialidade urbana não se trata apenas de meras conquistas que denunciam o progresso da cidade, uma vez que essas transformações materiais estariam

⁴¹ Ibid, p.09.

carregadas de significados, postas que são indícios do que passou, de um tempo sem volta.

Assim, sua fala é também em parte um alerta e uma denúncia sobre as atuais transformações pelas quais passava a cidade no ato da escrita, especialmente em se tratando do espaço central urbano.

Essa preocupação com os impactos causados pelas transformações urbanas pombalenses parece ter em ARAÚJO uma outra significação e que acaba por diferenciá-la dos outros autores acima citados.

Sua inscrição sobre as transformações urbanas seria justamente a de denúncia, só possível a partir da observação de um acontecimento específico eleito pela historiadora: a instalação em Pombal da indústria Brasil Oiticica S/A.

Percebemos que sua problemática de pesquisa tenta focar o cotidiano dos trabalhadores da Brasil Oiticica, compondo estes, em ARAÚJO, uma massa inconsciente de dominação do sistema capitalista e das práticas paternalistas que permeavam as relações entre o operariado e o patronato dentro da grande indústria.

A cidade e suas transformações materiais e simbólicas passou a ser demonstrada não mais na ação otimista e digna de ser referenciada por gestores municipais e políticos. O espaço urbano, assim como a Brasil Oiticica, é o lugar do conflito, da denúncia e dos abusos de poder. E nesse sentido não há qualquer parâmetro entre a autora e os demais historiadores pombalenses.⁴²

Situações de conflitos demonstradas nas relações de trabalho da Brasil Oiticica, percebidas dentro de uma compreensão dicotômica entre exploradores-explorados, tais como observamos em sua análise sobre a progressão funcional dos trabalhadores, enquanto práticas de manipulação e dominação sobre estes:

O funcionário está à disposição dos princípios que aparecem claramente, em primeiro lugar, quando ele passa um período trabalhando na capatazia à disposição das manobras táticas e técnicas. É observando seu comportamento, habilidade e disponibilidade, que permitem o seu enquadramento no sistema. Em segundo lugar o tratamento amável, amigável, solidário e compreensível que os chefes dispensavam para com os funcionários era uma forma de domesticação, uma correta disciplina (...)⁴³

⁴² Ao longo da leitura percebemos que o trabalho de ARAÚJO se trata de uma análise histórica mais consciente dos seus objetivos para com a pesquisa, inovador em sua abordagem, e possibilitada pelo diálogo com autores pertinentes para sua investigação e compreensão da problemática, especialmente Michel Foucault, E. P. Thompson, Michele Perrot, Margareth Rago e Edgar de Decca, que aos poucos ajudam à historiadora em sua construção narrativa sobre o passado pombalense.

⁴³ Ibid, p.36.

A inovação dessa fala sobre a cidade e suas transformações também se encontra no fato da autora se propor a trabalhar a impressão dos antigos trabalhadores sobre suas experiências na fábrica, explorando o campo da história oral enquanto via de acesso para entender algumas lacunas de sua problemática.

Porém, algumas limitações interpretativas aparecem em ARAÚJO, no intento de narrar as grandes transformações no cotidiano de moradores/trabalhadores pombalenses. Primeiramente, a autora afirma que à época da chegada da Brasil Oiticica, Pombal vivia um grande atraso, principalmente se fosse comparada sua realidade com a de outros grandes centros urbanos em progresso pelo país.

Ora, parece impertinente tal comparação do “atraso” pombalense, seguindo os ideais de progresso, principalmente por se tratar de realidades diferentes, no caso em questão, entre pequenos e grandes centros urbanos, sendo essa comparação algo ausente nos textos dos nossos historiadores locais.

A instalação da fábrica e as transformações que dela decorrem passam a ser entendidas dentro de uma análise que contextualiza o passado e torna-o inteligível ao presente. Exemplo disso pode ser notado quando a autora procura demonstrar que Pombal foi escolhida, em 1934, enquanto lugar a abrigar uma filial do grupo Brasil Oiticica, por apresentar o maior número de condições necessárias ao investimento: fruto em abundância, mão-de-obra em grande escala e barata, associado à linha férrea que facilitava o escoamento dos produtos, etc.⁴⁴

Porém, a cidade não podia ser escolhida para sediar a indústria apenas por apresentar as condições naturais de existência do fruto, encontrado em grande quantidade em toda a região. Esqueceu a autora que Pombal, naquele início da década de 1930, também se configurava como ponto de confluência entre regiões, seja em direção a cidades de maior porte a leste, a exemplo de Patos, Campina Grande e a capital João Pessoa, seja em direção ao norte (Caicó, Mossoró e Fortaleza), e que mantinham estreitos laços comerciais, acrescidos principalmente pela comunicação facilitada pela linha férrea, como já haviam demonstrado SEIXAS, SOUSA e ABRANTES.

Ainda que a autora tome a linha férrea enquanto fator condicionante para o escoamento e trajeto da produção de óleo da oiticica para sua sede em Fortaleza, este não se apresenta como fator novo, dada a observação do momento de instalação da

⁴⁴ Ibid, p.19.

indústria Brasil Oiticica: o comércio no sertão paraibano já havia recebido maior dinamicidade com a instalação da linha férrea desde décadas anteriores, aproximando as cidades do sertão paraibano com a capital pernambucana e, no caso da Brasil Oiticica, com a capital cearense.⁴⁵

Assim, a instalação da Brasil Oiticica demonstra certo tipo de prática comercial corrente no sertão paraibano com outros estados vizinhos, e não com a capital, o que se tornaria futuramente alvo de disputas e dissensões políticas, principalmente durante o governo de João Pessoa, em fins da década de 1920⁴⁶.

Voltando à discussão da instalação da Brasil Oiticica enquanto mais um indicativo das transformações urbanas pombalenses, percebeu a autora que sua sede foi construída próxima à estação ferroviária e cemitério local, portanto, estabelecida distante do núcleo urbano central.

Após a instalação material da indústria, segue a principal mudança simbólica no cotidiano da cidade, apontado pela autora: a dominação e disciplinamento causado pelas formas de trabalho impostos pela Brasil Oiticica que, para além dos seus muros, atingiu a vida das pessoas, diretamente ou indiretamente.

Ao contrário dos outros guias, ARAÚJO se mantém distante do personalismo político ou social, chegando mesmo a atacá-lo: a cidade passa a ser representada, portanto, não como paisagem do progresso, encenada positivamente através de discursos que justificavam o belo ou o útil, o espaço dos homens importantes e que faziam parte dos cânones políticos pombalenses. A cidade passa a ser representada enquanto um campo esquadrinhado pelo conflito, pela injustiça e alienação de homens comuns que foram furtados da sua capacidade de refletir sobre as novas práticas de trabalho e de vivência urbana.

⁴⁵ As íntimas relações com a capital cearense e as cidades sertanejas paraibanas já haviam sido observadas por Vera Mamede ACCIOLY (1992), ao entender a formação econômica e administrativa de Fortaleza no plano de desenvolvimento capitalista, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a província cearense vive um crescimento econômico em decorrência da produção e comercialização do algodão, estando ela envolvida comercialmente com as cidades sertanejas paraibanas, para onde as quais acabavam enviando sua produção. Relação comercial que cresce após a República, com a extensão da linha férrea interligando o Nordeste.

⁴⁶ A política do governador João Pessoa (1928-1930) ficou marcada pelas tentativas administrativas de depurar o coronelismo local, impondo a estes uma tutela governamental, o que limitaria o poder de mandonismo dos coronéis, bem como a tentativa de estabelecer a capital enquanto centro comercial do Estado, articulando o comércio paraibano diretamente aos mercados externos, e não mais dependentes do comércio pernambucano. Além disso, promoveu a substituição das chefias municipais, a subordinação do fisco, da polícia e da justiça ao Poder Executivo estadual, o desarmamento dos coronéis, entre outras medidas. Ações que acabaram por provocar muitas oligarquias paraibanas, especialmente às sertanejas. A propósito ver GURJÃO (1999).

Segue em *Brasil Oiticica em Pombal: um palácio de poder, vigilância e disciplina* uma série de exemplos que justificam essa representação para as transformações urbanas, demonstradas a partir da interferência da indústria no cotidiano da cidade, e que foram comentadas pela autora tendo como base os relatos dos seus depoentes, antigos trabalhadores e moradores da cidade.

Abundam nesses depoimentos o conflito marcado pela atitude de estranhamento para com as novidades trazidas pela Brasil Oiticica, fosse por sua imensa proporção espacial e material construída, fosse pelas presenças humanas, tidas como forasteiras, que nela vieram trabalhar⁴⁷.

Para a autora a atitude de estranhamento e curiosidade era típica de uma pequena cidade do interior, principalmente por que grande parte da população local – apesar da cidade ser ponto de confluência na região - não tinha contato constante com pessoas de outras regiões, mesmo que, corriqueiramente, algumas pessoas – as mais abastadas - se deslocassem para outros centros urbanos maiores.

Assim, contrapondo-se ao progresso decantado por nossos historiadores locais, pode ser notada na narrativa de ARAÚJO situações de estranhamento da população para com tais transformações: nem sempre encaradas como uma maravilha, o moderno também espelhava desconfiança para muitos de seus trabalhadores/moradores.

Outra grande transformação apontada pela autora, ausente de qualquer análise sobre a história local, diz respeito às oportunidades oferecidas pela indústria. A principal delas talvez fosse à possibilidade de ser tornar um trabalhador assalariado, sendo o fato de possuir uma renda fixa naquele contexto, um anseio ou “deslumbramento” entre os pombalenses pobres.⁴⁸

Os depoimentos informam, segundo a autora, que a Brasil Oiticica desempenhava um papel importante no desenvolvimento comercial da cidade, pois dinamizava a economia local, garantindo crédito aos trabalhadores, que recebiam seu salário semanalmente, o que também assegurava certa sustentabilidade do comércio local.

⁴⁷ Alguns depoentes demonstraram seu estranhamento para com a presença de alguns investidores norte-americanos que administravam a Brasil Oiticica. Completamente alheios ao conhecimento de quem eram aquelas pessoas, acabaram por apelidá-los de “galegos”. A autora comenta esse estranhamento causado entre os operários para com os “galegos”, quando transcreve uma fala do senhor Raimundo Fernandes que afirmou: “eles falavam diferente, me encabulavam, eles falavam mas eu não sabia o que era, só fazia balançar a cabeça, era uns galegos só quem (sic) entendia era o povo mais sabido os do escritório, operário mesmo era difícil entender, eu mesmo num sabia.” (Ibid, p.37).

⁴⁸ Ibid, p.21.

Mesmo a farda da indústria, afirmou a autora, implicava numa outra imagem daqueles que a usavam, pois representava alguém com renda garantida, profissionalmente ativo. Desta forma, em uma cidade pequena como Pombal, a Brasil Oiticica se tornou uma condição de status e a garantia de crédito em qualquer casa comercial local⁴⁹.

Mas a Brasil Oiticica não era apenas trabalho. A administração da grande indústria também promovia ações de integração social, não apenas restrita aos trabalhadores e ao espaço da indústria, estendendo suas relações para além daquelas exclusivamente trabalhistas.

Assim, deu-se a criação de novos espaços de lazer na cidade, tendo como sede as dependências da Brasil Oiticica. Lá foi criado um salão de festas, piscina, campos de futebol, para que fossem realizados alguns eventos, tais como realizações de datas comemorativas como o São João, carnaval, Dia do Trabalho, campeonatos esportivos, entre outros.

Frisa a autora que este tipo de espaço e de eventos realizados pela administração da Brasil Oiticica reforçava a dominação sobre os trabalhadores. Minimizando o conflito ou insatisfação dos trabalhadores/moradores, revestiam-se essas ações de um caráter paternalista para o controle de suas vidas, administrando-as não apenas no reduto da fábrica, mas estendendo para além dela essa subordinação. Nesse sentido, anota ARAÚJO, que “as festas eram estrategicamente organizadas com o intuito de manter o trabalhador não só ocupado nas horas vagas, mas também de sucumbir possíveis reações de revolta”⁵⁰.

Contudo, tomada pela leitura “opressora” dos trabalhadores e dos diversos modos de sujeição desses ao sistema capitalista, a autora também acaba por desconsiderar os novos espaços sociais criados pela/na Brasil Oiticica. Não compreende que, para além de atenuantes de conflitos comuns entre o capital e o trabalho, eles foram amplamente consumidos não apenas pelos trabalhadores, mas também pelos moradores pombalenses. No rol das transformações urbanas, são também estes espaços recreativos na indústria novidades que motivaram outras práticas cotidianas, servindo como um

⁴⁹ Transcrevendo uma fala do senhor Geraldo Ferreira, antigo trabalhador da indústria, este afirmou que “para qualquer jovem naquela época o sonho era trabalhar na Brasil, quem fosse funcionário e vestisse aquela farda ele se sentia um grande funcionário, mesmo que fosse uma pessoa que costurasse saco, mas era um funcionário e tava com a farda era do pequeno ao grande que tava lá no escritório” (Ibid, p.38).

⁵⁰ Ibid, 69.

palco novo para diversas outras situações, antes desconhecidas pela vivência urbana pombalense.

A criação de novos espaços de socialidade pela indústria se revela de um dinamismo tal que se estende até a criação, por exemplo, de uma escola interna da própria indústria, que atendia não só aos trabalhadores, como também aos filhos desses. Entretanto, ARAÚJO, imbuída na tese da dominação e disciplinamento, insiste ser a escola mais um dispositivo de dominação dos mais fracos,⁵¹ não se questionando sobre os possíveis outros interesses e/ou necessidades que acarretariam tal empreendimento, ou se havia na cidade outras escolas que dessem conta do número de estudantes, ou a que parcela da sociedade ela beneficiava, em que diferia (ou não) a educação deste lugar se comparada às outras escolas da cidade, entre tantas outras indagações.

A única resposta encontrada pela a autora se limitou a entender os novos espaços criados pela Brasil Oiticica enquanto mais uma “engrenagem do poder” contra os explorados, não percebendo estas novas espacialidades em sua dinamicidade, em suas implicações sociais e culturais gestadas na cidade que se modificava.

Contudo, é apenas ao fim do seu trabalho que a autora reconhece alguns impactos relacionados diretamente ao cotidiano dos moradores da cidade trazidos pela presença da Brasil Oiticica. Ao registrar algumas experiências de trabalhadores e/ou antigos moradores, a autora nos informa que a indústria controlava não só o comportamento dos seus operários, mas que tal controle buscava atingir o restante da população da cidade. A dinâmica da Brasil Oiticica acabava por se confundir com a vivência de habitar a própria cidade, devorando-a para dela se apossar.

Esta relação, segundo ARAÚJO, pode ser comprovada através de episódios relacionados ao apito constante da Brasil Oiticica, que alertava aos seus trabalhadores sobre os horários do expediente na indústria.

Segundo a autora, o apito da “família Brasil” se inseriu “no cotidiano e nos costumes da cidade sem pedir licença e, tomando uma importância que extrapola a sua significação econômica, ou seja, ela invade e conquista o “coração” dos moradores de Pombal”⁵².

⁵¹ Em determinado trecho de sua escrita, comenta a autora que “a escola veio completar o sistema de vigilância, pois ao mesmo tempo que atendia os filhos dos operários, atendia-os também em horário noturno. Para os operários era um empreendimento importante que beneficiava seus filhos(...)”, ou mais adiante quando nos fala que “a escola foi um instrumento utilizado como pedagogia do patrão bonzinho, preocupado com as crianças, ou com os próprios funcionários, isso reforçava sua autoridade e estabelecia o paternalismo” (Ibid., p.71-72).

⁵² Ibid, p.76.

O controle do tempo estaria para além do tempo da fábrica e acabou por também ser interiorizado por alguns moradores que chegaram a basear suas atividades diárias no tempo demarcado pelo apito da indústria⁵³. Este som, que foi transposto não apenas como registro das horas na cidade, acabou ganhando significações culturais bem peculiares, tais como superstições e brincadeiras infantis.⁵⁴

Num último esforço, a autora buscou compreender em sua narrativa, como a Brasil Oitocica foi incorporada a algumas práticas cotidianas pombalenses, que não necessariamente se restringiam aos trabalhadores da indústria, observação completamente ausente dos escritos de SEIXAS e SOUSA.

Decorre do primeiro autor a representação da cidade apenas como materialidade construída por ações políticas, esvaziada de dinâmica, espaço sem muitos sujeitos, e quando os considera, estes só atendem por alguns (sobre)nomes, cujo sentimento de progresso parece ser comum a todos.

Enfim, neste espaço se privilegiou o olhar para os administradores públicos, tornando outros sujeitos sociais personagens invisíveis, silenciados, embora sejam, também, construtores do espaço da cidade nesse período. A cidade de SEIXAS passa a ser representada como espaço de alguns, lugar escoimado de cotidianidade, de caminhos e experiências que não apenas aquelas dos “homens bons”, construtores e merecedores da cidade que possibilitaram.

Não difere, pois, do mesmo tratamento dado por SOUSA à cidade e suas transformações: descrevendo a materialidade urbana enquanto melhorias e sinais do “adiantamento” pombalense, o que mais uma vez não fica retratado é para quem afinal foram realizadas essas modificações materiais, quem as consumiria, como as pessoas conviveram com tais transformações, pois na narrativa de SOUSA a cidade também é esvaziada de cotidiano, de urbanidade.

É necessário destacar que também não existe neste autor a preocupação em tratar as mudanças simbólicas da cidade. Seu interesse consiste em apresentar a face de uma cidade marcada pelos interesses políticos, tomando as transformações urbanas, apenas,

⁵³ Em determinada fala, a senhora Cacilda Queiroga afirmou que *as quatro vezes que a Brasil apitava era onde toda cidade se baseava, tanto nas suas tarefas caseira, como nos seus trabalhos de comércio, indo para seus empregos e seus afazeres de um modo geral. As pessoas tinham o apito da fábrica como base horária de suas vidas, fato tão comum em tantas outras cidades.* (Ibid, p.75-76)

⁵⁴ Uma das brincadeiras realizadas pelas crianças no tocar do apito da Brasil Oitocica se referia ao ato de, no momento do soar, a pessoa deveria suspender os pés para que pudesse crescer. Ao ficar com os pés no chão a criança acreditava que aquilo poderia retardar o seu crescimento.

como um anseio de civilização que teria que um dia chegar ao sertão, enquanto realizações dos homens de decisões políticas.

Implicitamente, na cidade do desabafo e da crítica aos políticos adversários, permaneceria mais uma vez o homem ordinário pombalense, envolto no contexto de um espaço materialmente modificado, mas cujas experiências foram mais uma vez ocultas nessas palavras que inscreveram mais uma face para Pombal, agora com feições “novas”.

Tratar da vivência social, compreendendo Pombal para além de apenas materialidade parece mesmo ter sido uma preocupação da historiografia local recente, a partir das análises de ABRANTES e ARAÚJO.

No primeiro, a cidade mantém uma conexão com a vida urbana, ou seja, está carregada de implicações na mudança no modo de vida urbano, e estas, ora consciente, ora despropositadamente, são descritas em textos e iconografias. Dessa forma, a cidade-matéria deixa de ser apenas espaço da política e é focada enquanto espaço de vida, e de vida em movimento.

Já em ARAÚJO, as transformações urbanas são compreendidas a partir do exemplo da instalação e relações mantidas dentro da indústria, dando-se visibilidade aos conflitos e sujeições de seus personagens a outras práticas, tais como o paternalismo e a disciplinarização. Buscou a autora exibir o que uma parte da historiografia local tentou esquecer: a vida de pessoas comuns enquanto parte da cidade, e que não se beneficiaram, como se imaginava, com o “progresso” pombalense.

Tais desvendamentos, marcados pela preocupação teórico-metodológica que delinearam as representações de uma cidade em dinâmica, marcada material e simbolicamente no trabalho de ARAÚJO, só se tornaram possíveis graças à existência de problemática, o que veio a assegurar uma contribuição diferenciada da historiografia local na compreensão das transformações urbanas.

Sem se prender aos anseios de “progresso”, “ordem” e “civildade” dos novos espaços urbanos construídos, a autora acabou por explicitar o contrário de tais ideais: a modernidade lançaria algum diferencial no cotidiano pombalense, visível na peleja instaurada nas relações de força entre dominadores e dominados, tomando como exemplo a instalação da Brasil Oitica.

Assim como a indústria em questão, a cidade também estava marcada pelo conflito de interesses, de comportamentos, de espaços. As relações “modernas” da

indústria para com os seus trabalhadores, também podiam ser estendida às práticas entre os “homens do poder” e o restante da população pombalense, disciplinando-os espacial e moralmente.

Assim, duvidando da historiografia que assegura o “progresso”, “civilização” ou “saudosismo”, as transformações urbanas pombalenses em ARAÚJO tomam uma conotação de denúncia contra as “opressões” dos poderes constituídos lançadas às pessoas comuns. Lançou a autora um olhar desconfiado para uma cidade em transformação. Esta, longe de ser representada como lugar harmonioso, era socialmente excludente; longe de agregar, separava os homens entre os que “mandavam” e aqueles que “obedeciam” à disciplina.

Enfim, inscreve em forma de representação uma cidade como zona de conflito, repleta de histórias “silenciadas” pela historiografia pombalense, o que nos faz refletir que, para além de uma generalização de olhares e inscrições, muito desconhecidas seriam as falas sobre esse espaço, pois também ali a diferença de experiências estava instalada, bastando escutar um pouco os seus (reme)moradores.

Nesse instante chegamos ao fim de mais uma paragem de nosso destino. Nela nos despedimos de todos os nossos convidados e também os agradecendo, pois, por um instante, eles foram nossos guias, narrando às transformações que deveriam representar apenas uma única cidade, mas que acabou escandida por muitas outras, pois suas falas a multiplicaram em sentidos, ora semelhantes, ora avessos entre si.

DESEMBARQUE

(Considerações Finais)

Nosso desembarque é antes de tudo um convite a voltar e refazer outros trajetos por nós ainda não vislumbrados, pois ao pensar tal caminho percorrido em nossa pesquisa, nos atemos a conhecer algumas partes de uma cidade, através dos espaços recriados pelas lembranças do passado e presentificado através de variadas falas, orais e escritas.

Propomos em nosso embarque visitar Pombal, no interior paraibano, no momento de algumas de suas transformações materiais e simbólicas, decorridas entre as décadas de 1930 até a década de 1950. Definir tal objetivo nos ajudou a caminhar mais seguramente por suas ruas, perceber seus objetos e personagens, perscrutando melhor o conhecimento de suas experiências urbanas.

Para tanto, nos serviu os apontamentos de ARANHA (2001) ao entender a modernidade nortista (atual região Nordeste) dentro de outras possibilidades de vivência, e que muito diferia das realidades vividas pelos grandes centros urbanos, a exemplo daqueles europeus, cujo espaço e população acabavam por se distanciar de qualquer realidade urbana brasileira.

Redefinindo tais critérios de validação para uma modernidade urbana em cidades de médio e pequeno porte, procuramos em nosso itinerário, não tanto assegurar uma experiência moderna vivida em Pombal, mas, sobretudo, conhecer as implicações materiais e simbólicas decorrentes das transformações urbanas na vida de seus habitantes.

Por isso, procuramos em nosso trajeto agenciar a memória oral dos antigos (reme)moradores da cidade, a fim de conhecer as diversas experiências decorrentes daquelas transformações. Lançamos com tal propósito a metodologia da história oral para que nos possibilitasse esse conhecimento, e (nossas expectativas não foram vãs com relação a tal escolha metodológica).

A partir do emprego metodológico da história oral foi possível reconhecer falas anônimas e até silenciadas (POLLAK, 1989), tramas desconhecidas e “esquecidas” pela historiografia local, que expressavam maneiras de representar a cidade de Pombal que se modificava material e simbolicamente. Assim, nossa atenção se voltou a entender as

memórias sobre aquelas transformações urbanas através de falas individualizadas, mas pautadas em lembranças de acontecimentos vividos coletivamente (HALBWACHS, 1991); bem como na percepção daqueles acontecimentos coletivos, mas criadoramente resignificados pelas falas no tempo presente, interpeladas por nossas preocupações e enunciadas numa dada oportunidade de rememorar o passado, como nos assegurava CERTEAU (2004).

Uma cidade recriada por falas pareceria a qualquer leitor uma proposta ambiciosa, cuja ousadia poderia findar num apanágio de lembranças repetidas, de experiências narradas da mesma forma, postas que aparentemente foram vividas socialmente da mesma maneira. Mas bem não foi essa a nossa proposta de pesquisa, o que findou também por não ser nossos resultados.

A proposta de conhecer parte do passado urbano pombalense no momento de suas transformações materiais e simbólicas, utilizando para isso da rememoração, e todo o esforço de representá-lo através da oralidade, carregava em si o desejo de multiplicar as falas e dar visibilidade a diferentes experiências. Aliás, acompanhou-nos a cada conversa com os nossos narradores, a certeza de que, embora os sujeitos partilhassem em coletividade suas ações, a socialidade é sempre uma relação conflituosa, marcada pela pluralidade de sujeitos e diferenças de sentidos para as ações, como nos alertou MAFFESOLI (1988).

Assim, as falas não nos chegavam como “mesmices” ou como narrativas repetidas. Pelo contrário, elas se apresentaram e acabaram por possibilitar o reconhecimento de diversas representações para um mesmo acontecimento, mas que se multiplicou em sentidos diferentes, pois foram diferentemente vivenciadas por seus antigos (reme)moradores.

Também optamos, durante todo o trajeto percorrido, por não problematizar em demasia as conceituações “moderno”, “modernidade”, “modernização”, “progresso”, bem como seus antônimos “atraso”, “decadência”, “tradição”, pois seria forçoso da nossa parte impor tais entendimentos aos nossos narradores. Antes, preferimos nos abrir ao conhecimento dos sentidos arrolados para representar as transformações urbanas pombalenses, o que nos apareceu de forma heterogênea e não consensual.

Embora em algumas passagens se fizessem presentes tais assertivas da vivência da modernidade (ou da sua adoção) através daquelas transformações urbanas, também foram variadas as falas que desqualificavam a força simbólica de tal efeito, algumas vezes dando a perceber justamente o seu sentido oposto.

Por exemplo, embora decantado por alguns como um grande benefício para a cidade, a energia elétrica não aparece com entusiasmo nas falas de alguns narradores. Pode-se perceber que, enquanto alguns conseguiram se beneficiar das benesses da iluminação elétrica, alguns outros (reme)moradores não puderam adquirir a novidade e pouco caso fizeram daquela conquista material para suas vidas, especialmente no âmbito privado.

Essa conquista material carregava consigo, através das lembranças de nossos narradores, tanto a adoção ao sentido de modernidade, bem como as representações de sua limitação em termos de disposição espacial, incerteza de funcionamento pelo serviço prestado, e mesmo insegurança de circulação urbana, quando muitas vias ainda eram pouco ou sequer iluminadas, dando margem a práticas morais socialmente reprovadas ou construções mitológicas, tais como os casos de lobisomens na cidade.

Em nossa postura de não impor qualquer representação para as transformações urbanas pombalenses, também acabamos por possibilitar a liberdade em nossos narradores para a sua significação, principalmente quando arroladas as interpelações de certas conquistas materiais, a exemplo da chegada do trem, do cinema local e a construção das praças centrais.

A estação ferroviária foi narrada por nossos (reme)moradores enquanto espaço das atrações e novidades, não apenas forasteiras, mas, sobretudo, locais. Ambiente que desfilavam personagens ansiosos de “algo novo”, entrada por excelência das modas na cidade, espaço das conversas, das paqueras, das brincadeiras, mas também das oportunidades de ganhos financeiros e das despedidas que se iam com o trem.

Também com forte apelo lúdico e representado como um espaço de onde surgiam muitas novidades, o cinema local (Cine Lux) acabou sendo significado como uma “diversão” para todos, uma vez que não havia distinções por classes, raças, gêneros e lugares em que habitassem os seus frequentadores. Espaço retratado, por todos aqueles que o citou, como forte concorrente de outras formas de lazer na cidade, a exemplo do trem e das praças centrais, angariando simpatias e permanências de consumo dos nossos (reme)moradores.

As praças centrais também foram lembradas com sentidos diferenciados, principalmente quando entendidos os consumos dos caminhantes, sendo apropriadas enquanto ambientes de lazer, de trabalho, de conquistas amorosas, de liberdades pessoais, entre outras representações.

Assim, tais consumos ocasionados pelas novidades materiais não se deram da mesma forma, logo que este novo espaço de lazer era mais freqüentado pelos moradores do centro da cidade, havendo problemas de deslocamentos para quem habitava distante dali. Concorria ainda para o não passeio de muitos pombalenses nas praças, a falta de iluminação pública em muitas vias urbanas e uma educação rígida, principalmente feminina, que cerceava tais práticas de consumo, impondo certos limites em sua freqüência.

Consoante às lembranças desses espaços também nos deparamos com diversos relatos que imprimiam significações simbólicas às conquistas materiais. Logo, as conquistas materiais eram lembradas de forma indissociável às práticas culturais de seus caminhantes, onde mesmo freqüentando novos espaços, caminhando por outros trajetos, enfim, adotando outros comportamentos, ainda mantinham antigos hábitos.

Acordar e dormir cedo, carregar água na cabeça, pastorar animais, recolher lenha, respeitar a autoridade dos pais, agir corretamente em público, o comum deslocamento dos habitantes entre os espaços rurais e urbanos, não transitar ou permanecer em certos lugares da cidade, eis algumas das práticas cotidianas das quais as modernas transformações materiais tiveram que conviver naquele contexto urbano.

Enfim, nessa incursão, foi possível entender como alguns antigos (reme)moradores pombalenses empregaram de sentidos as transformações materiais e simbólicas, cujo significado também passou, através da fala, a representar o espaço urbano. Lugar “sem nada”, desqualificado de apreços modernos, “um troço”, a cidade aos poucos vai figurando, a partir de tais transformações, um outro cenário, marcado por algumas novidades, tornando-o um lugar praticado possibilitado pela lembrança.

Através das falas de nossos narradores pudemos conhecer como as poucas ruas sinuosas e que acabavam por se limitar às matas, cujo tráfego era coberto de lama e onde transitavam livremente os animais, passam a configurar um outro espaço: organizado, urbanisticamente moderno, disciplinado, tais como eram os propósitos do Poder Público Municipal.

Vislumbramos, paralelamente à memória oral, a preocupação do Poder Executivo, através de alguns (ante)projetos de lei e do Código de Postura Municipal (1936), de conformar Pombal, a partir da década de 1930, como uma cidade moderna, dentro dos preceitos do progresso e da civilização.

Dada tal aproximação entre fontes de pesquisas diferenciadas, foi importante perceber que elas acabam ora por se complementar em termos de informação, bem

como se distanciar e desdizer o acontecimento pesquisado. Principalmente a fonte oral, quando registrada, possibilitou-nos entender uma dada experiência social que os documentos escritos pesquisados não permitiram desvendar. Na mesma medida, também nos ajudou a entender e separar as idealizações pretendidas para a cidade pelo Poder Executivo, e justificadas em discursos que propunham o “adiantamento” local, as “melhorias” urbanas, e o “moderno” espaço, daquelas experiências vividas no cotidiano de pessoas comuns, onde tais justificativas do Poder Público pareceram não fazer sentido.

Esse foi o caso do então nascedouro Bairro dos Pereiros, um dos novos espaços de habitação surgidos dentro da cidade, onde tais idealizações pareciam não se dinamizar. Surgia em torno deste espaço novas implicações simbólicas enunciadas e registradas em nossos relatos, denunciando para com ele o preconceito e a marginalização de alguns moradores da área mais central da cidade. Espaço intransitável, imoral, perigoso, de “pessoas reles”, zona do meretrício local e da desordem: eis o Bairro do Pereiros, espaço aparentemente avesso as modernas transformações materiais pombalenses.

Não que o bairro dos Pereiros tenha sido descrito apenas de forma pejorativa, pois assim o foi apenas para os narradores alheios ao seu convívio. Para alguns dos seus moradores, também nossos narradores, a marginalização era infundada, pois ali também havia moralidade, havendo respeito entre os vizinhos e onde habitavam muitas famílias de respeito.

Se por abrigar a zona do meretrício ou servir de lugar onde habitavam algumas pessoas tidas socialmente por “suspeitas” (marginais, pobres, prostitutas etc.), nossos (reme)moradores acabaram por alertar para a generalização de preconceito que tomou uma parte “degenerada” dos seus habitantes pelo bairro todo. E acrescentam, no intuito de tentar desfazer tal marginalização: muitas pessoas de posses ou de “família” cometiam atos tão imorais ou freqüentavam aquele lugar para incorrer nas mesmas práticas por eles vulgarmente condenadas.

Contudo, na soma de relatos orais pode-se também observar um bom número de práticas culturais e experiências sociais urbanas, até então anônimas à historiografia local. Nesta leitura de alguns historiadores locais sobre as transformações urbanas pombalenses, notamos uma preferência pela conotação política que viesse a justificar tais conquistas materiais e implicações simbólica na vida de seus habitantes. Assim, tomados como “guias” da história local, Wilson Seixas, Antônio de Sousa, Verneck

Abrantes e Edinaura Araújo, também inscrevem significados para esse acontecimento, arrolando representações que ora partilhavam ou destoavam de sentido.

Em torno dos três primeiros autores percebemos uma maior aproximação de leitura do passado pombalense, no que diz respeito ao período de transformações urbanas estudado, e suas preferências discursivas que justificavam, principalmente as conquistas materiais, como sintomas de progresso ou indícios de civilidade vivida por Pombal, embora encontremos em ABRANTES perspectivas muito mais diferentes para a compreensão das transformações urbanas pombalenses.

Ainda assim, se tornou também uníssonas nesses três autores o entendimento de que as transformações materiais vividas na cidade tiveram, quase que exclusivamente, razões políticas, demonstradas especialmente a partir das ações de certos personagens políticos locais, encarnados como principais responsáveis por aquelas transformações.

É óbvio que a partir de leituras específicas sobre o acontecimento aqui problematizado, tais autores não consideram outras análises possíveis de compreensão, a exemplo daquela proposta por nós apresentada: perceber as transformações urbanas pombalenses através das representações feitas por seus antigos (reme)moradores, o que de início já se propôs a reconhecer a presença e importância das experiências sociais pombalenses naquele contexto entre 1930 à década de 1950.

Também foi possível perceber que a ausência de vivência social se tornou um tema que correntemente foi alijado das leituras realizadas em torno das transformações urbanas pombalenses, feitas pela historiografia local. Ainda assim, algumas escritas da história parecem ainda se aproximar mais daquelas informações relatadas por nossos narradores.

Nesse sentido, destacamos a obra de ABRANTES (2002) e ARAÚJO (1998), cujas informações procuraram perceber um pouco o cotidiano pombalense entre as décadas de 1930 a 1950, tratando assim, de uma abordagem a cerca da vivência social nesse contexto de mudanças urbanas.

Do primeiro autor referido, notamos uma preocupação em destacar através do uso de fotografias, as modificações materiais pombalenses e suas implicações simbólicas, tais como a construção das praças, o serviço de energia, de jardinagem, o espaço do cinema, os desfiles cívicos e até cortejos fúnebres.

Da segunda autora, percebemos os apontamentos e preocupações a cerca dos operários e pessoas comuns vinculadas (in)diretamente com a indústria de beneficiamento de oiticica (Brasil Oiticica S/A), e como dessa aproximação vai se

modificando as oportunidades de mudança de vida e de comportamento, tais como emprego fixo, disciplina no trabalho, crédito no comércio local, espaços de lazer oferecidos pela indústria ao operariado, entre outros.

Contudo, do cruzamento de informações entre a historiografia local e os narradores, fez-se possível surgir um leque de outras problemáticas também interessantes, mas que por limitação da pesquisa, atendo-se por ora aos propósitos iniciais, não foi possível serem contemplados, carecendo de um outro instante à maiores análises.

Entre tais problemáticas ainda não investigadas pareceu-nos interessante compreender melhor 1) o movimento migratório, comumente relatado, dos habitantes rurais que buscaram habitar na cidade, e que mudanças foram sentidas por estas pessoas no que se refere ao modo de vida urbano; 2) as motivações que tenham levados essas pessoas a procurar habitar a cidade, entendendo que oportunidades lhes eram oferecidas; 3) como o imaginário social, no instante de tais transformações materiais, se apropriam de certas fantasmagorias (como o lobisomem, uma besta de aço que solta fogo pelas ventas, a mula sem cabeça) para criar um clima de medo nos habitantes e para que disso surjam momentos oportunos para cometer certas práticas condenadas socialmente, como o adultério; 4) o cotidiano vivido no bairro dos Pereiros, seu crescimento espacial e a percepção que seus antigos moradores, tidos por periferia urbana, tinham para com as outras áreas da cidade; para citar algumas problemáticas.

Por ora, esperamos ter cumprido prazerosamente o convite inicialmente feito no instante de nosso embarque, e ter revelado partes de uma cidade no instante de suas transformações urbanas. Resta-nos ao término desse itinerário apenas reiterar a proposta de outras visitas, utilizando ou não o nosso veículo de condução nessa pesquisa, agenciando ou não as pessoas por nós convidadas, e que venha lançar outras problemáticas e dar visibilidade a outros cenários, trajetos, personagens e experiências, possibilitando sempre novas incursões por Pombal e suas histórias.

REFERÊNCIAS

I - Fontes primárias

Atas da Câmara Municipal de Pombal. Projetos e anteprojetos de lei, décadas de 1930, 1940 e 1950.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Volume XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

Estatuto da Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de Pombal (SAPI). Patos: Tipografia do Livro Nabuco, 1952.

Sinopse Estatística do Estado. Nº. 3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Departamento Estadual de Estatística-Pb. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1940.

II – Fontes secundárias

ABRANTES, Verneck. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970).** João Pessoa: A União, 2002.

_____ **A trajetória política de Pombal.** João Pessoa: Imprel, 1999.

ARAÚJO, Edinaura Almeida de. **Brasil Oitocista em Pombal: um palácio de poder, vigilância e disciplina.** 1998. Monografia apresentada como exigência do curso de especialização em Teoria e Metodologia da História, UFPB, Campus V- Cajazeiras. Editoração eletrônica.

SOUSA, Antônio José. **Grande Pombal: apanhados históricos, geográficos e genealógicos.** s.n.t., 1971.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal).** João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

_____ **O municipalismo e seus problemas.** João Pessoa: A Imprensa, 1959.

III - Bibliografias

ACCIOLY, Vera Mamede. O ciclo do algodão e o urbano em Fortaleza: Evidências das contradições urbanas. IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). **Cidade e História.** Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro de história. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

AMADO, Janaina. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. IN: **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômica e práticas culturais (1880-1925)**. 2001. Tese (Doutorado em História)- UNICAMP, Campinas. Editoração eletrônica.

AUGRAS, Monique. **História Oral e Subjetividade** In: Von Simsom, Olga. R. M. (org) Os Desafios Contemporâneos da História Oral. Ed. Unicamp, SP, 1997.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 3^a.ed.Petrópolis, Vozes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella M. Cidade e História. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp.16-35

_____ As sete portas da cidade. IN: **Revista Espaço e Debate**. Nº. 34, São Paulo: NERU, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABRAL FILHO, Severino. **Do encantamento do olhar e da interpretação das Cidades: um diálogo entre as imagens fotográficas e as Ciências Sociais**. Mimeo.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manoel. **Problemas de investigação em Sociologia urbana**. 2^o edição. Lisboa: Presença, 1979.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Tomo I. 10^a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____ **A Escrita da História**. 2^o edição. – Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____ GIARDI, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar**. Tomo II. 5^o edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____ O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 4^o edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 1997.

Código de Postura Municipal de Pombal. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michel Schöter; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTES, Virgínia. História e modelos. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Marcos Aurélio A. F. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). **Cidade e História**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba republicana. In: **Estruturas de poder na Paraíba**. Volume 4. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 3^o edição, São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo, Contexto, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum: compêndio de sociologia compreensiva**. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5^o ed. São Paulo: edições Loyola, 2005.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo**. Revista de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, Ano 13, 2004. n.º.12, p.57-70.

_____. **História oral: uma metodologia para o estudo da memória**. Revista Vivência. N.º.28, 2005, p.23-36

MOSCOVICI, S. **A máquina de fazer deuses**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. PUC-SP, São Paulo, n.10, 1993.

PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). **Cidade e História**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. São Paulo: Editora Autêntica, 2003.

_____. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. IN: **Trabalhos da memória. Projeto História**. Nº. 17. São Paulo: EDUC; FAPESP, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. IN: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. IN: **Estudos Históricos. Volume 5. N.10**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1992.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral. IN: **Projeto História**, São Paulo (15), abr. 1997, p. 13-49.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. IN: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

RONILK, Raquel. História urbana: história na cidade? IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). **Cidade e História**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

SALGUEIRO, Helena Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. IN: **Cidade Capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Antônio César de Almeida. Curitiba: depoimentos da transformação urbana. IN: MATOS, Maria Izilda S.; SOLLER, Maria Angélica. **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2001.

SANT-PIERRE, H. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora da UNICAMP, 1999.

SIMMEL, 1979, p.11. A metrópole e a vida mental. IN: VELHO, Gilberto (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SOUSA, Ângela Tude de. O trabalho, o território e as identidades sociais. IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). **Cidade e História**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

SOUSA, Fábio Gutemberg B. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Campinas. 2001. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP. Editoração eletrônica.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. IN: VELHO, Gilberto (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Gilberto (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.